

## **CADERNOS DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**

ÍNDICE DE INFORMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (n.ºs 0 a 88) (\*)

### ***A – Tribunal Constitucional***

Academia Militar – Curso de Formação de Oficiais – Eliminação da frequência – Indemnização à Fazenda Nacional – **72-48** (2159)

Acção emergente de contrato de empreitada – Prazo de caducidade – Princípio da igualdade – **65-57** (1904)

Acção emergente de contrato de empreitada de obras públicas – Prescrição – Princípio da igualdade – **39-64** (965)

Acção para reconhecimento de direito – Acesso à justiça administrativa – Não impugnação do acto de fixação do montante de pensão de aposentação – Direito à segurança social – **12-52** (191)

Acção para reconhecimento de direito – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – **51-47** (1382), **70-71** (2093)

Acção para reconhecimento de direito – Recurso contencioso de anulação – Tutela jurisdicional efectiva – **14-60** (252), **17-59** (316)

Acção para reconhecimento de direito – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – **45-52** (1134)

Acções sobre contrato de empreitada de obras públicas – Tentativa prévia de conciliação extrajudicial – Princípio da igualdade – Direito de acesso aos tribunais – Subtracção da função jurisdicional – **5-59** (59)

Acesso ao ensino superior – Processo de colocação de candidatos – Rectificação de erro dos serviços – **25-47** (519)

Acesso aos documentos administrativos – Direito a informação ambiental – Segredo industrial e comercial – Contrato de investimento estrangeiro – **51-46** (1378)

Acesso aos documentos administrativos – Sector empresarial do Estado – Empresas públicas – Princípio da concorrência – **85-69** (2730)

Acesso aos tribunais – Extinção de grau de recurso – **69-55** (2054)

Acesso aos tribunais – Processo equitativo – **66-69** (1951)

---

(\*) Os algarismos indicados em primeiro lugar, a seguir a cada entrada, correspondem ao número dos *Cadernos*; os algarismos indicados em segundo lugar correspondem ao número das páginas; os algarismos indicados entre parêntesis correspondem ao número de ordem da “ficha”.

Acumulação de funções – Docentes do ensino superior público – Princípio da igualdade – Liberdade de escolha de profissão – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias) – **17-53** (301)

Advocacia – Incompatibilidades – Liberdade de escolha de profissão – Restrição de direitos, liberdades e garantias – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias) – **31-53** (695)

Advogados – Direito à reforma – Período de garantia – Princípio do aproveitamento integral do tempo de trabalho – **66-69** (1950)

Alegações – Ónus de formular conclusões – Deserção do recurso – Direito de acesso aos tribunais – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – **20-53** (386)

Alteração de uso de construção em área de Reserva Ecológica Nacional – Atribuições das autarquias locais – Regulamentos municipais – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Bases do sistema de protecção da natureza, do equilíbrio ecológico e do património cultural) – Reserva de competência legislativa do Governo para desenvolvimento de lei de bases – Direito de propriedade – Direito de iniciativa económica – **74-55** (2260)

Alvará para o exercício da actividade de radiodifusão – Preferências – Sociedades constituídas maioritariamente por profissionais da comunicação social – Princípio da igualdade – **13-63** (212), **14-57** (248)

Amnistia – Inutilidade superveniente da lide – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – Direito a processo equitativo – **27-58** (590), **37-54** (872)

Amnistia de infracções disciplinares – Manutenção dos efeitos já produzidos pela aplicação da pena – Princípio do Estado de direito democrático – Princípio da presunção de inocência – Direito ao bom nome e reputação – **3-51** (26)

Apoio judiciário – Estrangeiro não residente em Portugal – Princípio da equiparação – Direito de acesso aos tribunais – **23-68** (459)

Apoio judiciário – Rendimentos e despesas de saúde do cônjuge do requerente – **83-57** (2634)

Aposentação – Autorização de exercício de funções – Princípio da igualdade da retribuição (*para trabalho igual salário igual*) – **35-55** (791)

Aposentação – Direito à segurança social – Proibição de retrocesso social – Princípios da confiança e da segurança jurídica – Princípio da igualdade – **80-68** (2530)

Aposentação – Extinção do estatuto de aposentado por perda da nacionalidade portuguesa – Estrangeiros – Princípio da equiparação – Princípio da justiça – Direito à segurança social – **32-54** (723)

Aposentação – Quotas em dívida – Pessoal de gabinete ministerial – Princípio da igualdade – Direitos das associações sindicais – Participação na elaboração da legislação do trabalho – Segurança social – Tempo de serviço – **27-61** (596)

Aposentação de funcionários da ex-administração ultramarina – Não conservação da nacionalidade portuguesa – Exercício das funções públicas por estrangeiros – Princípio da igualdade – **3-53** (28), **5-58** (56), **6-56** (75)

Aposentação de funcionários da ex-administração ultramarina – Não conservação da nacionalidade portuguesa – Princípio da igualdade – **13-63** (213)

Aposentação de pessoal docente – Período de condicionamento – Princípio da igualdade – **17-54** (304)

Aposentação voluntária – Princípio da protecção da confiança – Princípio do Estado de direito democrático – Princípio da igualdade – **69-55** (2056), **75-55** (2316)

Aposentação voluntária – Princípio do Estado de direito democrático – Princípio da igualdade – **67-71** (1989)

Áreas protegidas – Prorrogação retroactiva do prazo de elaboração dos planos de ordenamento do território – Restrição de direitos fundamentais – Direitos de natureza análoga aos direitos, liberdades e garantias – Direito de propriedade – Direito de participação na elaboração de instrumentos de planeamento físico do território e na criação de parques naturais – **46-57** (1181)

Asilo – Prazo de impugnação do acto de indeferimento – Desconhecimento da língua portuguesa – Direito ao recurso contencioso – **55-48** (1518)

Associação pública profissional – Direito de inscrição – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Associações públicas) – **53-52** (1467)

Audiência dos interessados – Procedimento tributário – **84-71** (2687)

Autonomia local – Tutela administrativa – Intervenção da Administração Central em matéria de urbanismo e ordenamento do território – **18-46** (341)

Autonomia universitária – Concurso para professor catedrático – Divulgação atempada dos métodos de selecção – Métodos e critérios objectivos de avaliação – **83-55** (2632)

Avaliação da competência profissional – Oficiais da Armada – Princípio da igualdade – **50-55** (1330)

Benefícios fiscais – Deficientes – Meios de avaliação da incapacidade – **39-64** (964)

Benefícios fiscais – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Sistema fiscal) – Retroactividade da lei fiscal – Deficientes – **43-59** (1069), **46-59** (1186), **56-62** (1564)

Caducidade da liquidação de impostos – Sisa – Imposto sobre as sucessões e doações – Garantias dos contribuintes – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Sistema fiscal) – Sentido da autorização legislativa – **33-45** (765), **41-52** (993)

Caducidade de licença de construção – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Estatuto das autarquias locais) – **17-54** (303)

Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores – Pensão de velhice – Tempo de trabalho relevante – Princípio da precedência da lei – **75-54** (2314)

Câmara dos Solicitadores – Inscrição de funcionários de justiça – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Associações públicas) – **42-61** (1036), **43-61** (1071), **44-68** (1099)

Campo de tiro – Distância das populações – Princípio da proporcionalidade – **56-64** (1573)

Campos de campismo – Competência da Direcção-Geral de Turismo – Autonomia local – Protecção do ambiente – **38-56** (919)

Carreira de inspecção superior da Inspeção-Geral de Educação – Integração de docentes – Participação na elaboração da legislação do trabalho – Reapreciação de decreto-lei pela Assembleia da República – **39-63** (963)

Carreira diplomática – Conselheiros de embaixada – Limite de idade – Disponibilidade em serviço – Extensão da autorização legislativa – Princípio da confiança – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – **43-59** (1067)

Carreira diplomática – Sentido da autorização legislativa – **17-54** (302)

Carreira docente – Classificação de serviço – Transição de categorias – Concurso de recrutamento de professores titulados – Bases do sistema educativo – Princípio da protecção da confiança – Princípio da proporcionalidade – Direito de acesso à função pública – **69-56** (2059)

Carreira docente – Progressão nas fases – Contagem de tempo de serviço – Prestação de serviço em lugares do quadro dos serviços centrais do Ministério da Educação – Princípio da igualdade – **15-48** (266)

Carreira docente – Progressão nos escalões – Aposentação – Princípio da igualdade – **12-52** (190)

Carreira horizontal – Carreira vertical – Liberdade de escolha de profissão – Progressão na carreira – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases gerais do regime da função pública) – **67-71** (1988)

Carreiras da função pública – Acesso a categorias da carreira de oficial administrativo – Poderes das Regiões Autónomas – Bases do regime e âmbito da função pública – Interesse específico regional – Poder executivo próprio das Regiões Autónomas – **15-47** (265)

Cessação da cedência precária de bens do Estado – Direito à habitação – Inviolabilidade do domicílio – **37-50** (860)

Circulares da Administração tributária – Acto normativo – Conceito de norma – Recurso de constitucionalidade – **79-62** (2482)

Classificação de serviço dos magistrados judiciais – Tempo de serviço como juiz em regime de estágio – Princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Estatuto dos magistrados judiciais) – **10-49** (154)

Código do Procedimento Administrativo – Eficácia retroactiva de acto administrativo de execução de sentença anulatória – Autorização legislativa – Competência legislativa do Governo – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Garantias dos administrados) – Inconstitucionalidade orgânica – **15-51** (272)

Compensação de créditos fiscais – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – Princípio da igualdade – **53-54** (1470)

Competência da jurisdição administrativa – Competência dos tribunais comuns – Acções em matéria de defesa do ambiente – **17-58** (314)

Competência disciplinar – Pessoal das autarquias locais – Competência disciplinar da Câmara Municipal – Competência disciplinar do Presidente da Câmara Municipal – **72-47** (2156)

Competência do Tribunal Central Administrativo – Recurso contencioso de anulação de acto de membro de governo regional – Lei com valor reforçado – Inconstitucionalidade por excesso de estatuto – Tese da irrelevância – **17-59** (315)

Competência do Tribunal Central Administrativo – Recursos de actos de órgãos centrais independentes – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – Autorização legislativa – **51-48** (1384)

Competência do Tribunal de Contas – Fiscalização prévia – Visto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Competência dos tribunais) – **32-56** (726)

Competência do Tribunal de Contas – Fiscalização prévia – Visto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Competência dos tribunais) – Empresa pública – Instituto público – **35-52** (783), **36-57** (823)

Competência dos tribunais – Acção de responsabilidade civil do Estado por omissão legislativa – Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais judiciais – Competência do Tribunal Constitucional – Direito de acesso aos tribunais – **3-49** (24)

Competência dos tribunais – Cobrança de taxas a favor do Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas (IROMA) – Competência dos tribunais fiscais – Reserva

de competência legislativa da Assembleia da República (Sistema fiscal – Competência dos tribunais) – **3-50** (25), **6-58** (78), **8-59** (110)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de responsabilidade civil extracontratual contra município – **56-64** (1570)

Competência dos tribunais administrativos – Competência do plenário geral do Tribunal de Contas – Concurso para juiz do Tribunal de Contas – Constitucionalidade – **11-62** (179)

Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais judiciais – Fiscalização municipal – Mandado para entrada em domicílio – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **75-55** (2315)

Competência dos tribunais administrativos – Deliberações do Conselho Superior da Magistratura – Isenção de custas dos magistrados judiciais – **17-48** (295), **24-55** (490)

Competência dos tribunais administrativos – Deliberações do Conselho Superior da Magistratura – Isenção de custas dos magistrados judiciais – Direito de acesso aos tribunais – **29-64** (629)

Competência dos tribunais administrativos – Deliberações do Conselho Superior da Magistratura – Magistrados judiciais – **13-65** (217), **14-58** (249), **15-50** (270)

Competência dos tribunais administrativos – Deliberações do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Efeito do recurso de deliberação expulsiva de magistrado – Independência dos tribunais – Independência dos juízes – Direito de defesa – Direito a um processo equitativo – Princípio do Estado de direito democrático – **26-64** (545)

Competência dos tribunais administrativos – Deliberações do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Independência dos juízes – Direito de defesa – Direito a um processo equitativo – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais – Estatuto dos magistrados) – Extensão da autorização legislativa – Inconstitucionalidade orgânica – **23-61** (448)

Competência dos tribunais administrativos – Regime disciplinar dos trabalhadores dos *CTT, Correios e Telecomunicações de Portugal, SA* – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Competência dos tribunais) – Liberdade de iniciativa económica privada – Princípio da igualdade – **20-57** (392)

Competência dos tribunais judiciais – Competência dos tribunais administrativos – Impugnação judicial de decisões administrativas por contra-ordenações ambientais – **72-49** (2163)

Competência dos tribunais judiciais – Competência dos tribunais tributários – Execução fiscal – Cobrança de dívidas ao IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias

Empresas) – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Competência dos tribunais) – **25-41** (511)

Competência dos tribunais tributários – Cobrança dos créditos do Fundo de Turismo – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – Norma não inovatória – **18-50** (349)

Competência dos tribunais tributários – Execução fiscal – Cobrança de dívidas ao Fundo Social Europeu – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **24-56** (493)

Competência para declarar a nulidade de actos administrativos – Reserva da função jurisdicional – **41-55** (1002)

Competência própria originária dos directores-gerais e equiparados – Competência do Governo como órgão superior da Administração Pública – Sentido da autorização legislativa – **5-60** (60)

Competência territorial – Caso julgado – Hierarquia dos tribunais – **77-45** (2362)

Concessão do serviço público de telecomunicações – Isenção de taxas por ocupação e utilização de bens do domínio público – Autonomia patrimonial e financeira das autarquias locais – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime das finanças locais – Regime dos bens do domínio público) – **46-55** (1175)

Concurso de acesso ao ensino superior – Melhoria de classificação – Princípio da segurança jurídica – Princípio da igualdade – **65-57** (1905)

Concurso de pessoal docente – Princípio da igualdade – Princípio da justiça – **37-52** (866)

Concurso de professores do ensino básico – “Preferência conjugal” – União de facto com filhos menores – Princípio da igualdade – Proibição da discriminação dos filhos nascidos fora do casamento – **17-47** (294)

Concurso de professores na Região Autónoma dos Açores – Poderes dos órgãos regionais – **38-56** (918)

Concurso de provimento – Caducidade – Direito ao trabalho e à segurança no emprego – Direito à progressão na carreira – Princípio da igualdade – **18-43** (335)

Concurso para juiz do Supremo Tribunal de Justiça – Graduação dos candidatos – Discricionariedade – Poderes de cognição do tribunal – Tutela jurisdicional efectiva – Audiência prévia – Princípio da igualdade – Participação no procedimento administrativo – **36-57** (824)

Concurso para juiz do Tribunal de Contas – Exercício de funções de direcção de empresas – Princípio da igualdade – **15-48** (268)

Concursos da carreira hospitalar – Declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral – Limitação de efeitos – Situações constituídas ao abrigo de normas declaradas inconstitucionais – **21-53** (415)

Concursos externos para ingresso na função pública – Lugar regional – Publicitação – Jornal de expansão regional – Direito de acesso à função pública – **13-62** (211)

Concursos para provimento de lugares da função pública – Funcionário – Militar – Princípio da igualdade – **19-66** (371)

Concursos para provimento de lugares da função pública – Participação das organizações representativas dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho da função pública – Lei de autorização legislativa – Sentido da autorização – Inconstitucionalidade – **13-58** (206)

Condenação como litigante de má fé – Princípio do contraditório – Audiência prévia – **10-50** (155)

Conselho dos Oficiais de Justiça – Competência disciplinar – Apreciação do mérito profissional – Independência dos tribunais – Independência dos juízes – Competência do Conselho Superior da Magistratura – **27-60** (594), **29-64** (628), **30-65** (660), **32-55** (724)

Conselho dos Oficiais de Justiça – Competência disciplinar – Independência dos tribunais – Independência dos juízes – Competência do Conselho Superior da Magistratura – **21-51** (411)

Conselho Superior da Magistratura – Exercício oficioso da acção disciplinar – Princípio da separação de poderes – **41-53** (995)

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Aplicação aos seus membros das incompatibilidades dos magistrados judiciais – Advogados – **13-61** (209)

Constituição da relação jurídica de emprego público – Contrato de trabalho a bordo – Instituto Nacional de Investigação das Pescas – Contrato de trabalho sem termo ou com termo incerto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases do regime e âmbito da função pública) – Inconstitucionalidade orgânica – **15-49** (269)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de Maio – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias) – Processo administrativo – **20-59** (396)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Prazo do recurso contencioso – Tutela jurisdicional efectiva – Direito ao recurso contencioso – **27-55** (584)

Contencioso tributário – Recurso para uniformização de jurisprudência – Oposição de acórdãos – **80-71** (2534)

Contra-ordenação tributária – Responsabilidade subsidiária dos administradores e gerentes – **75-54** (2312)

Contra-ordenações tributárias – Cúmulo material das coimas – **70-72** (2096)

Contrastarias – Proibição de matrícula – Efeito automático de penas – **44-68** (1100)

Contrato administrativo de execução continuada – Nulidade – Prestações já realizadas – Princípio da segurança jurídica – **75-54** (2313)

Contrato de provimento de pessoal docente – Caducidade – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime e âmbito da função pública) – Participação das organizações representativas dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho – Direito à segurança no emprego – **74-57** (2267)

Contrato de trabalho na Administração Pública – Bases do regime e âmbito da função pública – Caducidade do contrato – Extinção da pessoa colectiva pública – Sucessão nas atribuições – **77-46** (2364)

Contrato individual de trabalho da Administração Pública – Nulidade do contrato – Cedência ocasional de trabalhadores – Princípio da segurança no emprego – Princípio da confiança – Princípio da segurança jurídica – Princípio da dignidade da pessoa humana – Garantia da organização do trabalho em condições socialmente dignificantes – **45-51** (1132)

Contribuição autárquica – Dupla tributação – Princípio da justiça – **29-66** (636)

Contribuição especial – Princípio da não retroactividade dos impostos – **50-55** (1331), **51-46** (1379), **56-63** (1568)

Contribuições financeiras a favor de entidades públicas – Entidade Reguladora para a Comunicação Social – Taxa de regulação e supervisão – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime geral das contribuições financeiras a favor das entidades públicas) – **71-45** (2122), **73-61** (2216)

Contribuições para a segurança social – Estabelecimentos de ensino não superior particulares e cooperativos – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Princípio da confiança – Efeitos de declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral – **31-48** (686)

Contribuições para a Segurança Social – Pagamento retroactivo – **65-59** (1909)

Contribuições para a segurança social – Valores mínimos atribuídos à alimentação e ao alojamento integradores da remuneração do trabalho – Tributação de rendimentos presumidos – Reserva de lei – **19-64** (366)

Convite a correcção da petição – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – **63-60** (1853)

Convite a correcção da petição – Tutela jurisdicional efectiva – Direito a processo equitativo – **63-61** (1854)

Custas dos processos tributários – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime geral das taxas) – **29-66** (634)

Custas nos tribunais administrativos – Encargos – Despesas de expediente – Princípio da igualdade – Princípio do Estado de Direito democrático – Princípio da protecção da confiança – **15-53** (275)

Declaração de caducidade da declaração de utilidade pública da expropriação – Tribunal competente – **70-71** (2094)

Defensor do Contribuinte – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Definição de crimes – Responsabilidade civil da Administração – Bases do regime e âmbito da função pública) – **35-55** (790)

Deficiente das Forças Armadas – Revisão da pensão de reforma – Princípio da igualdade – **30-66** (663), **32-54** (722), **33-45** (764), **35-54** (787)

Deficientes das Forças Armadas – Reconstituição da carreira – Princípio da igualdade – **39-63** (960), **41-53** (997)

Deficientes das Forças Armadas – Reintegração no serviço activo – Militares dos quadros permanentes – Militares dos quadros de complemento – Princípio da igualdade – **23-66** (455)

Deliberações do Conselho Superior da Magistratura – Prazo do recurso – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais – Estatuto dos magistrados) – **21-56** (420)

Demarcação dos limites de freguesias – Competência da Assembleia da República – Princípio da tipicidade da competência dos órgãos de soberania – **25-47** (520)

Demolição de obras – Indeferimento tácito do pedido de legalização de obras ilegais – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – Direito de propriedade privada – *Jus aedificandi* – **25-40** (508)

Descontos obrigatórios para a segurança social – Militar na situação de reserva – Direito de propriedade privada – Direito à segurança social – Conhecimento de questão de inconstitucionalidade suscitada pela primeira vez na alegação de recurso jurisdicional para o STA – **6-57** (77)

Despachantes oficiais – Indemnização por cessação de contrato de trabalho – Tempo de serviço – Princípio da igualdade – **10-48** (152)

Despejo administrativo – Utilização de edificação em desconformidade com a licença – Reserva da função jurisdicional – **13-60** (207)

Direito ao recurso contencioso – Recurso hierárquico necessário – Decisão disciplinar – **73-60** (2212)

Direito à restituição de impostos indevidamente cobrados – Juros indemnizatórios – Princípio da igualdade – **13-62** (210)

Direito à tutela jurisdicional efectiva – Poderes do relator – Arguição de nulidade – Reclamação para a conferência – **21-54** (417)

Direito ao recurso – Recurso de decisão do Pleno da 1.<sup>a</sup> Secção do STA – Condenação por litigância de má fé – **14-59** (251)

Direito ao recurso contencioso – Acto confirmativo – **17-57** (311)

Direito ao recurso contencioso – Acto confirmativo – Acto definitivo e executório – Acto lesivo – Direito de acesso aos tribunais – **8-59** (111)

Direito ao recurso contencioso – Acto lesivo – Direito de acesso aos tribunais – **29-65** (631), **62-60** (1802)

Direito ao recurso contencioso – Acto recorrível – Procedimento de licenciamento de construção – Aprovação de projecto de arquitectura – Acto preparatório – **26-66** (550)

Direito ao recurso contencioso – Direito a decisão em prazo razoável – Provimento parcial de recurso hierárquico – Princípio da separação de poderes – Independência dos tribunais – **35-54** (789)

Direito ao recurso contencioso – Inutilidade superveniente da lide – Tutela jurisdicional efectiva – **29-60** (623)

Direito ao recurso contencioso – Legitimidade – Interesse directo, pessoal e legítimo – Tutela jurisdicional efectiva – Direito de acesso aos tribunais – **17-56** (309)

Direito ao recurso contencioso – Lei inovadora retroactiva – “Sanação” de actos nulos – **17-55** (306)

Direito ao recurso contencioso – Lei inovadora retroactiva – “Sanação” de actos nulos – Princípio da confiança – Princípio do Estado de Direito democrático – **18-44** (336)

Direito ao recurso contencioso – Limitação dos fundamentos do recurso – **13-65** (218)

Direito ao recurso contencioso – Prazo – Impugnação dos actos de fixação do imposto sobre o valor acrescentado – **19-66** (369), **27-59** (591)

Direito ao recurso contencioso – Recurso contencioso fiscal – Impugnação graciosa necessária – **20-58** (394)

Direito ao recurso contencioso – Recurso hierárquico necessário – **17-57** (310), **45-52** (1135), **49-64** (1283)

Direito ao recurso contencioso – Recursos de decisões disciplinares – Limitação do poder de cognição dos tribunais – **14-55** (245)

Direito ao recurso contencioso – Sisa – Recurso do resultado da avaliação de prédio – Limitação dos fundamentos do recurso – Vinculação da Administração – Discricionariedade técnica ou imprópria – Limites do controlo jurisdicional – Princípio da separação de poderes – **23-64** (453)

Direito ao recurso contencioso – Subdelegação de competência – Acto não coberto pela subdelegação – Rejeição do recurso contencioso – Direito a decisão em prazo razoável – Princípio da confiança – **27-56** (587)

Direito ao recurso contencioso – Tutela jurisdicional efectiva – Acto lesivo – Indeferimento de pedido de reapreciação de acto consolidado – **23-67** (457)

Direito ao recurso contencioso – Princípio da desconcentração administrativa – Recurso hierárquico necessário – Indicação dos meios de impugnação utilizáveis – Princípio da confiança – Princípio da boa fé – **41-51** (991)

Direito de acesso à função pública – Direito de progressão na carreira – Extinção de categoria – Retroactividade – **17-53** (300)

Direito de acesso aos tribunais – Direito ao recurso – Recurso para o Pleno da 2.<sup>a</sup> Secção do STA – Princípio da igualdade – **15-50** (271)

Direito de acesso aos tribunais – Direito ao recurso contencioso – Omissão da notificação da fundamentação do acto administrativo – Pedido de certidão contendo a fundamentação – Interrupção do prazo de recurso – **14-53** (241)

Direito de acesso aos tribunais – Recurso para o Pleno da Secção de Contencioso Administrativo do STA – **12-51** (189)

Direito de acesso aos tribunais – Recurso por oposição de julgados – Poderes dos relatores nos tribunais superiores – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **71-47** (2126)

Direito ao ensino – Construção de escolas – Acordo de colaboração entre o Estado e municípios – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases do sistema de ensino) – **20-59** (395)

Direito de informação – Acesso aos documentos administrativos – Segredo industrial – Intimação para passagem de certidão – **17-45** (293)

Direito de oposição – Autarquias locais – Grupos de cidadãos eleitores – **77-47** (2365)

Direito de reversão de bem expropriado – Caducidade – Notificação – Princípio do Estado de direito – Princípio da igualdade – Acesso aos tribunais – Propriedade privada – Notificação dos actos administrativos – **49-64** (1282)

Direito de reversão de bem expropriado – Entidade expropriante de direito público – Caducidade – Direito de propriedade – Notificação do acto administrativo – Direito de acesso aos tribunais – **8-57** (108)

Direitos de compensação – Autorização legislativa – Princípio da tipicidade tributária – **10-50** (156), **13-67** (221)

Direitos niveladores – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **6-57** (76)

Direitos niveladores – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Autorização legislativa – Sentido da autorização legislativa – Formas de publicidade dos actos – Reserva de lei – **31-52** (692)

Direitos sociais - Subsídio de desemprego – Caducidade – **80-71** (2533)

Disciplina dos oficiais de justiça – Recurso de actos do Conselho Superior de Magistratura – Prazo de interposição do recurso – **72-47** (2157)

Dívidas à segurança social – Responsabilidade dos administradores ou gerentes – Princípio da culpa – Princípio do Estado de Direito democrático – Princípio da igualdade – Princípio da justiça – Direito de propriedade privada – Princípio da capacidade contributiva – **23-69** (462), **26-67** (552)

Dívidas dos municípios à EDP – Inconstitucionalidade consequente – **15-48** (267)

Dívidas dos municípios à EDP – Retenção de verbas – Autonomia local – Tutela substitutiva da legalidade – Reserva da função judicial – **9-49** (127)

Dívidas fiscais – Clubes desportivos – Responsabilidade – Princípio da legalidade – **65-57** (1903)

Dívidas fiscais – Coimas – Responsabilidade civil subsidiária – **85-68** (2729)

Dívidas fiscais – Responsabilidade dos administradores ou gerentes – Princípio da culpa – Princípio do Estado de direito democrático – Princípio da igualdade – Princípio da justiça – Direito de propriedade privada – Princípio da capacidade contributiva – **18-47** (343)

Dívidas fiscais – Responsabilidade dos administradores ou gerentes – Princípio da igualdade – Princípio da proporcionalidade – **30-65** (661)

Dívidas fiscais – Responsabilidade dos administradores ou gerentes – Princípio da igualdade – Princípio da proporcionalidade – Princípio da justiça – Princípio da capacidade contributiva – **31-51** (690)

Dívidas fiscais – Responsabilidade dos administradores ou gerentes – Princípio da igualdade – Princípio da proporcionalidade – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Referenda – Inexistência jurídica – **37-51** (863)

Dívidas tributárias – Pagamento em prestações – Cobrança dos impostos – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Autorização legislativa – **26-68** (553)

Docentes – Tempo de serviço – Ausências ao serviço por exercício do direito de greve – Princípio da igualdade – **27-59** (592)

Domínio público marítimo – Domínio público estadual – Domínio público regional – Domínio público portuário – Margens do mar – Desafectação dominial – **79-62** (2483)

Efeitos das penas – Perda de direitos profissionais – Liberdade de exercício da profissão – Actividade de guarda-nocturno – **86-40** (2783)

Eleições para o Conselho Superior da Magistratura – Capacidade eleitoral activa – Magistrados judiciais em comissão de serviço não judicial – Juízes de direito em regime de estágio – Independência dos juízes – Delegação de poderes do CSM no seu Vice-Presidente – **10-47** (150)

Eleito local – Subsídio de transporte – Domicílio – Direito de participação política – **18-50** (347)

Eleitos locais – Aposentação – Princípio da igualdade – Segurança social – **8-58** (109)

Embargo administrativo de obras ou trabalhos licenciados ou efectuados em desconformidade com legislação relativa ao património cultural – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases do sistema de protecção do património cultural – Estatuto das autarquias locais) – Tutela administrativa – Autonomia local – **6-53** (73)

Emolumento notarial – Taxa – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **33-41** (754), **35-53** (784), **36-56** (821), **43-60** (1070)

Emolumentos – Execução de sentença anulatória de acto de liquidação – Participação emolumentar dos funcionários dos registos e do notariado – Caso julgado – Princípio da separação de poderes – Princípio da segurança jurídica – Princípio da obrigatoriedade das sentenças – **44-70** (1103), **49-64** (1284)

Emolumentos – Taxa – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **37-55** (877), **41-55** (1001)

Emolumentos do Tribunal de Contas – Julgamento de contas de autarquias locais – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Imposto – Taxa – **29-59** (622)

Emolumentos notariais – Liquidação – Impugnação – Princípio da igualdade – Direito ao recurso contencioso – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – Princípio da proporcionalidade – **23-58** (443)

Emolumentos notariais – Recurso das decisões dos conservadores e notários – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Competência dos tribunais) – **14-54** (242)

Empreitada de obras públicas – Suspensão dos trabalhos – Direito a indemnização – Ónus de comunicação da suspensão dos trabalhos – Tutela jurisdicional efectiva – **53-54** (1469)

Erro na identificação do autor do acto – Rejeição do pedido de suspensão de eficácia – Direito de acesso aos tribunais – **45-52** (1133)

Estabelecimento de ensino particular e cooperativo de nível não superior – Direito sancionatório – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias) – Regulamento – Reserva de acto legislativo – **71-46** (2125)

Estampilha da Liga dos Combatentes – Imposto – Taxa – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **33-43** (758)

Estatuto da Aposentação – Exercício de funções públicas por aposentados – Remuneração – Competência – Autonomia do poder local – Princípio “para trabalho igual salário igual” – **77-46** (2363)

Estatuto da Carreira Docente – Avaliação do desempenho – Princípio da separação e interdependência dos órgãos de soberania – Reserva de regulamento – **87-59** (2835)

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local – Lei de autorização legislativa – Participação das associações sindicais – Sentido da autorização legislativa – **11-60** (178)

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local – Lei de autorização legislativa – Participação das associações sindicais – Sentido da autorização legislativa – Pena de aposentação compulsiva – Direito à segurança no emprego – Princípio da proporcionalidade – **13-66** (220)

Estatuto dos Benefícios Fiscais – Conta poupança-habitação – Princípio da igualdade – **80-69** (2531)

Estatuto dos Eleitos Locais – Remuneração – Regime de permanência – Exclusividade de exercício de funções – Princípio da igualdade – **50-56** (1332)

Estatutos disciplinares especiais – Regulamento da Inspecção-Geral de Finanças – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime e âmbito da função pública – Regime geral de punição das infracções disciplinares) – Prazo de autorização legislativa – **3-49** (23)

Execução de créditos da Caixa Geral de Depósitos – Competência dos tribunais tributários – Competência dos tribunais judiciais – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **74-57** (2266)

Execução de julgado – Tribunal competente – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **52-63** (1435)

Execução de julgados – Intimação para entrega de certidão – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdiccional efectiva – **45-54** (1142)

Execução fiscal – Custas – Direito de acesso aos tribunais – Princípio da proporcionalidade – **18-43** (334)

Execução fiscal – Direito ao recurso contencioso – **29-65** (633)

Execução fiscal – Embargos de terceiro – Prazo – Direito de acesso aos tribunais – **30-68** (668)

Execução fiscal – Oposição à execução – Legitimidade do executado – Princípio da igualdade – **37-55** (878)

Execução fiscal – Pagamento da dívida – Direito de acesso aos tribunais – **33-44** (762)

Execução fiscal – Pagamento da dívida – Direito de acesso aos tribunais – Princípio da igualdade – **60-70** (1710)

Execução fiscal – Pedido de suspensão da execução por dedução de impugnação judicial da liquidação – Prazo de oposição à execução – Direito de acesso aos tribunais – **46-57** (1182)

Execução fiscal – Reserva da função jurisdicional – **33-44** (761)

Execução fiscal – Reserva da função jurisdicional – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **36-56** (820), 37-51 (864)

Execução fiscal – Venda executiva – Credores reclamantes – Princípio do Estado de Direito – **81-51** (2580)

Execução fiscal de dívidas de recursos próprios comunitários – Suspensão da execução – Princípio da igualdade – Tutela jurisdicional efectiva – **56-63** (1567)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Partes sobranes – Direito de propriedade privada – **26-65** (548)

Expropriação por utilidade pública – Indemnização por expropriação – Solo apto para construção – Vinculação administrativa dos solos – Plano director municipal – **86-41** (2784)

Extensão dos efeitos da sentença – Caso decidido – Princípio da confiança – Princípio da igualdade – **71-46** (2124)

Extinção da responsabilidade criminal – Extinção da responsabilidade contra-ordenacional – Princípio da igualdade – Princípio da proporcionalidade – Princípio da justiça – **23-62** (450)

Extinção de benefícios fiscais – Princípio da confiança – Princípio da igualdade – **37-52** (868)

Extinção de grau de recurso – Princípio da confiança – **45-52** (1137)

Função pública – Estrangeiros – Princípio da equiparação – **36-59** (829)

Função pública – Pensão de aposentação – Equivalência de categorias – Princípio da confiança – Princípio da igualdade – **49-63** (1281)

Função pública – Pessoal dirigente – Cessação da comissão de serviço – Direito ao provimento em categoria superior – Funcionários oriundos de carreiras ou corpos especiais – **33-42** (756)

Função pública – Pessoal dirigente – Cessação da comissão de serviço – Direito ao provimento em categoria superior – Funcionários oriundos de carreiras ou corpos especiais –

Autorização legislativa sobre matéria não fiscal contida na Lei do Orçamento – Prazo da autorização legislativa – Sentido da autorização legislativa – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases do regime e âmbito da função pública) – **20-53** (387)

Função pública – Remunerações – Princípio da igualdade – **56-63** (1569), **69-56** (2058)

Função pública – Remunerações – Progressão nos escalões – Princípio da igualdade – **17-56** (307), **23-64** (452), **30-66** (664), **32-52** (718), **42-58** (1030), **49-65** (1287), **55-49** (1523)

Função pública – Remunerações – Progressão nos escalões – Princípio da igualdade da retribuição (*para trabalho igual salário igual*) – **15-54** (276)

Função pública – Remunerações – Transição para nova estrutura – Princípio da igualdade – **55-48** (1519), **56-62** (1565), **75-57** (2319)

Função pública – Transição para nova escala salarial – Princípio da confiança – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – **37-53** (871)

Funcionários da Direcção-Geral dos Impostos – Suplemento de produtividade – Dedução do abono para falhas do pessoal das tesourarias da Fazenda Pública – Princípio da igualdade – Princípio da igualdade da retribuição (*para trabalho igual salário igual*) – **26-66** (549), **27-56** (586), **29-62** (625)

Funcionários de justiça – Competência do Conselho dos Oficiais de Justiça – Competência do Conselho Superior da Magistratura – **49-65** (1288)

Funcionários de justiça dos serviços do Ministério Público – Apreciação do mérito profissional – Conselho dos Oficiais de Justiça – Competência do Conselho Superior do Ministério Público – **52-64** (1437), **56-64** (1571), **69-57** (2060)

Funcionários dos serviços de apoio do Tribunal de Contas – Progressão nas carreiras – **45-53** (1139)

Fundamentação das decisões judiciais – Fundamentação por remissão – **31-49** (688)

Garantias dos contribuintes – Audiência prévia – Lei interpretativa – Princípio da não retroactividade dos impostos – Direito de participação na formação das decisões administrativas – Princípio da confiança – Princípio do Estado de direito democrático – **53-52** (1466)

Gestão dos estabelecimentos de ensino da Região Autónoma da Madeira – Violação de princípios fundamentais de lei geral da República – **39-63** (961)

Gestor público – Exoneração por conveniência de serviço – Indemnização – Princípio da igualdade – **81-48** (2575)

Governador civil – Funções de polícia – Licenciamento do funcionamento de estabelecimentos – **18-41** (331)

Greve – Definição dos serviços mínimos – Competência – **73-60** (2214)

Greve – Definição dos serviços mínimos – Competência do Governo – Competência das associações sindicais – **51-47** (1383)

Guarda Fiscal – Progressão na carreira – Tempo de serviço prestado nas polícias fiscais das ex-províncias ultramarinas – Princípio da igualdade – **19-65** (368)

Guarda Nacional Republicana – Promoção – Perda de direito profissional – Efeito automático de penas – **43-59** (1068)

Ilícito de mera ordenação social – Perda de veículo – Efeito automático de penas – Princípio da proporcionalidade – **20-56** (390), **21-55** (418), **30-63** (657)

Ilícito disciplinar dos magistrados judiciais – Liberdade de expressão – Princípio da determinabilidade – **41-56** (1006)

Ilícito disciplinar dos magistrados judiciais – Pena de demissão – Incapacidade de adaptação às exigências da função – Inaptidão profissional – Princípio da determinabilidade – **49-65** (1286)

Imposto de mais-valias – Impugnação de liquidação – Acto simulado – Declaração de nulidade – Princípio da legalidade – Princípio da igualdade – Princípio da capacidade contributiva – Princípio da tributação do rendimento real – Princípio da plena jurisdicionalidade dos tribunais tributários – Princípio da suficiência – **49-65** (1285)

Imposto do selo – Regulamento municipal – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Interpretação autêntica – **10-51** (157)

Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas – Correção do lucro tributável no caso de relações especiais – Preços de transferência – Princípio da legalidade tributária – Conceitos indeterminados – **52-63** (1436)

Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas – Custos dedutíveis – Rendas de locação financeira – Princípio da igualdade – **23-66** (456), **24-55** (489)

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – Dedução de prejuízos – Processo judicial de recuperação de empresas – Aquisição de sociedade em situação empresarial difícil – Princípio da igualdade – **65-58** (1906)

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – Determinação da matéria colectável – Custos atendíveis – Reintegrações – Amortizações – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **30-67** (665), **32-53** (719)

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – Determinação da matéria colectável – Custos atendíveis – Reintegrações – Amortizações – Reserva de competência

legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Princípio da tipicidade tributária – Conceitos indeterminados – **29-62** (627)

Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas – Lucro tributável – Sentido da autorização legislativa – Princípio da tributação do lucro real – **37-53** (870)

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – Pagamento especial por conta – Princípio da proporcionalidade – Proibição de retroactividade – **78-73** (2430)

Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares – Dedução de encargos com pensões de alimentos – Exigência de sentença judicial – Princípio da proporcionalidade – **37-54** (875), **38-56** (920)

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – Princípio da igualdade – Capacidade contributiva – **83-57** (2636)

Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares – Rendimentos derivados de pensões – Deduções específicas – Princípio da igualdade – Princípio da justiça – Princípio da capacidade contributiva – Princípio da protecção da confiança – **51-46** (1380)

Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares – Rendimentos do trabalho – Gratificações auferidas por empregados das bancas dos casinos – Autorização legislativa – Princípio da igualdade – **49-63** (1280), **53-55** (1473)

Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares – Encargos dedutíveis – Princípio da capacidade contributiva – **45-50** (1130)

Imposto sobre o valor acrescentado – Correção da liquidação – Princípio *in dubio pro reo* – **41-53** (996)

Imposto sobre sucessões – Rendimentos presumidos – **39-65** (967)

Impugnação da determinação da matéria colectável – Prova testemunhal – Tutela jurisdicional efectiva – **61-64** (1758), **68-53** (2018)

Impugnação da determinação de acesso à informação bancária – Prova testemunhal – Tutela jurisdicional efectiva – **61-64** (1760)

Impugnação do acto tributário – Reclamação necessária – Determinação indirecta da matéria tributável – **77-47** (2366)

Impugnação judicial de indeferimento de pedido de apoio judiciário – Prova documental – Direito de acesso aos tribunais – **74-57** (2264)

Impugnação judicial de liquidação de imposto – Custas – Direito de acesso aos tribunais – Princípio da proporcionalidade – **57-47** (1608)

Impugnação judicial de liquidação de taxas em processo de loteamento – Dispensa de prévia reclamação administrativa – Princípio da igualdade – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime das finanças locais) – **46-56** (1177)

Inconstitucionalidade por omissão – Segurança social – Protecção no desemprego – Trabalhadores da Administração Pública – **37-54** (873)

Indemnização por abate sanitário – Princípio da igualdade – Direito de propriedade – Justa indemnização – **51-47** (1381)

Indemnização por nacionalização – **78-73** (2429)

Infracções disciplinares do pessoal dos CTT – Competência dos tribunais administrativos – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime geral de punição das infracções disciplinares – Competência dos tribunais) – **35-53** (785)

Infracções fiscais – Extinção da responsabilidade criminal – Extinção da responsabilidade contra-ordenacional – Princípio da igualdade – **33-46** (766)

Infracções fiscais – Extinção da responsabilidade criminal – Extinção da responsabilidade contra-ordenacional – Princípio do Estado de direito democrático – **30-64** (659)

Inspecção tributária – Desrespeito do prazo de realização da inspecção – Cessaçãõ da suspensão do prazo de caducidade – **72-47** (2158), **73-60** (2213)

Institutos públicos – Regime de pessoal – **39-63** (962)

Institutos públicos – Regime de pessoal – Contrato individual de trabalho – Acesso à função pública – Princípio da igualdade – Princípio da imparcialidade – **65-58** (1908)

Institutos públicos – Regime de pessoal – Contrato individual de trabalho – Acesso à função pública – Princípio da igualdade – Princípio da imparcialidade – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases do regime e âmbito da função pública) – **42-58** (1031), **44-69** (1102)

Intervenção do Ministério Público nas sessões de julgamento do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Central Administrativo – Direito a um processo equitativo – **25-40** (509), **27-60** (593)

Intimação para passagem de certidão – Competência dos tribunais administrativos – Relação jurídica administrativa – Empresa municipal – **25-46** (517)

Intimação para passagem de certidão – Custo da certidão – Direito à certidão – Restrição de direito fundamental – Interpretação conforme à Constituição – **23-63** (451)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Direito de acesso aos tribunais – **63-61** (1855)

Intimação para um comportamento – Não intervenção da Administração – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – Direito a um processo equitativo – Função jurisdicional – Função administrativa – **37-49** (859)

Isenção de custas dos magistrados judiciais – Direito de acesso aos tribunais – **27-55** (585)

Isenção de custas dos magistrados judiciais – Princípio da igualdade – Restrição de direito fundamental – Direito de acesso aos tribunais – **20-58** (393)

Isenção de taxas municipais – Autonomia do poder local – **59-62** (1664)

Juízes dos tribunais administrativos e fiscais – Concurso de recrutamento – Condições de acesso – Princípio da igualdade – Princípio da proporcionalidade – **52-65** (1439)

Juízes dos tribunais administrativos e fiscais – Inspeções – Princípio da igualdade – **20-60** (397)

Juízes dos tribunais administrativos e fiscais – Juízes auxiliares – Concurso para nomeação como juízes do Tribunal Central Administrativo – Princípio da igualdade – **55-49** (1521)

Juros moratórios – Erro na liquidação de impostos – Erro de facto – Erro de direito – Princípio da igualdade – **19-66** (370)

Lei Geral Tributária – Avaliação da matéria colectável – Acto destacável – Tutela jurisdicional efectiva – Meio processual urgente – **78-74** (2431)

Licença de uso e porte de arma – Efeitos de condenação penal – **63-61** (1857)

Licença de utilização de domínio público marítimo – Reversão – Direito de propriedade – **56-65** (1574)

Liquidação de impostos – Notificação – Direito ao recurso contencioso – **33-42** (757)

Loteamento – Acção para reconhecimento de direito – Deferimento tácito de pedido de licenciamento de operação de loteamento – Caducidade – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Competência dos tribunais) – **20-55** (388)

Magistrado do Ministério Público – Classificação de serviço – Suspensão – **2-62** (2)

Magistrado judicial – Classificação de serviço – Ponderação de elementos posteriores ao período de inspecção – Princípio da igualdade – **3-49** (22)

Magistrados judiciais – Aposentação ou jubilação por incapacidade – Princípio da igualdade – **4-67** (46)

Membro do Conselho dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Exercício de patrocínio – Princípio da independência dos juízes e dos tribunais – **63-60** (1851)

Militar da Guarda Fiscal – Infracção disciplinar – Restrição à liberdade de expressão – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias) – Inconstitucionalidade orgânica – **23-60** (447)

Militares – Cessação de funções – Remuneração correspondente a férias e subsídio de férias – Princípio da igualdade – Direito a férias periódicas pagas – **18-45** (338)

Militares – Reconstituição da carreira – Princípio da igualdade – **80-71** (2535)

Militares da Guarda Nacional Republicana – Dispensa de serviço – Medida estatutária – Direito à segurança no emprego – Princípio da igualdade – Princípio da proporcionalidade – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Regime geral de punição das infracções disciplinares –

Bases do regime e âmbito da função pública) – **25-42** (512), **26-64** (546), **31-49** (687), **35-54** (788)

Militares da Guarda Nacional Republicana – Dispensa de serviço – Medida estatutária – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Regime geral de punição das infracções disciplinares – Bases do regime e âmbito da função pública) – **57-48** (1609)

Notificação de mandatário forense – Mudança de escritório – Direito de acesso aos tribunais – **14-57** (247)

Notificação do acto administrativo – Notificação deficiente – Omissão da notificação da fundamentação do acto – Ónus de requerer a notificação da fundamentação do acto – Direito ao recurso contencioso – **15-55** (279)

Notificação do acto administrativo – Publicação do acto – Edital – Concurso interno condicionado – Tutela jurisdicional efectiva – **53-53** (1468)

Novo sistema retributivo da função pública – Transição – Remunerações acessórias atendíveis – Princípio da igualdade – **60-71** (1712), **61-63** (1756)

Nulidade do acto administrativo – Elemento essencial do acto administrativo – Procedimento administrativo – Audiência prévia – Fundamentação do acto administrativo – **73-61** (2215)

Oficiais da Polícia de Segurança Pública – Antiguidade – Princípio da igualdade – **45-50** (1131)

Oposição à execução fiscal – Recurso de decisões jurisdicionais – Apresentação das alegações juntamente com o requerimento de interposição do recurso – Prazo de interposição do recurso – Direito de acesso aos tribunais – **25-48** (521)

Ordenamento do território – Parque Nacional da Arrábida – Demolição de obras – Direito de propriedade privada – Direito à habitação – **30-68** (667)

Ordenamento do território – Proibição de construção – Direito de propriedade – Princípio do Estado de direito – **72-48** (2162)

Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA) – Autonomia regional – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República – Liberdade de associação – Princípio da igualdade – Princípio da determinabilidade da lei – Princípio da proporcionalidade – **81-48** (2576)

Parecer do Ministério Público – Recurso contencioso – Acção sobre contratos – Direito a um processo equitativo – Princípio do contraditório – Reclamação necessária prévia a recurso hierárquico – Direito de acesso aos tribunais – Princípio do Estado de direito democrático – Princípio da proporcionalidade – **29-56** (620)

Patrocínio judiciário de entes públicos – Direito de acesso aos tribunais – **74-58** (2268)

Pena de perda de pensão de aposentação – Dignidade da pessoa humana – **60-70** (1709), **62-60** (1801)

Pensão de aposentação – Actualização – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases do regime e âmbito da função pública) – Princípio da proporcionalidade – **13-64** (215)

Pensão de aposentação – Alteração da fórmula de cálculo – Princípio da confiança – **59-62** (1665)

Pensão de aposentação – Alteração do regime de determinação do montante da pensão – Princípio da protecção da confiança – Princípio da boa fé – Princípio da igualdade – Princípio da justiça – **18-49** (345)

Pensão de aposentação – Alterações ao método de cálculo da pensão – Direito à contratação colectiva – Segurança Social – **74-57** (2265), **75-57** (2320)

Pensão de aposentação – Dedução para eliminação dos efeitos da majoração dos vencimentos em virtude da tributação em imposto profissional – Autorização legislativa – **2-63** (3)

Pensão de aposentação – Fixação de limite máximo da média da remuneração mensal relevante – Princípio da protecção da confiança – Direito à segurança social – Princípio da não retroactividade da lei – **14-60** (253)

Pensão de aposentação – Funcionários da ex-administração ultramarina – Caducidade – Princípio da igualdade – Direito à segurança social – Princípio da confiança – **43-58** (1066)

Pensão de aposentação – Funcionários da ex-administração ultramarina – Caducidade – Princípio da igualdade – Princípio do aproveitamento total do tempo de serviço – Princípio da confiança – **42-62** (1038)

Pensão de aposentação – Lei com valor reforçado – Regime de negociação colectiva e de participação dos trabalhadores em regime de direito público – **46-58** (1183)

Pensão de aposentação – Limites – Princípio da protecção da confiança – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – Princípio da contributividade – **75-56** (2317)

Pensão de aposentação – Princípio do aproveitamento total do tempo de serviço – **17-56** (308)

Pensão de aposentação – Recálculo da pensão – Princípio da igualdade – Princípio da igualdade – **30-68** (666)

Pensão de aposentação – Participação das organizações representativas dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho da função pública – **41-55** (1004)

Pensão de aposentação – Período de garantia – **74-56** (2261)

Pensão de aposentação – Segunda aposentação – Princípio do aproveitamento integral do tempo de trabalho – **59-64** (1669), **66-69** (1949)

Pensão de reforma – Alteração do regime – Princípio da igualdade – **44-70** (1104)

Pensão de sobrevivência – Funcionário público – Princípio da igualdade – **70-71** (2095)

Perda de direito profissional – Efeito automático de condenação disciplinar – Médico veterinário – Acreditação como director de clínica médico-veterinária – **71-46** (2123)

Perda de mandato – Inelegibilidade superveniente – Funcionário de autarquia – Requisição – Empresa municipal – Princípio da proporcionalidade – **30-63** (658)

Perda de mandato – Tutela administrativa – Princípio da legalidade – *Nulla poena sine lege* – **17-48** (296)

Perda de veículo – Não cumprimento de formalidades aduaneiras – Direito de propriedade – Garantias de defesa – **42-61** (1037)

Pessoal docente do ensino superior e de investigação – Vencimentos – Progressões nos escalões – Princípio da igualdade da retribuição (*para trabalho igual salário igual*) – **13-60** (208), **38-57** (921)

Pessoal técnico superior do Tribunal de Contas – Transição – Princípio da igualdade – **57-47** (1607)

Plano de Urbanização da Costa do Sol – Falta de publicação no jornal oficial – Aplicação da Constituição no tempo – Princípios da segurança e da protecção da confiança – **3-53** (29)

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve – Zonas de ocupação turística – Deslegalização – Remissão de regulamento para regulamento menos solene – Reserva de decreto regulamentar – Restrições ao direito de propriedade – *Jus aedificandi* – Ordenamento do território – Protecção do ambiente – **15-54** (277)

Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROTs) – Confirmação de compatibilidade de licenças de loteamento, de obras de urbanização e de construção e de aprovações de localização e construção de empreendimentos turísticos com os PROTs – Direito de propriedade – *Jus aedificandi* – Liberdade de iniciativa económica privada – Autonomia local – Princípio do Estado de direito – Protecção da confiança – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Estatuto das autarquias locais – Direitos análogos aos direitos, liberdades e garantias) – **17-49** (298)

Prazo das alegações do recorrido – Direito a processo equitativo – Princípio da igualdade – **55-49** (1522)

Prazo de interposição de recurso hierárquico da homologação da classificação final de concurso da função pública – Contagem do prazo – Princípio da igualdade – **8-62** (114)

Prazo do recurso contencioso – Contagem do prazo – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – Direito ao recurso contencioso – **24-52** (486)

Prazo do recurso contencioso – Notificação do acto – Publicação do acto – Deliberação do Conselho Superior da Magistratura – Direito ao recurso contencioso – **18-48** (344)

Prazo do recurso contencioso – Notificação do acto – Publicação do acto – Direito ao recurso contencioso – **5-58** (58)

Prazo do recurso hierárquico – Notificação do acto – Omissão da notificação da fundamentação do acto – **37-53** (869)

Prazo do recurso jurisdicional – Aplicação da lei no tempo – Princípio da confiança – **61-64** (1759)

Prazo para impugnação judicial – Impostos de cobrança virtual – Princípio da igualdade – **13-64** (214)

Prescrição das dívidas tributárias – Suspensão da prescrição – Princípio da protecção da confiança – **81-50** (2578)

Prescrição do procedimento contra-ordenacional fiscal – Princípio da igualdade – **3-52** (27)

Prescrição do procedimento contra-ordenacional fiscal – Princípio da igualdade – Princípio do Estado de direito democrático – **10-47** (149)

Presunções tributárias – Ilisão – Princípio da capacidade contributiva – Direito de acesso aos tribunais – **42-60** (1035)

Princípio da capacidade contributiva – Mais-valias – Reserva de lei parlamentar – **85-66** (2727)

Princípio da legalidade fiscal – Imposto sobre os produtos petrolíferos – Gasóleo colorido e marcado – Inconstitucionalidade orgânica – **83-54** (2630)

Princípio da legalidade fiscal – Taxas municipais – Licenciamento de painéis publicitários – **83-54** (2631)

Privilégio creditório – Créditos fiscais – Princípio do Estado de Direito democrático – Princípio da confiança – **33-40** (752), **35-54** (786), **36-57** (822), **37-49** (858)

Privilégio creditório – Princípio do Estado de Direito democrático – Princípio da confiança – **25-46** (516)

Privilégio creditório – Princípio do Estado de Direito democrático – Princípio da confiança – Referenda – Inexistência jurídica – **23-67** (458)

Procedimento administrativo – Legitimidade – Associações sindicais – **2-62** (1)

Procedimento administrativo – Recurso hierárquico – Envio por correio electrónico – Contagem do prazo – **80-70** (2532)

Procedimento disciplinar – Princípio da legalidade – Princípio da tipicidade – Magistrados judiciais – **84-71** (2688)

Processo de intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Subsidiariedade face aos meios cautelares – Direito a tutela jurisdicional efectiva – **56-62** (1563)

Processo de execução fiscal – Pagamento em prestações – Suspensão da prescrição – “Plano Mateus” – **83-57** (2635)

Processo disciplinar a magistrado – Direito de defesa – Requisitos da acusação – Notificação do relatório final – **42-63** (1040)

Processo disciplinar militar – Cumulação de funções instrutórias e decisórias – Princípio da imparcialidade da Administração – Aplicação à Administração militar – Processo sancionatório – Prisão disciplinar – **32-53** (720)

Processo tributário – Aplicação da lei no tempo – Direito ao recurso contencioso – Direito de acesso aos tribunais – Princípio da confiança – **41-52** (994)

Processo tributário – Recurso de decisões jurisdicionais – Apresentação das alegações juntamente com o requerimento de interposição do recurso – Direito de acesso aos tribunais – **46-58** (1185)

Proibição temporária de transformação de terrenos com povoamento florestal percorrido por incêndios – Direito de propriedade – Princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça e da proporcionalidade – **19-65** (367)

Providência cautelar – Embargo de obra nova – Suspensão da execução de obras – Responsabilidade civil extracontratual – Pessoas colectivas públicas – Competência dos tribunais administrativos – Demanda de particulares em conjunto com entidades públicas – **78-75** (2432)

Publicidade de planos urbanísticos – Aplicação da Constituição no tempo – Inconstitucionalidade superveniente – Inconstitucionalidade material – **45-54** (1141)

Recurso contencioso – Acto recorrível – Acto preparatório – Contagem prévia do tempo de serviço para efeitos de aposentação – **13-65** (216)

Recurso contencioso – Competência dos tribunais administrativos – Deliberações do Conselho Superior da Magistratura – Magistrados judiciais – Avaliação – Inspeções – **4-66** (45)

Recurso contencioso – Deserção por falta de alegações – Princípio da igualdade – **13-66** (219)

Recurso contencioso – Deserção por falta de alegações – Princípio da igualdade – Direito de acesso aos tribunais – **37-51** (865), **46-56** (1179)

Recurso contencioso – Legitimidade – Associações sindicais – **15-51** (273), **27-58** (588)

Recurso contencioso – Parecer do Ministério Público – Legitimidade do recorrente – Direito a processo equitativo – Princípio do contraditório – **62-61** (1805)

Recurso contencioso – Petição de recurso – Remessa sob registo postal – Princípio da igualdade – Direito ao recurso – Direito à tutela jurisdicional efectiva – **38-55** (915), **41-54** (999), **43-58** (1065)

Recurso contencioso – Tramitação – Deslegalização – **36-59** (827)

Recurso contencioso – Inutilidade superveniente da lide – **45-52** (1136)

Recurso contencioso dos actos do processo eleitoral do Conselho Superior da Magistratura – Legitimidade – Inconstitucionalidade orgânica – Reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República – Eleições de órgãos constitucionais – Reenvio normativo da lei para regulamento – **4-66** (44)

Recurso das deliberações do Conselho dos Oficiais de Justiça – Tribunal competente – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **18-51** (350)

Recurso de actos relativos à propriedade industrial – Competência dos tribunais judiciais – Competência dos tribunais administrativos – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Organização e competência dos tribunais) – **25-44** (514)

Recurso de decisão sobre pedido de suspensão de eficácia – Apresentação das alegações juntamente com o requerimento de interposição do recurso – Prazo de interposição do recurso – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – **23-59** (445)

Recurso de deliberação do Conselho Superior da Magistratura – Contagem do prazo de interposição – Direito de acesso aos tribunais – **7-56** (91)

Recurso excepcional de revista – Direito ao recurso – Tutela jurisdicional efectiva – **68-53** (2019)

Recurso excepcional de revista – Direito de acesso aos tribunais – **72-48** (2160)

Recurso excepcional de revista – Inimpugnabilidade da decisão de não admissão – Direito de acesso aos tribunais – **75-56** (2318)

Recurso hierárquico – Legitimidade – Associações sindicais – **61-63** (1757)

Recurso jurisdicional de decisão de recurso contencioso – Objecto – Direito de acesso aos tribunais – **23-69** (461)

Recurso para o Plenário do Supremo Tribunal Administrativo – Decisão do Pleno de Secção em 1.º grau de jurisdição – Direito de acesso aos tribunais – Direito ao recurso – Princípio da igualdade – **31-53** (694)

Recurso para o Plenário do Supremo Tribunal Administrativo – Direito de acesso aos tribunais – **33-41** (755)

Recurso para o plenário geral do Tribunal de Contas – Direito de acesso aos tribunais – Violação de caso julgado – **11-62** (180)

Recurso para o Pleno da 1.<sup>a</sup> Secção do STA – Direito de acesso aos tribunais – Duplo grau de jurisdição – **42-62** (1039), **46-58** (1184)

Recurso para o Pleno da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo – Decisão de condenação como litigante de má fé – Direito ao recurso – **52-64** (1438)

Recurso por oposição de julgados – Direito de acesso aos tribunais – Oposição entre acórdãos das Secções de Contencioso Administrativo e das Secções de Contencioso Tributário – **74-56** (2263)

Recurso por oposição de julgados – Identidade das situações de facto – Princípio da igualdade – Direito de acesso aos tribunais – **6-53** (72), **17-55** (305)

Recurso por oposição de julgados – Remissão para o Código de Processo Civil – Fase preliminar (Verificação da existência de oposição de julgados) – Remissão estática – Princípio da separação de poderes – Dever dos tribunais de obediência à lei – **53-54** (1471)

Recurso por oposição de julgados – Parecer do Ministério Público – Notificação – Direito a um processo equitativo – **41-52** (992)

Recurso tutelar necessário – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Garantias dos administrados) – Direito ao recurso contencioso – Reserva de lei material – Regulamento – Princípio da primariedade da lei – **15-52** (274), **38-55** (914)

Recursos dos actos dos conservadores do registo predial – Competência dos tribunais judiciais – Competência dos tribunais administrativos – **41-54** (998)

Referendo local – Limites temporais – **75-53** (2310)

Reforma agrária – Direito de reversão de bem expropriado – Princípio do Estado de direito democrático – Política agrícola – **36-58** (825)

Reforma agrária – Nacionalização – Justa indemnização – **59-63** (1667)

Regime disciplinar dos funcionários de justiça – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime geral de punição das infracções disciplinares) – **29-65** (632)

Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas – Estatuto dos magistrados judiciais – Cativação de vencimento de funcionário – Preferência de pessoas colectivas na celebração de contratos de prestação de serviços – Reserva de lei – Remuneração dos funcionários – **67-72** (1990)

Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas – Manutenção e conversão da relação jurídica de emprego público – Princípios fundamentais do regime jurídico – Autonomia regional – **83-56** (2633)

Regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas – Reserva de função pública – Direito à segurança no emprego – Princípio da protecção da confiança – **81-50** (2579)

Regulamento – Falta de invocação de lei habilitante – **37-50** (862), **38-56** (916), **56-64** (1572)

Regulamento – Falta de invocação de lei habilitante – Inconstitucionalidade formal – Aplicação da Constituição no tempo – **53-55** (1472)

Regulamento – Invocação da lei habilitante – **69-57** (2061)

Regulamento – Princípio da prevalência da lei – Falta de invocação de lei habilitante – Constitucionalidade – **8-57** (107)

Regulamento das Inspeções Judiciais – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Estatuto dos magistrados judiciais) – Competência regulamentar do Conselho Superior da Magistratura – Princípio da igualdade – **32-54** (721)

Regulamento dos Centros de Saúde – Falta de invocação de lei habilitante – Regulamento interno – **21-56** (421)

Regulamento sobre avaliação do aproveitamento escolar nos ensinos preparatório e secundário – Regulamento externo – Invocação de lei habilitante – **17-57** (312)

Regulamentos – Dever de citação da lei habilitante – Decreto-Lei – **62-61** (1804)

Regulamentos autónomos – Ordem dos Advogados – Exame de acesso ao estágio – **86-39** (2780)

Relação jurídica de emprego público – Contrato de trabalho a termo – Proibição de conversão em contrato de trabalho sem termo – Direito à segurança no emprego – Princípio da igualdade – Acesso à função pública – Regra do concurso – **19-67** (372), **20-56** (389), **21-56** (422), **23-68** (460), **24-56** (492), **27-60** (595)

Relação jurídica de emprego público – Contrato de trabalho a termo – Proibição de conversão em contrato de trabalho sem termo – Princípio do Estado de Direito democrático – Princípio da igualdade – Direito à segurança no emprego – **14-56** (246)

Remoção de animais – Mandado judicial para acesso ao local – Competência dos tribunais administrativos – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Competência dos tribunais) – **63-61** (1856)

Reprivatização – Venda directa – Princípio da confiança – Princípio da boa fé – Princípio da igualdade – Responsabilidade do Estado – Teoria do fim protegido – Tutela jurisdicional efectiva – **61-64** (1761)

Rescisão de contrato de provimento do pessoal do Serviço de Informações de Segurança (SIS) sem aviso prévio e sem indemnização – Segurança no emprego – Princípio da justiça – **3-48** (21)

Reserva da função jurisdicional – Cobrança pela Direcção-Geral do Turismo das importâncias indevidamente recebidas dos seus clientes por empresas de viagens e turismo – **12-50** (187)

Reserva de competência legislativa – Bases do regime da função pública – Subsídio de residência – Instituto de Meteorologia – **85-67** (2728)

Reserva Ecológica Nacional – Direito de propriedade – Loteamento – *Jus aedificandi* – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos análogos aos direitos, liberdades e garantias – Meios e formas de intervenção nos solos por motivo de interesse público) – Decreto-lei de desenvolvimento de lei de bases – Menção da lei de bases – **31-50** (689)

Reserva Ecológica Nacional – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Bases do sistema de protecção da natureza e do equilíbrio ecológico) – Inconstitucionalidade orgânica – **15-55** (278), **23-57** (442)

Responsabilidade civil da Administração – Responsabilidade dos titulares dos órgãos, funcionários ou agentes – Negligência – **45-53** (1138), **50-55** (1329)

Responsabilidade civil extracontratual da Administração fundada em acto administrativo ilegal – Interrupção da prescrição – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Responsabilidade civil da Administração) – **33-43** (759)

Responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas fundada em actos ilegais – Conduta processual negligente do lesado – **14-59** (250)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Acto administrativo anulado por falta de fundamentação – **63-60** (1852)

Responsabilidade disciplinar – Factos não praticados no exercício de funções ou por causa delas – Reserva da intimidade da vida privada – **23-59** (444)

Responsabilidade do Estado – Ilícito Legislativo – Lei Quadro De Criação De Municípios – Lei De Valor Reforçado – Recurso De Constitucionalidade – **81-49** (2577)

Responsabilidade por dívidas fiscais – Reversão – Chefe de Serviço de Finanças – Princípio da separação de poderes – Reserva da função jurisdicional – **65-58** (1907)

Responsabilidade subsidiária dos administradores ou gerentes – Coimas – Regime Geral das Infracções Tributárias – **86-40** (2782)

Retroactividade da lei – Proibição da retroactividade fiscal – Princípio da confiança – IRS – **84-72** (2689)

Retroactividade da lei fiscal – Extinção de isenção – Princípio da confiança – **21-55** (419)

Retroactividade da lei fiscal – Lei interpretativa – Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – Derramas – Custos fiscais – Aplicação da Constituição no tempo – Princípio da confiança – **12-51** (188), **21-53** (416), **29-57** (621), **33-40** (753)

Retroactividade da lei fiscal – Princípio da confiança – Sisa – Isenção – **75-53** (2311)

Retroactividade fiscal – IRC – Tributação autónoma – **86-39** (2781)

Sanção administrativa compulsória – Demora no desalfandegamento de mercadorias – Imposição de percentagem fixa sobre o valor da mercadoria – Princípio da proporcionalidade – Princípio da igualdade – **31-52** (693), **37-50** (861)

Segurança social – Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores – Contribuições dos beneficiários – **27-58** (589)

Seleção de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas – Reprovação – Prazo para apresentação a novas provas – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Regime e âmbito da função pública) – Princípio da igualdade – **5-58** (57)

Serviço Nacional de Saúde – cartão de utente – **77-45** (2361)

Sigilo bancário – Reclamação graciosa ou impugnação judicial de acto tributário – Determinação da matéria colectável por métodos indirectos – Comunicação à tutela – **65-59** (1910)

Sisa – Avaliação do imóvel – Princípio da capacidade contributiva – **59-62** (1663)

Sisa – Impugnação judicial da avaliação – Prazo – Direito de acesso aos tribunais – Direito ao recurso contencioso – **25-39** (507)

Sistema retributivo dos militares – Diferencial de remuneração – Militares dos quadros permanentes – Militares em regime de contrato – Princípio da igualdade – **42-59** (1032)

Sistema retributivo dos militares – Sargentos da Marinha – Diferencial de remuneração – Aplicação da lei no tempo – Princípio da igualdade – **17-49** (297), **18-50** (348), **31-51** (691)

Sistema retributivo dos militares – Sargentos da Marinha – Reposicionamento nos escalões remuneratórios – Princípio da igualdade – **32-56** (728), **33-44** (763)

Sociedade de advogados – Razão social – Direito à identidade pessoal – Direito ao nome – **24-55** (491)

Subsídio de desemprego – Prazo do requerimento – Princípio da proporcionalidade – Direito à segurança social – **65-57** (1902)

Subsídio de Natal – Militar – Exigência de manutenção ao serviço activo em 1 de Novembro de cada ano – Princípio da igualdade – **14-55** (244)

Suspensão de eficácia – Acção para reconhecimento de direito – Tutela jurisdicional efectiva – **33-43** (760)

Suspensão de eficácia – Convite à correcção da petição – Princípio da igualdade – Tutela jurisdicional efectiva – **23-62** (449)

Suspensão de eficácia – Cumulatividade dos requisitos – Direito de acesso aos tribunais – Direito ao recurso contencioso – Princípio da igualdade de armas – **8-61** (113)

Suspensão de eficácia – Direito a tutela jurisdicional efectiva – **29-62** (626)

Suspensão de eficácia – Direito à tutela jurisdicional efectiva – Acto de conteúdo negativo – Restrição de direitos, liberdades e garantias – Intervenção do Ministério Público nas sessões de julgamento do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Central Administrativo – Direito a um processo equitativo – Isenção de custas dos magistrados judiciais – Direito de acesso aos tribunais – Independência dos tribunais – **24-54** (488)

Suspensão de eficácia – Direito à tutela jurisdicional efectiva – Direito ao recurso contencioso – **37-54** (874)

Suspensão de eficácia – Direito à tutela jurisdicional efectiva – Restrição de direitos, liberdades e garantias – Intervenção do Ministério Público nas sessões de julgamento do Supremo Tribunal Administrativo – Direito a um processo equitativo – Isenção de custas dos magistrados judiciais – **17-51** (299)

Suspensão de eficácia – Efeito suspensivo dos recursos em acção popular – Impropriedade do meio processual – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – **20-51** (384)

Suspensão de eficácia – Prazo para a resposta da entidade requerida e dos contra-interessados – Início da contagem do prazo – Princípio da igualdade – **21-52** (414)

Suspensão de eficácia – Prejuízo de difícil reparação – Direito a tutela jurisdicional efectiva – Princípio da presunção de inocência – **36-59** (828)

Suspensão de eficácia – Prejuízo de difícil reparação – Direito a tutela jurisdicional efectiva – Restrição de direitos, liberdades e garantias – **18-46** (340)

Suspensão de eficácia – Proibição de suspensão de eficácia do acto de revogação de autorização para exercício de actividade de intermediação em valores mobiliários – Princípio da igualdade – **3-47** (20)

Suspensão de eficácia – Recurso para o Pleno da 1.ª Secção – Direito de acesso aos tribunais – Duplo grau de jurisdição – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Organização e funcionamento dos tribunais) – Directiva n.º 89/665/CEE – **8-60** (112)

Suspensão de eficácia – Recurso para o Pleno da 1.ª Secção – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Organização e funcionamento dos tribunais) – Princípio da igualdade – Direito de acesso aos tribunais – Duplo grau de jurisdição – **6-54** (74)

Suspensão de eficácia de normas regulamentares – Direito de acesso aos tribunais – Tutela jurisdicional efectiva – **25-45** (515)

Sustação da execução fiscal – Instauração de processo de recuperação de empresa ou de falência – Princípio da igualdade – **59-63** (1668)

Taxa – Imposto – Aplicação da Constituição no tempo – Inconstitucionalidade orgânica – **37-52** (867), **38-56** (917)

Taxa – Tarifa por recolha de lixos – Presunções – Princípio da igualdade – **23-60** (446)

Taxa da peste suína africana – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **18-42** (333), **20-56** (391)

Taxa de estacionamento deficitário – Taxa – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **18-49** (346)

Taxa de conservação de esgotos – Princípio da legalidade tributária – Princípio da proporcionalidade – **62-60** (1803)

Taxa de conservação de esgotos – Princípio da legalidade tributária – Princípio da proporcionalidade, Princípio da igualdade – **67-71** (1987)

Taxa de ocupação da via pública – Regulamento – Falta de invocação de lei habilitante – **26-65** (547), **32-56** (727)

Taxa de publicidade – Taxa – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **69-56** (2057)

Taxa de radiodifusão – Imposto – Taxa – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **10-49** (153)

Taxa de salubridade – Imposto – Taxa – Princípio da legalidade tributária – **55-49** (1520), **56-63** (1566)

Taxa de urbanização – Falta de invocação de lei habilitante – **18-42** (332)

Taxa de urbanização – Imposto – Taxa – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **25-47** (518), **29-64** (630), **69-57** (2062)

Taxa de urbanização – Regulamento – Falta de invocação de lei habilitante – **21-52** (412), **23-65** (454), **27-61** (597), **29-61** (624), **30-66** (662), **36-58** (826), **37-55** (876), **41-54** (1000)

Taxa de urbanização – Regulamento – Falta de invocação de lei habilitante – Imposto – Taxa – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **24-53** (487), **25-41** (510), **26-67** (551), **45-53** (1140)

Taxa pela ocupação de subsolo com condutas de combustível – Princípio da proporcionalidade – **60-71** (1711)

Taxa pela ocupação de subsolo com condutas de combustível – Taxa – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Princípio da igualdade – Princípio da proporcionalidade – **41-56** (1005), **46-56** (1180)

Taxa por ocupação do domínio público – Instalação de estação de abastecimento de combustíveis – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **38-55** (913), **39-64** (966), **42-60** (1034)

Taxa por posto de abastecimento de combustíveis – Taxa – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **25-43** (513), **41-55** (1003), **44-70** (1105), **46-56** (1178), **74-56** (2262)

Taxa sobre comercialização de produtos de saúde – Princípio da legalidade tributária – Princípio da determinabilidade – **45-50** (1129), **46-55** (1176)

Taxas de comercialização de leite e lactínios – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Autorização legislativa – **61-63** (1755)

Taxas de publicidade – Regulamento – Falta de invocação de lei habilitante – **21-52** (413)

Taxas de publicidade – Taxa – Imposto – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **29-66** (635)

Taxas de publicidade – Taxa – Imposto especial – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – **12-53** (192), **20-52** (385), **32-55** (725), **42-60** (1033), **44-69** (1101), **46-59** (1187)

Taxas dos organismos de coordenação económica – Receitas do IROMA (Instituto Regulador e Orientador dos Mercados Agrícolas) – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Criação de impostos) – Princípio da anualidade orçamental – **10-48** (151)

Titular de cargo político – Subvenção mensal vitalícia – Governador de Macau – Princípio da igualdade – **17-58** (313)

Titular de cargo político – Subvenção mensal vitalícia – Secretário Adjunto do Governo de Macau – Princípio da igualdade – **18-44** (337)

Trabalhadores dos consulados – Regime disciplinar da função pública – Direito à segurança no emprego – Restrição de direitos, liberdades e garantias – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República (Direitos, liberdades e garantias – Regime geral de punição das infracções disciplinares) – **18-47** (342)

Transição para o quadro de pessoal do Ministério da Defesa Nacional – Princípio da igualdade – Igualdade de acesso à função pública – **18-45** (339)

Tutela jurisdicional efectiva – Restrição de meios de prova – **69-55** (2055)

Universidades públicas – Promoção de docentes universitários – Concurso – Princípio do igualdade de acesso à função pública – Princípio da autonomia universitária – **72-48** (2161)

Vencimentos dos magistrados – Congelamento – Princípio da confiança – **59-63** (1666)

Vencimentos dos magistrados judiciais – Princípio da igualdade – Princípio da protecção da confiança – **9-48** (126), **14-55** (243)

## ***B – Tribunal dos Conflitos***

Acção de indemnização – Estradas de Portugal, EP – **68-54** (2021)

Acção de honorários – Competência dos tribunais comuns – **70-72** (2097)

Acção popular – Bem do domínio público local – Jurisdição competente – **84-73**  
(2690)

Actos médicos praticados num hospital público transformado em sociedade anónima  
– Conflito de jurisdição – Tribunal competente – **72-49** (2165)

Adjudicatário de obras públicas – Dano – Responsabilidade civil – Competência dos  
tribunais administrativos – **83-58** (2637)

Apoio judiciário – Competência dos tribunais administrativos – **61-66** (1764)

Apoio judiciário – Recusa – Decisão da Segurança Social – Tribunal competente para  
a impugnação – **59-65** (1671)

Aquisição de serviços de consultoria e organização em regime de avença – **80-73**  
(2539)

Cemitério – Jazigo – Ratificação de embargo – Conflito de jurisdição – Competência  
dos tribunais administrativos – **83-58** (2638)

Competência do STJ – Autorização judicial para a venda de bens – **66-71** (1954)

Competência do Tribunal de Trabalho – Competência do Tribunal Administrativo –  
Contrato individual de trabalho – **87-62** (2838)

Competência do Tribunal dos Conflitos – Competência dos tribunais administrativos  
– Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – Isenção de custas nos conflitos – **54-56**  
(1475)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de declaração de ilicitude de  
despedimento e de reintegração de trabalhador do município – **12-54** (193)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de declaração de nulidade de  
protocolo entre câmara municipal e investidor imobiliário – **23-70** (464)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de demarcação de limites  
territoriais de freguesias confinantes – **3-54** (30)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização – Acto de  
gestão pública – **57-51** (1618)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização – Gestão  
pública – **56-65** (1576)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização contra autarquia  
local por demolição de prédio – Acto de gestão pública – **17-60** (317)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização contra entes públicos por ocupação e danificação de terrenos por obras em vias públicas – Acto de gestão pública – **25-49** (524)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização de danos emergentes de construção de estrada – **48-53** (1221)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização de danos emergentes de demolição de moradia – **48-53** (1220)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização do Estado contra empresa adjudicatária de extracção de inertes por excesso na extracção – **26-69** (555)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização por acto de gestão pública – Acidente em auto-estrada – **49-67** (1293)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização por nacionalização – **9-50** (128)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de indemnização por omissão de deveres dos órgãos do município pela fiscalização da execução de obra pública – **50-56** (1333)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de responsabilidade civil extracontratual – Falta de sinalização de obras em estrada – Culpa concorrente do condutor – Litisconsórcio necessário – **48-54** (1224)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de responsabilidade contratual por incumprimento de contrato de urbanização – **23-71** (466)

Competência dos tribunais administrativos – Acção para pagamento de garantia bancária prestada em contrato de empreitada de obras públicas – **48-54** (1223)

Competência dos tribunais administrativos – Acção popular – Defesa dos consumidores – Declaração de nulidade de regulamento de taxa de utilização de rede de esgotos – **19-69** (373)

Competência dos tribunais administrativos – Acção popular administrativa – Providência cautelar não especificada – **25-50** (526)

Competência dos tribunais administrativos – Acção popular para defesa do ambiente – **20-61** (398), **21-57** (423)

Competência dos tribunais administrativos – Acto de gestão pública – Acção de indemnização – Acidente de viação – Responsabilidade por facto ilícito – **50-57** (1334)

Competência dos tribunais administrativos – Competência do tribunal do trabalho - Contrato de trabalho a termo certo – **7-56** (92)

Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais do trabalho – Funcionário público – Comissão de serviço – **56-65** (1577), **56-66** (1579)

Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais judiciais – Contrato de subempreitada – **79-65** (2488)

Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais judiciais – Declaração de nulidade de licenciamento de loteamento – Embargo de obra nova – Conhecimento incidental da nulidade de acto administrativo – **38-57** (922)

Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais judiciais – Descontos para a Caixa Geral de Aposentações – **79-64** (2486)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato administrativo – **49-67** (1294)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato administrativo – Acordo entre municípios para utilização de aterro sanitário – Providência cautelar – **7-57** (94)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato administrativo – Contrato de exploração de parque de campismo – **2-63** (4)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato administrativo – Contrato de trabalho – Arsenal do Alfeite – Assalariamento de guarda para o serviço permanente de polícia – **20-62** (399)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato de concessão de exploração de parque de campismo – Contrato administrativo – Providência cautelar – Competência do tribunal judicial para ordenar o levantamento de providência cautelar por ele decretada – **6-59** (79)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato de prestação de serviços – Médico anestesista em maternidade pública – **41-57** (1008)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato de trabalho a termo na Administração Pública – Auxiliar de acção educativa – Relação jurídica administrativa – **23-71** (468)

Competência dos tribunais administrativos – Contrato de trabalho a termo na Administração Pública – Terceiro oficial administrativo – Relação jurídica administrativa – **25-48** (522)

Competência dos tribunais administrativos – Direito de reversão de bem expropriado – **49-66** (1290)

Competência dos tribunais administrativos – Embargo de obra nova – Túnel sob o Terreiro do Paço – **23-71** (467)

Competência dos tribunais administrativos – Empreitada – Concessionário de captação e distribuição de água – Contrato administrativo – Foro convencional – **56-66** (1578)

Competência dos tribunais administrativos – Infracção administrativa – Jogo do bingo – **54-56** (1476)

Competência dos tribunais administrativos – Litígios sobre prestações de segurança social – **2-64** (5), **5-60** (61), **7-57** (93), **10-52** (159), **25-49** (523)

Competência dos tribunais administrativos – Nacionalização – Acção de indemnização – **57-50** (1615)

Competência dos tribunais administrativos – Ordem de demolição de obras ilegais em área da Reserva Agrícola Nacional – Acto de gestão pública – **33-46** (767)

Competência dos tribunais administrativos – Pessoal do Arsenal do Alfeite – **13-68** (223)

Competência dos tribunais administrativos – Procedimento cautelar – Embargo de obra – Demolição – Município – **57-48** (1611)

Competência dos tribunais administrativos – Procedimento cautelar não especificado – Defesa do ambiente – Deliberação de associação de municípios sobre localização de aterro para tratamento de resíduos sólidos – **31-54** (697)

Competência dos tribunais administrativos – Providência cautelar não especificada – Encerramento de estabelecimento comercial – **48-55** (1227)

Competência dos tribunais administrativos – Providência cautelar – Parecer sobre autorização de obra de interesse público – **35-56** (793)

Competência dos tribunais administrativos – Providência cautelar não especificada contra município – Relação jurídica administrativa – **17-60** (318)

Competência dos tribunais administrativos – Relação jurídica administrativa – **62-61** (1806)

Competência dos tribunais administrativos – Responsabilidade civil extracontratual – Administração da justiça – **57-49** (1612)

Competência dos tribunais administrativos – Responsabilidade civil extracontratual – Acto jurisdicional – Atraso – **52-65** (1441)

Competência dos tribunais administrativos – Reversão – Pedido de adjudicação – **55-50** (1525)

Competência dos tribunais administrativos – Reversão de prédio – **56-67** (1580)

Competência dos tribunais administrativos – Reversão de prédio expropriado – Pedido de adjudicação – **57-50** (1617)

Competência dos tribunais administrativos – Servidão de passagem – **55-50** (1524)

Competência dos tribunais administrativos – Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Notário – Acto de gestão pública – **42-63** (1041)

Competência dos tribunais administrativos – Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça – **41-58** (1009)

Competência dos tribunais administrativos – Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Notário – Acto de gestão pública – Prazo do recurso para o Tribunal dos Conflitos – **41-57** (1007)

Competência dos tribunais administrativos e fiscais – Competência dos tribunais judiciais – Contrato de locação ou aquisição de bens e serviços – Procedimento pré-contratual de direito público – **81-52** (2582)

Competência dos tribunais do trabalho – Comissão de serviço de funcionário no ISSS – Regime de direito privado (contrato individual de trabalho) – **57-50** (1616)

Competência dos tribunais do trabalho – Competência da Inspeção-Geral do Trabalho – Transgressão por não pagamento pontual da retribuição – Contra-ordenação por atraso superior a 30 dias no pagamento da retribuição – **25-51** (527)

Competência dos tribunais do trabalho – Competência da Inspeção-Geral do Trabalho – Transgressão por não pagamento pontual da retribuição – Contra-ordenação por atraso superior a 30 dias no pagamento da retribuição – Acumulação real de infracções – **10-51** (158)

Competência dos tribunais do trabalho – Contrato de trabalho a termo certo – Recurso para o Tribunal dos Conflitos – **15-57** (281)

Competência dos tribunais do trabalho – Contrato individual de trabalho – Oficinas Gerais de Material Aeronáutico – **38-57** (923)

Competência dos tribunais do trabalho – Contrato individual de trabalho com ente público – **31-54** (696), **32-57** (729)

Competência dos tribunais do trabalho – Contratos de trabalho a termo na Administração Pública – **26-68** (554)

Competência dos tribunais do trabalho – Sanções disciplinares a trabalhadores oriundos dos *CTT, EP* – **23-70** (465), **26-69** (557)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de condenação na realização de obras de conservação – **48-54** (1225)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de demolição – Cumulação de pedidos – **50-57** (1335)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de honorários por serviços prestados em tribunal administrativo – **48-53** (1222)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de indemnização contra a JAE por ocupação de área superior à adquirida por expropriação – **9-50** (129)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de indemnização contra autarquia local – **29-68** (639)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de indemnização contra pessoa colectiva pública – Danos causados a terceiros por falta de conservação ou manutenção de edifícios – Acto de gestão privada – **29-67** (638)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de reconhecimento do direito de propriedade de casa construída em terreno do domínio privado de um município – Irrelevância da ampliação do pedido, na réplica, para condenação da câmara municipal em indemnização por demolição da casa – **8-63** (116)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de responsabilidade civil contra seguradora de câmara municipal para ressarcimento de danos causados por omissão de actos de conservação e segurança de arruamentos – **8-63** (115)

Competência dos tribunais judiciais – Acção de responsabilidade civil extracontratual do Estado por actos da função jurisdicional – **26-69** (556), **27-62** (598), **29-67** (637)

Competência dos tribunais judiciais – Acção para declaração de existência de caminho vicinal – Recurso para o Tribunal dos Conflitos – Erro na indicação do tribunal de recurso – **23-69** (463)

Competência dos tribunais judiciais – Acção por não pagamento de subempreitada – Empreitada de obras públicas – **27-62** (599)

Competência dos tribunais judiciais – Arrancamento de plantações – Júri avindor – **2-64** (6)

Competência dos tribunais judiciais – Carta precatória – Inquirição de testemunha – **49-68** (1295)

Competência dos tribunais judiciais – Competência dos tribunais tributários – Reconhecimento de propriedade – Anulação de venda em execução fiscal – **35-56** (792)

Competência dos tribunais judiciais – Contrato de empreitada de obras públicas – Garantia de pagamento – Contrato de *factoring* – **56-65** (1575)

Competência dos tribunais judiciais – Declaração de nulidade de contrato de compra e venda – **49-67** (1292)

Competência dos tribunais judiciais – Deprecadas dos Tribunais Administrativos de Círculo – **21-57** (424), **25-50** (525)

Competência dos tribunais judiciais – Dívida de assistência hospitalar – **57-48** (1610)

Competência dos tribunais judiciais – Indemnização por nacionalização – Responsabilidade do Estado por actividade legislativa – **13-67** (222), **15-56** (280)

Competência dos tribunais judiciais – Responsabilidade civil extracontratual – Obstáculo não sinalizado em via municipal – Responsabilidade da seguradora do município – **49-66** (1289)

Competência dos tribunais tributários – Arrolamento sem depósito por abertura de herança – **30-69** (669)

Competência dos tribunais tributários – Competência dos tribunais judiciais – IRS – Ilisão de presunção – **57-49** (1614)

Competência dos tribunais tributários – Contribuições para a Segurança Social – **60-72** (1714)

Competência dos tribunais tributários – Entrega de bem adjudicado em execução fiscal – **48-55** (1226)

Competência dos tribunais tributários – Execução fiscal – Reversão – Hipoteca – Cancelamento do registo da hipoteca – Acção de indemnização contra o Estado – **61-65** (1762)

Competência dos tribunais tributários – Providência cautelar não especificada – Questão fiscal – **60-72** (1713)

Conflito de jurisdição – **72-50** (2166), **77-48** (2367), **77-48** (2368), **77-48** (2369), **77-48** (2370), **77-48** (2371)

Conflito de jurisdição – Acidente devido a presença de animais na auto-estrada – **63-62** (1859)

Conflito de jurisdição – Alteração da causa de pedir – **44-71** (1107)

Conflito de jurisdição – Apoio judiciário – Acção de responsabilidade civil – Impugnação judicial – Competência dos tribunais administrativos e fiscais – **69-58** (2063)

Conflito de jurisdição – Caminho público – Competência dos tribunais judiciais – **79-64** (2487)

Conflito de jurisdição – Competência dos tribunais administrativos – **67-73** (1992)

Conflito de jurisdição – Contencioso da segurança social – **72-49** (2164)

Conflito de jurisdição – Contrato administrativo – Competência dos tribunais administrativos – **85-70** (2732)

Conflito de jurisdição – Indemnização – **87-62** (2836)

Conflito de jurisdição – Julgado de paz e tribunal cível – Competência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) – **80-72** (2538)

Conflito de jurisdição – Omissão de investigação – **87-62** (2837)

Conflito de jurisdição – Ordem de transferência de recluso para estabelecimento apropriado em termos de segurança – **63-62** (1858)

Conflito de jurisdição – Responsabilidade civil – EMEL – Competência dos tribunais administrativos – **78-75** (2433)

Conflito de jurisdição – Responsabilidade civil extracontratual – Acção de indemnização – Função jurisdicional – Competência dos tribunais comuns – **81-52** (2581)

Conflito de jurisdição – Responsabilidade civil extracontratual – Hospital – Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos – Função administrativa – **83-59** (2639)

Conflito negativo de jurisdição – Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais judiciais – Acção de responsabilidade civil extracontratual contra câmara municipal e particulares – **4-68** (47)

Conflito negativo de jurisdição – Competência dos tribunais judiciais – Acção de indemnização emergente da intervenção do Estado em empresas privadas – **10-52** (160)

Conflito negativo de jurisdição – Providência cautelar – Declaração da nulidade de uma decisão ou norma interna do director de estabelecimento prisional – Jurisdição competente – **65-60** (1912)

Conflito negativo de jurisdição – Requisitos – **39-65** (969)

Conflito negativo de jurisdição – Tribunais comuns – Tribunais administrativos e fiscais – Contribuições em dívida à segurança social – **52-65** (1440)

Conflito negativo entre autoridades administrativas e judiciais – Prazo de interposição do recurso – **54-56** (1474)

Conflito positivo de jurisdição – Penhora – **43-61** (1073)

Contrato administrativo – Contrato de direito privado – Competência dos tribunais administrativos – **51-48** (1385)

Contrato de avença – Contrato de trabalho a termo certo – Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais do trabalho – **45-54** (1143)

Contrato de trabalho – Competência dos tribunais do trabalho – **45-55** (1144)

Contribuições para a Segurança Social – Base de incidência – Imposição parafiscal – **66-71** (1955)

Cumulação de pedidos – Competência dos tribunais judiciais – Competência dos tribunais administrativos – **51-48** (1386)

Despacho do relator – Ausência de reclamação para a conferência – Caso julgado – **44-70** (1106)

Direito de preferência – **85-70** (2734)

Embargo de obra nova – Defesa da propriedade – Pré-conflito – **65-59** (1911)

Empreitada de obras públicas – Instituição privada de solidariedade social – Competência dos tribunais administrativos – **61-65** (1763)

Execução fiscal – Inventário para separação de meações – Competência dos tribunais judiciais – **60-72** (1715)

Execução fiscal – Penhora fiscal – Competência dos tribunais tributários – **43-61** (1074)

Expropriações – Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais judiciais – **39-65** (968)

Federação Portuguesa de Vela – Regulamento Geral – Eleição de delegados à assembleia geral – **87-62** (2839)

Indemnização – Concessionária de auto-estradas – **80-72** (2537)

Limites da competência do Tribunal dos Conflitos – Competência do Supremo Tribunal de Justiça – Conflito de jurisdição – Competência material – Conservatória do Registo Civil – Tribunal de Família e Menores – **50-57** (1336)

Montante da pensão de reforma – Caixa Geral de Aposentações – Caixa Geral de Depósitos – Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais do trabalho – **57-49** (1613)

Nulidade de venda judicial efectuada em execução fiscal – Contrato regulado por normas de direito público – Competência dos tribunais tributários – **70-72** (2098)

Nulidade processual – Omissão de formalidade essencial – Princípio do contraditório – **11-63** (181)

Pedido de devolução a título cautelar de cheque sem provisão – **65-60** (1913)

Pré-conflito – Indemnização – Insídia em via pública municipal – **80-72** (2536)

Pré-conflito de jurisdição – Omissão de legislar – **79-65** (2489)

Radiodifusão Portuguesa – Trabalhadores oriundos da ex-emissora nacional – Relação jurídica de emprego público – **74-58** (2269)

Recurso para o Tribunal dos Conflitos – Competência dos tribunais administrativos – Acto de gestão pública – **49-66** (1291)

Recurso para o Tribunal dos Conflitos – Fixação definitiva do tribunal competente – **26-70** (558)

Recurso para o Tribunal dos Conflitos nos termos do art. 107.º, n.º 2, do CPC – Extemporaneidade – **7-57** (95)

Recurso para o Tribunal dos Conflitos nos termos do art. 107.º, n.º 2, do CPC, interposto em processo laboral – Prazo para interposição do recurso e para alegar – **8-63** (117)

REFER, EP – Admissibilidade do recurso – Responsabilidade civil extracontratual – Estatutos da REFER – Norma atributiva de competência – Constitucionalidade – **59-65** (1672)

Relação jurídica administrativa – Associação de beneficiários de obra de fomento hidroagrícola – Taxas de conservação e exploração – Competência dos tribunais administrativos e fiscais – **59-64** (1670)

Responsabilidade civil contratual – Competência dos tribunais judiciais – **85-70** (2733)

Responsabilidade civil extracontratual – Competência dos tribunais administrativos – Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos – Concessão de serviço público – Pessoa colectiva de direito privado – Competência dos tribunais judiciais – **79-63** (2484)

Responsabilidade civil extracontratual – Conflito de jurisdição – Competência dos tribunais administrativos – Hospital – Médico – **79-64** (2485)

Responsabilidade civil extracontratual – CP – REFER – **68-53** (2020)

Responsabilidade civil extracontratual – Erro e anormal funcionamento da administração da justiça – Prisão preventiva – Competência dos tribunais judiciais – **43-61** (1072)

Responsabilidade civil extracontratual – Função legislativa – Função administrativa – **44-71** (1108)

Responsabilidade civil extracontratual – Litisconsórcio – Competência dos tribunais administrativos – **67-73** (1991)

Responsabilidade civil extracontratual – Pessoas colectivas de direito público – Município – ICERR – Pedido de indemnização – Violação dos deveres de sinalização – Passeio público – Competência dos tribunais administrativos – **60-72** (1716)

Subempreitada – Contrato administrativo – Conflito de jurisdição – Competência do tribunal cível – **83-59** (2640)

Subempreitada de obra pública – Relação jurídica de direito privado – **66-70** (1952)

Tarifa de disponibilidade – Pré-conflito de jurisdição – **85-69** (2731)

Veículo do Estado – Acidente de viação – Acção de indemnização por danos – Competência dos tribunais administrativos – **66-70** (1953)

Venda em execução fiscal – Anulação da venda – Competência dos tribunais tributários – **78-76** (2434)

*C – Supremo Tribunal Administrativo (1.ª Secção)*

*1) Formação de apreciação preliminar*

Recurso de revista (artigo 150.º do CPTA) – Admissibilidade – Procedimento por negociação para a prestação do serviço fixo telefónico a entes públicos – **55-51** (1527)

Recurso de revista – Pressupostos – Exame de acesso ao ensino superior – **67-74** (1994)

Recurso de revista excepcional – Entidade reguladora para a comunicação social (ERC) – Direito de resposta – **85-70** (2735)

Recurso de revista excepcional – Instituto Politécnico – Contencioso eleitoral – **63-62** (1860)

Recurso de revista excepcional – Licenciamento de construção – Linha eléctrica – **79-66** (2491)

Recurso de revista excepcional – Pressupostos – **79-66** (2492); **85-71** (2736)

Recurso de revista excepcional – Pressupostos – Melhor aplicação do direito – **79-66** (2493)

Recurso de revista excepcional – Pressupostos – Providência cautelar de suspensão de eficácia – Centro de Saúde – **67-73** (1993)

Recurso de revista excepcional – Pressupostos – Contencioso eleitoral – Nulidade – Impugnação – **67-74** (1995)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Conceitos indeterminados – **53-59** (1479)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Caducidade de providência cautelar – Melhor aplicação do direito – **60-73** (1718)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Gerente de estabelecimento comercial – Notificação – **59-67** (1679)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Perda de mandato – Presidente de Junta de Freguesia – Proposta de Orçamento – Matéria de facto – **60-73** (1719)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Processamento de abonos – Reposição – Prazo – **60-74** (1720)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Providência cautelar – Conclusões – **59-66** (1675)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Questão de importância fundamental – Reclamação – Convolação – **59-66** (1676)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Questões que, pela sua relevância jurídica, assumem importância fundamental – Admissão de recurso claramente necessária para uma melhor aplicação do direito – **60-74** (1721)

Recurso excepcional de revista – Clara necessidade para uma melhor aplicação do direito – Caducidade da acção do contencioso pré-contratual – **57-51** (1621)

Recurso excepcional de revista – Concurso público – **59-68** (1680)

Recurso excepcional de revista – Contencioso pré-contratual – Prazo de recurso – **60-75** (1724)

Recurso excepcional de revista – Decisões estritamente desportivas – **57-52** (1622)

Recurso excepcional de revista – Encerramento de Maternidade – Providência cautelar – Relevância social – **61-67** (1766)

Recurso excepcional de revista – Estabelecimentos do ensino superior – Conselho Científico (composição) – **59-65** (1673)

Recurso excepcional de revista – Fundamentos – Violação de lei processual – Recurso para uniformização de jurisprudência – **60-74** (1722)

Recurso excepcional de revista – Irrecorribilidade da decisão da Formação de Apreciação Preliminar – **56-69** (1586)

Recurso excepcional de revista – Legitimidade passiva – Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas – **60-75** (1723)

Recurso excepcional de revista – Meio processual inadequado – Recurso para uniformização de jurisprudência – Convolação – **57-52** (1623), **59-69** (1683)

Recurso excepcional de revista – Momento em que deve ser proferido o despacho de admissão de recurso jurisdicional – **59-65** (1674)

Recurso excepcional de revista – Poderes do tribunal de apelação – **59-67** (1678)

Recurso excepcional de revista – Pressupostos – **63-63** (1861), **63-63** (1862), **73-61** (2217), **73-62** (2218)

Recurso excepcional de revista – Pressupostos – Ónus de alegação – **57-51** (1619)

Recurso excepcional de revista – Pressupostos – Passagem de certidões – Princípio da proporcionalidade – **59-68** (1681)

Recurso excepcional de revista – Pressupostos – Suspensão de eficácia – **60-73** (1717)

Recurso excepcional de revista – Pressupostos de admissibilidade – Questão de importância fundamental – **57-53** (1624)

Recurso excepcional de revista – Procedimento cautelar – Protecção do meio ambiente e da qualidade de vida – **62-62** (1807)

Recurso excepcional de revista – Providência cautelar – Nulidade – Prazo – **59-68** (1682)

Recurso excepcional de revista – Providência cautelar antecipatória – **53-58** (1477)

Recurso excepcional de revista – Providência cautelar de suspensão de eficácia – Pressupostos de admissibilidade do recurso – Fundado receio da constituição de uma situação de facto consumado – **55-51** (1529)

Recurso excepcional de revista – Questão de importância fundamental – Clara necessidade de melhor aplicação do direito – **55-51** (1528), **59-67** (1677)

Recurso excepcional de revista – Questão de importância fundamental – CTT – Contratação pública – Pessoa colectiva com natureza empresarial – Direito comunitário – **53-59** (1480)

Recurso excepcional de revista – Questão de importância fundamental – Relevância jurídica ou social – Perda de mandato – Inconstitucionalidade – **53-58** (1478)

Recurso excepcional de revista – Questão nova – **57-53** (1625)

Recurso excepcional de revista – Recurso hierárquico obrigatório – Definitividade vertical – **61-67** (1765)

Recurso excepcional de revista – Recurso para uniformização de jurisprudência – **55-50** (1526)

Recurso excepcional de revista – Relevância jurídica da questão – Regime de direito público da formação dos contratos – EPAL – **57-51** (1620)

Recurso excepcional de revista (Admissibilidade) – Âmbito da jurisdição administrativa – Intimação – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo – **56-68** (1585)

Recurso excepcional de revista (Admissibilidade) – Legitimidade para o recurso jurisdicional – **56-67** (1581)

Recurso excepcional de revista (Admissibilidade) – Providência cautelar (Legitimidade activa) – **56-68** (1583)

Recurso excepcional de revista (Admissibilidade) – Providência cautelar (Requisitos – Instrumentalidade) – **56-68** (1582)

Recurso excepcional de revista (Admissibilidade) – Providência cautelar (Prazo) – **56-68** (1584)

Recurso excepcional de revista – Questão de importância fundamental – **61-68** (1768)

Reenvio prejudicial (Pressupostos) – **56-69** (1587)

Reenvio prejudicial – Requisitos – Acção administrativa especial – Tribunais tributários – **61-67** (1767)

## 2) Pleno e Subsecções

Acção – Danos morais – **69-60** (2068)

Acção – Prestação de serviços médicos – Ilicitude e culpa – **50-64** (1356), **51-56** (1405)

Acção – Prestação de serviços médicos – Ilicitude, culpa e nexo de causalidade – Danos – **51-54** (1399)

Acção administrativa comum – Indemnização – Condenação – Imposição de sacrifício – **49-73** (1307)

Acção administrativa especial – Condenação à prática de acto devido – Subsídio de desemprego – Funcionário público – Procuradoria-Geral da República – Exercício de funções – **81-58** (2597)

Acção administrativa especial – Ministério Público – Objecção de consciência – Recusa injustificada – **75-60** (2328)

Acção administrativa especial – Movimento de pessoal – Pessoal diplomático – Direito de audiência – Fundamentação do acto administrativo – **72-53** (2174)

Acção administrativa especial – Omissão de norma regulamentar – Impossibilidade legal superveniente – Sindicato – Representação dos associados – Direito de indemnização – **81-57** (2596)

Acção condenatória – Licenciamento de unidade industrial – Contrato de compra e venda – Autarquia local – Acto de gestão pública – Competência dos tribunais administrativos – **32-64** (742)

Acção de contrato de empreitada – Pedido reconvenicional – Tentativa de conciliação – **2-67** (15)

Acção de indemnização – Bens municipais – Ocupação precária – **86-51** (2807)

Acção de indemnização – Danos causados por obra não licenciada em prédio vizinho – Responsabilidade do município – Montantes indemnizatórios – **37-60** (893)

Acção de indemnização – Ilicitude e culpa – Despesas de deslocação – danos morais **67-74** (1996)

Acção de indemnização – Prescrição – Ilicitude – Nexo causal – Enriquecimento sem causa – **68-57** (2030)

Acção de indemnização – Responsabilidade civil extracontratual – Causalidade adequada – Nexo de causalidade indirecto – dano patrimonial – Indemnização – **69-64** (2077)

Acção de indemnização – Responsabilidade civil extracontratual do município – Aprovação de projecto e licença de utilização em violação do alvará de loteamento – Culpa *in eligendo* – Concorrência de culpas – Dano reparável – Causalidade adequada – **62-70** (1827)

Acção de indemnização – Violação do direito a uma decisão em prazo razoável – Ónus da prova – Comportamento do requerente – Dano moral – **87-63** (2840)

Acção de reconhecimento de direito – Autarquias locais – Fundo de Equilíbrio Financeiro – Lei do Orçamento – **35-60** (807)

Acção de reconhecimento de direito – Pedido de informação prévia – Deferimento tácito – Acto expresso – Arguição de falsidade – **37-65** (905)

Acção de reconhecimento de direito a alteração de loteamento – Execução de sentença – Deferimento tácito – Caso julgado – Declaração de nulidade – **5-64** (71)

Acção de reconhecimento de direito em consequência de deferimento tácito do pedido de licença de obras particulares – Início do prazo de caducidade – **6-60** (81)

Acção de responsabilidade civil extracontratual do Estado – Demora na administração da justiça – Nexo de causalidade – Causa virtual – **52-72** (1459)

Acção de responsabilidade civil extracontratual fundada em acto administrativo ilícito – Interposição de recurso contencioso – Interrupção da prescrição – Inconstitucionalidade do art. 71.º, n.º 3, da LPTA – **6-65** (87)

Acção de responsabilidade civil extracontratual por acto ilícito – Prescrição – Acção proposta nos tribunais comuns – **73-63** (2221)

Acção de responsabilidade extracontratual do Estado – Actividade respeitante à administração da justiça – Actos jurisdicionais – Competência dos tribunais administrativos – **24-61** (499)

Acção especial de declaração de ilegalidade por omissão – Pressupostos – Vinculação e discricionariedade – Revalorização das escalas de remunerações de pessoal de regimes especiais – **62-65** (1815)

Acção especial de declaração de ilegalidade por omissão – Vinculação e discricionariedade – Revalorização das escalas de remunerações de pessoal de regimes especiais – **66-72** (1958)

Acção para reconhecimento de direito – Anterior acto administrativo não impugnado – **2-66** (14)

Acção para reconhecimento de direito – Coligação – **9-61** (145)

Acção para reconhecimento de direito – Concessionária de distribuição de gás natural – Ocupação de subsolo municipal – Licenciamento camarário – **69-61** (2071)

Acção para reconhecimento de direito – Dentistas – Cidadãos brasileiros – Direito internacional – Legitimidade passiva – Conselho Directivo da Associação Profissional dos Médicos Dentistas – **33-52** (781)

Acção para reconhecimento de direito – Direito ao exercício das tarefas profissionais – **9-58** (140)

Acção para reconhecimento de direito – Idoneidade do meio processual – Tutela jurisdicional efectiva – Acto administrativo expresso – **17-67** (329)

Acção para reconhecimento de direito – Inércia da Administração – **9-56** (136)

Acção para reconhecimento de direito – Pacto de preferência – Concessão – Caducidade – Ocupação da via pública – **37-60** (892)

Acção para reconhecimento de direito – Sua complementaridade face ao recurso contencioso de anulação – Tutela jurisdicional efectiva – **9-53** (133)

Acção para reconhecimento de direito – Subsídio de risco – Falta de regulamentação do direito – **42-65** (1050)

Acção para reconhecimento de direito – Subsídio de risco – Instituto de Reinserção Social – **73-68** (2230)

Acção para reconhecimento de direito – Tutela judicial efectiva – Legitimidade passiva – **3-58** (42)

Acção para reconhecimento de direito ou interesse legítimo – Admissibilidade desse género de acções – Constitucionalidade do art. 69.º, n.º 2, da LPTA – Comunicação de acto administrativo que negue o direito ou interesse a reconhecer – **26-73** (562)

Acção popular – Processo urgente (Não) – Efeito suspensivo do recurso – Art. 18.º da Lei n.º 83/95, de 31/8 – **31-61** (713)

Acção popular – Recurso contencioso – **50-59** (1340)

Acção popular – Recurso contencioso – Efeito suspensivo – Art. 18.º da Lei n.º 83/95, de 31/8 – Licença de construção – Suspensão de eficácia – Inutilidade superveniente da lide – **46-66** (1203)

Acção popular – Recurso contencioso – Efeito suspensivo – Licença de construção – Suspensão de eficácia – Inutilidade superveniente da lide – **48-55** (1228)

Acidente de viação – Estrada com trânsito condicionado – Sinalização de obstáculos – Nexo de causalidade – **86-48** (2799)

Acidente de viação – Ilícitude e culpa – Conflito de presunções de culpa – Culpa presumida e efectiva – **86-51** (2808)

Acidente em serviço – Recidiva – Aplicação da lei no tempo – **85-74** (2744)

Acidente em serviço – Regime aplicável – Recidiva – Prazo absolutamente preclusivo – Inconstitucionalidade por restrição intolerável do direito constitucional à justa reparação – **79-70** (2502)

Acidente na via pública – Responsabilidade extracontratual – Obras de loteamento a cargo de terceiro – **37-59** (888)

Aclaração – Ampliação do objecto do recurso – **80-79** (2552)

Acórdão anulatório – Execução de julgado – Causa legítima de inexecução – Indemnização – **83-65** (2659); **85-77** (2753)

Acórdão interlocutório – Questão prévia – Caso julgado formal – **55-57** (1545)

Acto administrativo – Acto interno – Revogação de acto administrativo – Eficácia – **46-60** (1189)

Acto administrativo (elementos) – Acto normativo – Ria Formosa – **71-51** (2136)

Acto administrativo – *Deficit* de instrução – **83-67** (2661)

Acto administrativo – Elementos essenciais – Identificação dos destinatários – Nulidade – **83-60** (2645)

Acto administrativo impugnável face ao CPTA – **79-72** (2508)

Acto confirmativo – **75-59** (2325)

Acto confirmativo – Demolição de obras ilegais – **37-64** (903)

Acto confirmativo – Notificação do acto confirmado – Notificação deficiente – Falta de menção de subdelegação de poderes – **7-59** (99)

Acto contenciosamente recorrível – Recurso tutelar – Recurso hierárquico – **70-73** (2100)

Acto de abertura de concurso público para instalação de uma farmácia – Falta de actualidade da lesão de direitos e interesses legítimos – **37-56** (880)

Acto de autorização – Acto autorizado – Licenciamento de obras – Imóvel classificado – Parecer vinculativo do IPPAR – Nulidade do licenciamento – Embargo de obras licenciadas por acto nulo – *Jus aedificandi* – **83-60** (2646)

Acto de colocação em determinado escalão – Acto constitutivo de direitos – Revogação – **7-61** (103)

Acto de licenciamento da construção de Interface de Transportes – Identificação do autor do acto – Princípio do aproveitamento do acto – Delegação de competências – Plano – **86-44** (2791)

Acto de notificação – Boletim mecanográfico de abonos – **7-61** (102)

Acto de processamento de vencimentos e abonos – Reposição de quantias nos cofres do Estado – Regime de revogação de actos inválidos – Lei interpretativa – **70-76** (2107)

Acto declarativo – Acto lesivo – Revogação de acto com efeitos caducados – Atribuição de utilidade turística a título prévio – Pedido de confirmação de utilidade turística tempestivo – Dever de apreciação apesar do decurso do prazo de caducidade – **27-70** (613)

Acto destacável – Concessão – Tribunal arbitral – **77-55** (2393)

Acto homologatório da avaliação de desempenho – Art. 51.º, n.º 1, do CPTA – Reclamação necessária – **81-54** (2587)

Acto interno – Acto genérico – Unidades comerciais de dimensão relevante – **38-65** (948)

Acto interno – Homologação de parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República – **43-63** (1078)

Acto juridicamente inexistente – Acto aparente – Rejeição do recurso contencioso – Objecto do recurso contencioso – Comunicação sobre decisão final – Acto inexistente – **52-66** (1442)

Acto normativo – Execução de sentença – Revogação de acto administrativo – Retroactividade – **57-58** (1639)

Acto normativo de execução – Revogação – Retroactividade – **49-68** (1297)

Acto nulo – Acto anulável – Elementos essenciais do acto – Concurso público – **45-55** (1146)

Acto político – Acto normativo – Acto administrativo – Lei de execução orçamental – **84-80** (2708)

Acto político – Limites da jurisdição administrativa – Poderes de cognição dos tribunais administrativos – Providência cautelar – Evidente procedência da pretensão – **63-65** (1867)

Acto recorrível – Acto destacável – Recurso hierárquico – Provimento parcial do recurso hierárquico – Classificação de serviço – Princípio da impugnação unitária – **31-56** (700)

Acto recorrível – Agregado familiar – Renda apoiada – **55-53** (1535)

Acto recorrível – Transferência de funcionário – Situação jurídica dos funcionários – **21-60** (430)

Actos administrativos relativos à formação dos contratos – Providência cautelar – Processo urgente – Prazo de recurso contencioso – Caducidade do direito de acção – **59-74** (1696), **60-76** (1729)

Actos de gestão privada praticados pela Câmara Municipal – Requerimento dirigido pelo Presidente da Câmara ao Instituto Nacional de Propriedade para registo de marca – **27-65** (604)

Actos de processamento de abonos – Acto constitutivo de direitos – Revogação – **17-63** (324)

Actos dos vereadores de câmaras municipais – Inexistência de “recurso hierárquico” para o presidente da câmara – Indeferimento tácito – Dever legal de decidir – **12-60** (203)

Actos nulos – Pedido de suspensão da sua eficácia prévio à interposição do recurso contencioso – Caducidade – **41-63** (1022)

Adjudicação – Empreitadas de obras públicas – Notificação por *fax* – Recurso contencioso – Prazo – Concurso – **38-63** (939)

Adjudicação – Recurso contencioso – Execução da empreitada – Inutilidade superveniente da lide – Decreto-Lei n.º 134/98, de 15/5 – Directiva 89/665/CEE do Conselho – **25-55** (535)

Adjudicação – Suspensão de eficácia – Medidas provisórias – **31-61** (711)

Administração estadual indirecta – Poder de superintendência – Acto não lesivo – Recurso contencioso – **46-65** (1201)

Advogado – Segredo profissional – **42-67** (1054)

Advogados – Incompatibilidades – Vinculação – Discricionariedade imprópria – **33-51** (779)

Advogados – Subsídio de assistência – Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores – **39-70** (985)

Ajudas comunitárias – Programa comunitário POSEIMA – DL n.º 155/92, de 28/7 – **72-58** (2189)

Ajudas comunitárias – Reembolso – Prescrição – **83-66** (2660)

Ajudas comunitárias – Restituição à exportação – Devolução da ajuda – Controle *a posteriori* – **85-76** (2751)

Ajuste directo – Princípio da imparcialidade – Prazo de garantia – **85-71** (2738)

Alegações – Conclusões – **81-56** (2591)

Alegações – Recurso jurisdicional – Nova reforma do contencioso administrativo – Execução de julgado – Deserção do recurso – **53-60** (1483)

Alta Autoridade para a Comunicação Social – Órgãos independentes – Competência do Tribunal Central Administrativo – **32-58** (732)

Alteração da matéria de facto – **83-65** (2658)

Alteração da regulamentação jurídica – Impossibilidade de cumprimento – Transição de carreiras – Omissão do dever de regulamentar – **70-72** (2099)

Alvará de farmácia – Concurso público – **62-63** (1810)

Alvará de loteamento – Alteração – Modificação das parcelas a integrar no domínio público – **18-56** (359)

Alvará de loteamento – Número de pisos e área de construção permitida – **67-76** (2001)

Âmbito do caso julgado – **53-68** (1500)

Âmbito do recurso jurisdicional – Competência primária – Dever de decidir – Indeferimento tácito – **53-63** (1491)

Amnistia – Aplicação da amnistia em processos pendentes – Extinção da instância – Direito à tutela jurisdicional efectiva – **31-56** (701)

Amnistia – Ilícito criminal – Ilícito disciplinar – Efeitos – **23-72** (469)

Ampliação do objecto do recurso – **77-49** (2373)

Antena de radiocomunicações – Autorização municipal – **51-55** (1403)

Antenas de telecomunicações – Autorização municipal – Impossibilidade da lide – **53-67** (1499)

Antenas de telemóveis – Ordem de demolição – Caducidade *ope legis* – Impossibilidade superveniente da lide – **62-62** (1808)

Anulação contenciosa de acto revogatório – Acto renovável – Prazo de revogação – **55-59** (1551)

Anulação de adjudicação de empreitada – Impossibilidade de execução – Indemnização – **86-50** (2804)

Aplicação da lei no tempo – Lei processual – LPTA – CPTA – **66-71** (1956)

Apoio comunitário à agricultura – Ajuda à retirada temporária de terra arável – Falsas declarações – Prova pericial – Princípio da proporcionalidade – **37-61** (895)

Apoio judiciário – Condenação solidária – **44-72** (1112)

Apoio judiciário – Prazo do recurso contencioso – **51-53** (1395)

Aposentação – Regulamento – Inconstitucionalidade – **55-52** (1530)

Aposentação antecipada – Cálculo da redução – Princípio da igualdade – Art. 63.º, n.º 4, da CRP – **86-44** (2789)

Apresentação de requerimentos administrativos – Remessa por correio electrónico – Recurso hierárquico – Tempestividade – Tutela jurisdicional efectiva – **77-55** (2391)

Área de Paisagem Protegida – Demolição de construções – Medida de polícia – Competência – **41-61** (1017)

Asilo – Autorização de residência por razões humanitárias – Pressupostos – Princípios da dúvida e de *non refoulement* – **48-58** (1234)

Assembleia de Freguesia – Junta de Freguesia – Vogal – Suspensão de mandato – Renúncia ao mandato – Substituição – **57-59** (1643)

Assembleia de Freguesia – Junta de Freguesia – Vogal – Suspensão de mandato – Renúncia ao mandato – Substituição – Direito fundamental – **75-58** (2322)

Assembleia Municipal – Perda de mandato – **41-62** (1020)

Associação dos Técnicos Oficiais de Contas (ATOC) – Recusa de inscrição – Inconstitucionalidade material – Princípio da legalidade em matéria de regulamentos – Princípio do aproveitamento do acto – Princípio da inoperância dos vícios – **41-59** (1014)

Associação religiosa – Direito ao exercício do culto religioso – Licenciamento camarário – Utilização de fracção do prédio – Desconformidade com a licença – Princípio da proporcionalidade – Princípio da boa fé – **36-67** (849)

Associativismo desportivo – Federação Portuguesa de Golfe – Acto recorrível – **68-59** (2034)

Aterro sanitário – Localização – Impacte ambiental – Dever de audiência – Deliberação camarária – Nulidade – **44-73** (1114)

Atestado de residência – Instalação de farmácia – Erro nos pressupostos de facto – **75-58** (2323)

Atravessamento de emissário de esgotos – Servidão administrativa – Declaração de utilidade pública – Aplicação do Código das Expropriações – Formalidades – Competência – **30-76** (680)

Audiência do interessado – Contra-motivação – Dever de ponderação – Fundamentação do acto administrativo – **21-60** (429)

Audiência do interessado – Instrução – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – **19-73** (379)

Audiência dos interessados – **79-67** (2497)

Audiência dos interessados – Anulação do procedimento – **69-59** (2065)

Audiência dos interessados – Instrução procedimental – Processo de regularização da situação de funcionário municipal – **10-53** (161)

Audiência dos interessados – Procedimento administrativo de 2.º grau – Impugnação dos despachos do relator – Substituição do objecto do recurso – **12-59** (201)

Audiência prévia – Acto vinculado – Instituto Superior não integrado em Universidade – Designação – **52-71** (1456)

Autarquia local – Assembleia de Freguesia – Deliberação – **57-55** (1632)

Autarquia local – Ofensa do conteúdo essencial de um direito fundamental – Direito à qualidade de vida – Nulidade – Anulabilidade – Prazo do recurso contencioso – **24-63** (500)

Auto-estradas – Expropriações – Plano Rodoviário Nacional (PRN) – Planos sectoriais – Plano Director Municipal (PDM) – Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) – Conflito de interesses públicos – **51-60** (1415)

Autoridade da Concorrência – Separação de empresas – Actividade de supervisão – Procedimento administrativo – Informação procedimental – **77-54** (2390)

Autoridade recorrida – Notificação – Jurista designado nos termos do art. 26.º da LPTA – Princípio da igualdade de armas – **36-66** (844)

Autorização de permanência – Contrato de trabalho – Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) – Parecer – Recorribilidade do acto – **75-59** (2326)

Autorização de residência – Conceitos indeterminados – Princípio da igualdade – Dever de ponderação – **38-66** (951)

Autorização de residência – Princípio do inquisitório – **38-65** (949)

Autorização excepcional de residência – Âmbito do recurso para o Pleno – Exercício de poder discricionário – Conceitos indeterminados – “Reconhecido interesse nacional” – “Razões humanitárias” – Fundamentação do acto administrativo – **23-74** (473)

Autorização excepcional de residência – Âmbito do recurso para o Pleno – Poder discricionário – Conceitos indeterminados – Reconhecido interesse nacional – Razões humanitárias – Fundamentação do acto administrativo – Remissão para acórdão anterior – **26-71** (561)

Autorização para infra-estruturas de suporte de radiocomunicações já instaladas (art. 15.º do DL n.º 11/2003, de 18/1) – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município de Odivelas (RMEU) – Localização dos equipamentos – **80-78** (2551)

Autorização para o tratamento de dados pessoais (Lei n.º 67/98, de 26/10) – Pressupostos (Consentimento prévio – Necessidade) – Interpretação conforme o direito comunitário – **57-58** (1638)

Aval do Estado – Vigência e constitucionalidade da Base I da Lei n.º 1/73, de 2/1 – Empresas nacionais – Princípio da independência das associações sindicais – **39-68** (979)

Avaliação de desempenho – Suprimento de avaliação – Actividade sindical – Tribunal de Contas – **84-76** (2696)

Base instrutória – Realização de diligências após o encerramento da fase de discussão e julgamento – Licenciamento de obras – Condição suspensiva – **46-64** (1198)

Benefícios fiscais – Acto pressuposto – Tribunal competente – **55-53** (1533)

Boa fé – Dano da confiança – **67-76** (2003)

Boa fé – Protecção da confiança – Responsabilidade civil – **77-59** (2403)

Bolsa de estudo – Rendimento do agregado familiar – Regulamento – **53-60** (1481)

Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo – Competência – Suspensão de funções – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – Competência dos tribunais administrativos – **62-66** (1816)

Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) – Extensão do prazo de garantia – Sucessão de leis no tempo – **69-60** (2069), **77-52** (2385)

Caixa Geral de Aposentações – Autarquias locais – Estatuto da Aposentação – Dívidas de contribuições – Juros de mora – **87-68** (2854)

Caixa Geral de Aposentações – Restituição de quantias indevidamente cobradas – **84-74** (2692)

Cargos dirigentes – Recrutamento por concurso – Interpretação do aviso de abertura – Prazo de candidaturas – Princípio da imparcialidade – **9-62** (147)

Carreira de inspecção superior – Direcção-Geral de Fiscalização e Controle da Qualidade Alimentar – Licenciatura adequada – Reclassificação profissional – **74-63** (2279)

Carreira docente – Progressão na carreira – Relatório crítico – **56-76** (1604)

Carreira médica – Chefe de serviço hospitalar – Princípio do acesso à justiça – Inoponibilidade para efeitos contenciosos – **80-75** (2542)

Catálogo Nacional de Variedades – Suspensão de produto – Acto administrativo – Acto normativo – **38-64** (943)

Cessação de comissão de serviço – Fundamentação – **14-61** (254)

Chefe de Serviço da Carreira Médica Hospitalar – Concurso – Composição do júri – Escusa e suspeição de um elemento do júri – **78-83** (2457)

Chefe do Estado-Maior da Força Aérea – Competência em matéria remuneratória – Complemento de pensão – **50-62** (1348)

Classificação de serviço – Recurso hierárquico necessário – Acto inimpugnável – Acto confirmativo – **83-62** (2650)

Co-incineração – Suspensão de eficácia – Acto já executado – Pedido cautelar de intimação para abstenção de comportamento – Licenciamento prévio desse comportamento – **68-54** (2024)

Código dos Contratos Públicos – Contencioso da formação dos contratos – Contrato administrativo – Audiência do interessado – **83-67** (2664)

Comissão de Coordenação Regional – Recurso contencioso – Legitimidade – Nulidade do acto administrativo – Ratificação – Plano Director Municipal – Plano de urbanização – Grandes superfícies comerciais – **24-60** (497)

Comissão de trabalhadores da Administração Pública – Audiência – **43-64** (1079)

Comissão Nacional de Protecção de Dados – Instalação de sistema de videovigilância – Prédio arrendado – Falta de consentimento de arrendatários – **86-41** (2785)

Comissão Nacional de Protecção de Dados – Tratamento de dados pessoais sensíveis – Princípio da proporcionalidade – **84-75** (2694)

Compensação – Acto recorrível – Créditos do Estado (art. 853.º do CPC) – **53-61** (1484)

Competência – Julgados contraditórios – **74-66** (2288)

Competência do Supremo Tribunal Administrativo – Competência do Tribunal Central Administrativo – Acção de indemnização – Matéria relativa ao funcionalismo público – **29-69** (642)

Competência do Supremo Tribunal Administrativo – Competência do Tribunal Central Administrativo – Recurso de acto de membro do Governo relativo ao funcionalismo público – Contrato de avença – **10-56** (168)

Competência do Supremo Tribunal Administrativo – Competência do Tribunal Central Administrativo – Recurso de acto de membro do Governo relativo ao funcionalismo público – Relação jurídica de emprego público – Contrato de avença – **13-70** (227)

Competência do Supremo Tribunal Administrativo – Competência do Tribunal Central Administrativo – Recurso jurisdicional em processo de intimação para emissão de alvará de licenciamento de obras particulares, de operações de loteamento ou de obras de urbanização – Meio processual principal – Meio processual acessório – **9-56** (135), **10-56** (166)

Competência do tribunal administrativo – Acção proposta pela Administração contra seus agentes e empresa privada – Relações jurídicas administrativas – **55-58** (1548)

Competência do Tribunal Central Administrativo – Actos relativos ao funcionalismo público – Deficiente das Forças Armadas – **11-64** (184)

Competência do Tribunal Central Administrativo – Recurso contencioso de anulação de acto de membro de governo regional – Lei com valor reforçado – Inconstitucionalidade por excesso de estatuto – **9-58** (141)

Competência do Tribunal Central Administrativo – Requisição civil – Processo disciplinar – **37-61** (896)

Competência do Tribunal Central Administrativo – Responsabilidade civil extracontratual – Função pública – **52-69** (1452)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de demarcação de limites territoriais de freguesias confinantes – **17-62** (322)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de responsabilidade civil contra empreiteiro de obras públicas e contra o município dono da obra – Chamamento à demanda da seguradora do município – **9-57** (139)

Competência dos tribunais administrativos – Acção de responsabilidade civil extracontratual do Estado por actividade respeitante à administração da justiça – **19-73** (380)

Competência dos tribunais administrativos – Actos do Ministério Público em inquérito criminal – Atrasos – Prescrição – **41-60** (1015)

Competência dos tribunais administrativos – Alta Autoridade para a Comunicação Social – Órgãos centrais independentes – Inconstitucionalidade da alínea *b*) do art.40.º do ETAF (parte final) – **55-62** (1557)

Competência dos tribunais administrativos – Disciplina militar – Extinção dos tribunais militares – **8-68** (124)

Competência dos tribunais administrativos – Nomeação de administrador – Banco de Portugal – Comissão de trabalhadores – Parecer prévio – **38-61** (934)

Competência dos tribunais administrativos – Ordem de demolição – Processo de contra-ordenação – **42-68** (1057)

Competência dos tribunais administrativos – Responsabilidade civil extracontratual – Seguradora – **3-58** (43)

Competência dos tribunais administrativos – Sanções disciplinares das federações desportivas – **3-55** (33)

Competência dos Tribunais Administrativos de Círculo – Indemnização por sacrifício – Aprovação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra/Sado pelo Conselho de Ministros – **52-68** (1448)

Competência municipal – Delegação e subdelegação – Licenciamento de obras de urbanização – Deferimento tácito – **73-66** (2227)

Competência territorial – **81-57** (2595)

Competência territorial – Conflito negativo de competência – Efeitos da declaração transitada em julgado – **52-71** (1457)

Competência territorial – Conflito negativo de competência – Trânsito em julgado – **66-74** (1962)

Conceito indeterminado – Controlo judicial – Tipologia dominante – Prova – Anulação de sentença – **45-55** (1145)

Conceitos indeterminados (Sua sindicabilidade contenciosa) – Necessidades permanentes dos serviços – **63-62** (1813)

Concessão – Contrato de concessão de obras públicas – Poder de direcção – Poder de fiscalização – **44-76** (1121)

Concessão de carreiras de transporte de passageiros – Nulidade da sentença – Atribuições municipais – **71-48** (2129)

Concessão de exploração de jogo do bingo – Concurso – Casa Pia – Competência para celebrar o contrato – Critério de adjudicação – Interesse público – Erro na apreciação da prova – **61-72** (1777)

Concessão de serviço público essencial – Prescrição do crédito – Art. 10.º da Lei n.º 23/96, de 26/7 – **49-68** (1296)

Concessão de serviços públicos – Constituição de servidão de gás – Servidão administrativa – Projecto de traçado de conduta de gás – Recorribilidade do acto – Tempestividade do recurso – Legitimidade activa – Legitimidade passiva – Constitucionalidade orgânica dos DLs n.ºs 374/89, de 25/10, e 11/94, de 13/1 – Caducidade de declaração de utilidade pública – Audiência dos interessados – Fundamentação do acto – Violação do direito de propriedade e da iniciativa económica privada – **23-79** (479)

Concessão de gás – Instalação das infra-estruturas – Operações urbanísticas – Licenciamento – Execução das obras – Embargo – Notificação – Dispensa de notificação – **83-64** (2657)

Concessão e exploração de jogos – Proibição de acesso a salas de jogos – Competência da concessionária – Lacuna de regulamentação – Aplicação analógica – Poderes de tutela do concedente – **35-59** (803)

Concurso – Acto de homologação da lista classificativa – Recurso hierárquico – Recorribilidade do acto que aprecia o recurso hierárquico – **50-62** (1347)

Concurso – Agrupamento de empresas – Litisconsórcio necessário – Ilegitimidade activa superveniente – **85-72** (2740)

Concurso – Anulação de acto de exclusão de candidato – Renovação de concurso – Prova de conhecimentos – Princípio da igualdade – Sindicabilidade de juízos técnicos – Execução espontânea de julgado – Actualização de prova de conhecimentos – **72-58** (2188)

Concurso – Empreitada – Critérios e subcritérios – Momento da fixação – Introdução de uma escala de valores – **45-63** (1161)

Concurso – Empreiteiro de obras públicas – Portaria n.º 412-I/96, de 4/6 – Classe exigível – **39-70** (986)

Concurso – Exames psicológicos – Acesso aos documentos em que se baseia a deliberação – Fundamentação do acto administrativo – **83-67** (2662)

Concurso curricular para juiz do TAC – Audiência dos interessados – Dispensa de audiência – Princípio do aproveitamento do acto – **32-63** (741)

Concurso de acesso – Interpretação autêntica de actos legislativos – Despachos interpretativos – Nomeação de interinos – Prova de conhecimentos – Vício de violação de lei irrelevante para efeito de classificação – Fundamentação sucessiva – Falta de fundamentação de acta de concurso – **31-58** (706)

Concurso de adjudicação – Acesso aos documentos administrativos – Restrições – Audiência prévia – Artigo 7.º do Programa Relativo a Aquisição de Submarinos (PRAS) – Apreciação final dos resultados do concurso (art. 30.º-A, 30.º-B e 31.º do PRAS) – Concurso com selecção de propostas para negociação – Desvio de poder – Avaliação das propostas – Livre apreciação – Fundamentação – **48-63** (1246)

Concurso de empreitada – Prazo de pagamento – **45-65** (1163)

Concurso de empreitada – Programa do concurso e anúncio do concurso – Discrepância entre programa e anúncio – **62-68** (1822)

Concurso de fornecimento – Decreto-Lei n.º 134/98, de 15/5 – Suspensão de eficácia do acto de adjudicação – **27-65** (605)

Concurso de fornecimento de bens e serviços – Apreciação da capacidade técnica dos concorrentes – Avaliação do mérito das propostas – **33-48** (771)

Concurso de pessoal – Extinção do lugar e do serviço – Critério inadmissível – Dever de ponderação – Conteúdo da decisão anulatória – **78-81** (2453)

Concurso de provimento – Actividade sindical – Experiência profissional – Autonomização de itens – Aviso de abertura – Irrelevância de vício – Fundamentação – **37-60** (894)

Concurso de provimento – Carreira de investigação científica (DL n.º 219/92, de 15/10) – Autonomia universitária – Recurso tutelar – **31-60** (708)

Concurso de provimento – Pessoal dos municípios – Competência para autorizar a abertura do concurso – **13-72** (231)

Concurso de provimento – Prazo para nomear – **26-75** (567)

Concurso interno – Chefe de repartição – Composição do júri – Ónus da prova – **80-77** (2547)

Concurso interno geral de acesso – Lista de classificação final – Recurso hierárquico – Início do prazo – **38-67** (954)

Concurso limitado por prévia qualificação – Extemporaneidade do recurso – Âmbito da grelha de avaliação – Fundamentação do acto classificativo – **26-79** (574)

Concurso na área do teatro – Indemnização devida pela inexecução do acórdão anulatório – **80-75** (2545)

Concurso para concessão de obras – Recurso contencioso de admissão de propostas de outro concorrente – Exclusão de propostas – Formalidades essenciais da proposta – **26-71** (560)

Concurso para fornecimento de bens – Adjudicação – Consórcio – **72-53** (2175)

Concurso para fornecimento de bens – Propostas – Acção de impugnação de acto relativo à formação de contrato – Princípio da imutabilidade da proposta – **86-44** (2790)

Concurso para instalação de farmácia – Acto de homologação – Audiência dos interessados – Apreciação da prova no procedimento administrativo – Restrições probatórias – **74-65** (2284)

Concurso para instalação de farmácia – Fundamentação do acto administrativo – Acto de homologação – Audiência dos interessados – **71-48** (2128)

Concurso para prestação de serviços – Fundamentação do acto de adjudicação e sub-critérios – **80-81** (2559)

Concurso para professor titular – Faltas por doença – Sua repercussão na assiduidade – Art. 103.º do Estatuto da Carreira Docente (ECD) – Desconto na antiguidade – Direito constitucional à protecção da saúde – **79-69** (2500)

Concurso público – Abuso de direito – **38-64** (944)

Concurso público – Concessão de obras públicas – Prazo da concessão – DL n.º 100/84, de 29/3 – Deliberação camarária – Anulabilidade – **48-68** (1260)

Concurso público – Contrato de fornecimento de bens – Decreto-Lei n.º 134/98, de 15/5 – Recurso jurisdicional – Processo urgente – Âmbito de aplicação do art. 113.º, n.º 1, da LPTA – **29-74** (651)

Concurso público – Decreto-Lei n.º 134/98 – Preço anormalmente baixo – Desvio de poder – Fundamentação – Audiência prévia – **45-56** (1147)

Concurso público – Empreitada – Imparcialidade – Princípio da transparência – **42-66** (1052)

Concurso público – Fornecimento – Princípio da igualdade – Princípio da imparcialidade – Princípio da transparência – **41-59** (1012)

Concurso público – Forte presunção de conluio – **77-55** (2392)

Concurso público – Júri – Suspeição de membro do júri – Impedimento dos restantes membros – **37-56** (879)

Concurso público – Prestação de serviços – Convenção Colectiva de Trabalho (CCT) – Rectificação do preço da proposta – Pedidos cumulativos – **87-68** (2855)

Concurso público – Projecto de arquitectura – Exclusão de concorrente – Estimativa do custo da obra – Alegações – Prazo – Acto preparatório – Acto destacável – Recorribilidade do acto impugnado – **38-58** (924)

Concurso público de empreitada – Contencioso pré-contratual – Julgamento por juiz singular – Admissão de propostas – Acto administrativo impugnável (art. 51.º do CPTA) – Acto confirmativo – Ministério Público – Proposta condicionada – **53-63** (1489)

Concurso público de escolha do contratante – Audiência prévia – Procedimentos especiais – Aproveitamento do acto – Fornecimento executado – Persistência da utilidade da lide – **60-75** (1726)

Concurso público de fornecimento – Admissão das propostas – Reclamação necessária – Audiência dos interessados – **13-72** (233)

Concurso público de fornecimento de bens e serviços – Avaliação da capacidade financeira – **36-68** (851)

Concurso público internacional – Audiência prévia – **43-66** (1085)

Concurso público internacional – Omissão de pronúncia – Conceito de questão – Critérios e subcritérios legais – **37-56** (881)

Concurso público internacional – Procedimento administrativo – Aplicação da lei no tempo – **32-59** (734)

Concurso público para adjudicação de contrato – Factores relativos à capacidade técnica dos concorrentes – **48-64** (1247)

Concurso público para alienação de acções de um banco (Reprivatização) – Graduação dos concorrentes – Princípios da igualdade e da justiça – Fundamentação – Escusa e suspeição – Invalidade do acto – Audiência dos interessados (Obrigatoriedade – Noção de instrução) – Aceitação do acto recorrido – **29-68** (641)

Concurso público para empreitada – Admissão dos concorrentes – Poderes da comissão de abertura das propostas – Poderes da entidade adjudicante – Princípio da concorrência – Princípio da igualdade – Princípio da imparcialidade – **33-51** (778)

Concursos – ANA, SA – Aplicabilidade do DL n.º 197/99, de 8/6 – Introdução de subcritérios – Princípios da imparcialidade, transparência, igualdade e estabilidade – **39-69** (981)

Concursos da carreira médica – Recurso da exclusão da lista de candidatos – Acto definitivo do Conselho de Administração do Hospital – Recurso para o Ministro da Saúde – Acto confirmativo – **3-56** (35)

Concursos da função pública – Fixação dos critérios de avaliação e selecção dos candidatos – Princípios da igualdade, da justiça e da imparcialidade – **8-67** (120)

Concursos da função pública – Impugnação da decisão de não admissão de candidatos – Recurso hierárquico necessário – **3-55** (34)

Concurso para a atribuição de licenças de táxi – Critério de atribuição de licenças – **61-74** (1783)

Concursos para adjudicação de contratos – Sub-critérios – Actividade avaliativa – Escala de valores – **48-62** (1244)

Condenação à prática do acto legalmente devido – Concurso para juiz do STA – Candidato jurista – Requisitos da sua admissão ao concurso – **84-78** (2702)

Confirmação de compatibilidade de licenças de loteamento e de obras e aprovação de localização de empreendimentos turísticos com os PROTs – Despacho conjunto – Recorribilidade – *Jus aedificandi* – Direito de propriedade e de iniciativa económica privada – Protecção da confiança – Audiência dos interessados – **6-63** (85)

Conflito de competência (CPTA) – Conflito entre TAC Liquidatário e TAF – Execução de sentença administrativa – **51-58** (1411)

Conflito negativo de competência – Competência territorial – **55-59** (1549)

Conhecimento do acto – Notificação – Recurso contencioso – Prazo – **38-63** (940)

Conhecimento oficioso dos vícios – Aproveitamento do acto administrativo – **78-85** (2462)

Conselho das Comunidades Portuguesas – Eleição do Conselho Permanente – **81-53** (2584)

Conselho Directivo da Associação Profissional dos Médicos Dentistas – Atribuição do grau de especialista – Recurso contencioso – **48-69** (1261)

Conselho dos Oficiais de Justiça – Poder disciplinar – Competência do Conselho Superior do Ministério Público – Direito de participação – **56-74** (1599)

Conselho dos Oficiais de Justiça – Poder disciplinar – Funcionário do Ministério Público – Competência do CSMP – **49-73** (1306)

Conselho Superior do Ministério Público – Infracção disciplinar – Legitimidade procedimental – **42-65** (1047)

Conselho Superior do Ministério Público – Processo disciplinar – Magistrado do Ministério Público – Prescrição do procedimento – Conversão do processo de inquérito – Acto de execução – Actos da vida privada – Princípio da necessidade – Princípio da proporcionalidade – **77-58** (2402)

Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Reclamação facultativa – Classificação de juiz – Irrecorribilidade do acto que indefere reclamação de deliberação de classificação – **52-70** (1453)

Conservadores e notários – Concurso – Factores de classificação – Alteração – Decreto-Lei n.º 206/97, de 12/8 – **48-61** (1243)

Constitucionalidade – Nulidade de acórdão – Nulidade processual – Princípio do contraditório – Ministério Público (Parecer final) – Cargo dirigente – Função pública – **30-74** (679)

Constituição de servidão administrativa – Declaração de caducidade – Competência dos tribunais administrativos – Fundamentação do carácter urgente da declaração de utilidade pública – Audiência dos interessados – **69-60** (2070)

Construção de via pública – Deliberação camarária – Obra de impacte relevante – Audiência dos interessados – **65-63** (1920)

Contencioso da administração local – Alegações – **3-56** (38)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Alegações – **18-51** (351)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Âmbito de aplicação – Constitucionalidade – Imperatividade – Acto recorrível – Alegações do recurso contencioso – Alegações do recurso jurisdicional – **19-71** (377), **20-65** (405)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Âmbito de aplicação – Constitucionalidade – Processo urgente – Contagem dos prazos – Medidas provisórias – Ilegitimidade passiva – Convite à correcção da petição – **17-65** (327)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Constitucionalidade – Âmbito de aplicação – Natureza urgente do processo – Prazo de interposição de recurso jurisdicional – Alegações do recurso jurisdicional – Convolação do meio processual – Notificação incompleta – Pedido de certidão – Interrupção do prazo do recurso – Medidas provisórias – Prazo – Ponderação de interesses – **21-62** (433)

Contencioso da formação de contratos de direito público – DL n.º 134/98, de 15/5 – Prazo de interposição do recurso – Garantia do recurso contencioso – Tutela jurisdicional efectiva – **23-77** (477)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Anulação de concurso – **42-67** (1056)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Contrato de concessão – Prestação de serviços – Legitimidade passiva – **42-63** (1042)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Sustação do procedimento de formação do contrato – DL n.º 134/98, de 15/5 – **24-59** (496)

Contencioso da formação de contratos de direito público (DL n.º 134/98, de 15/5) – Constitucionalidade – Prazo de interposição de recurso – Legitimidade – Medidas provisórias – **15-61** (287)

Contencioso da formação de contratos de direito público (DL n.º 134/98, de 15/5) – Medidas provisórias – Natureza urgente do processo – **12-59** (202)

Contencioso da formação dos contratos – Concurso público – Legitimidade passiva (Instituto Nacional da Aviação Civil) – **43-64** (1080)

Contencioso da formação dos contratos – Direito de impugnação – Exclusão de concorrente – Falta de alvará – Habilitação de adjudicatário – **85-72** (2741)

Contencioso da formação dos contratos de direito público – Medidas provisórias – Suspensão de eficácia de acto de adjudicação – Celebração do contrato – Legitimidade passiva – Pluralidade de providências – Interesses privados e públicos – **35-58** (800)

Contencioso eleitoral – Características – Tempestividade – Notificação dos actos – **35-60** (805)

Contencioso eleitoral – Eleições para as autarquias locais – Subvenção às listas concorrentes – Competência dos tribunais administrativos – Poderes de cognição em recurso jurisdicional – Legitimidade plural – Litisconsórcio necessário – Ilegitimidade passiva – Critério de repartição da subvenção – Resultado eleitoral – Número de votos – Número de mandatos – **55-56** (1543)

Contencioso eleitoral – Processo urgente – Convite à correcção da petição – Princípio antiformalista – Princípio *pro actione* – **17-64** (326)

Contencioso pré-contratual – Acto de adjudicação – Impugnação – Prazo – Caducidade – **87-69** (2857)

Contencioso pré-contratual – Concurso público – Requisitos de admissão – Prestação de serviços – Capacidade financeira – Princípio da transparência – **77-51** (2379)

Contencioso pré-contratual – Concurso público de fornecimento de bens – Irrelevância de erro na identificação de decisão impugnada – Caducidade da acção – **61-74** (1781)

Contencioso pré-contratual – Esclarecimento da proposta – Princípio da intangibilidade da proposta – Funcionalidades fixas para a execução do contrato – **87-66** (2851)

Contencioso pré-contratual – Fornecimento de serviços – Empresas associadas – Princípio da concorrência – **86-42** (2786)

Contencioso pré-contratual – Impossibilidade absoluta de satisfação dos interesses do autor – Indemnização devida – **78-82** (2454)

Contencioso pré-contratual – Impugnação facultativa – Prazo de impugnação contenciosa – **63-65** (1869)

Contencioso pré-contratual – Revisão de preços – Exclusão de proposta – **87-68** (2856)

Contratação pública – Anulação do procedimento – **74-59** (2272)

Contratação pública – Auxílios de Estado – Defesa da concorrência – Princípio da concorrência – **36-65** (843)

Contratação pública – Conceito de empresa pública – Empreitada de obras públicas – **51-57** (1408)

Contrato administrativo – Juros moratórios – Juros legais – Juros comerciais – Acto comercial – **50-64** (1354)

Contrato administrativo – Nulidade – **69-61** (2073)

Contrato administrativo – Rescisão – Acção – Recurso contencioso – **35-58** (798)

Contrato administrativo – Rescisão – Acto administrativo – Recurso contencioso – Rejeição – **23-78** (478)

Contrato administrativo – Resolução do contrato – Declaração negocial – Cláusula contratual – **29-69** (643)

Contrato administrativo – Tratamento de resíduos – Lucros cessantes – Interpretação do contrato – Prova complementar – Alteração da matéria de facto – **53-65** (1493)

Contrato administrativo de prestação de serviço de ensino por escolas privadas – Poderes da Administração – Acto administrativo destacável – Sanção por inexecução do contrato – Modificação do conteúdo das prestações – **46-61** (1192)

Contrato administrativo e contrato de direito privado – Prestação de serviços por arquitecto – Competência do tribunal – **27-66** (608)

Contrato de empreitada – Tentativa de conciliação – **73-63** (2222)

Contrato de empreitada de obras públicas – Multa – Meio processual próprio – **55-63** (1560)

Contrato de empreitada de obras públicas – Multa por violação de prazos contratuais – Actos administrativos destacáveis – Meio processual adequado – **35-56** (794)

Contrato de empreitada de obras públicas – Redução de multas contratuais – Anulação de multas contratuais – Ónus da prova – Objecto do recurso contencioso – **77-54** (2388)

Contrato de fornecimento de bens – Prazo de interposição de recurso de actos lesivos pré-contratuais – Constitucionalidade do DL n.º 134/98, de 15/5 – **33-53** (782)

Contrato de prestação de serviços – Decreto-Lei n.º 55/95, de 29/3 – Circuitos especiais de transportes escolares – Inutilidade superveniente da lide – “Experiência em serviços idênticos” – Art. 70.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 55/95 – **25-55** (536)

Contrato público – Concurso para aquisição de serviços – Modelo de avaliação das propostas – **84-80** (2707)

Contrato público de aprovisionamento – Suspensão de eficácia de AIM – Impugnação da validade da AIM – **87-69** (2859)

Contratos de associação – Contratos administrativos – Ordem de reposição de verbas – Usurpação de poder – **44-74** (1115)

Contratos de tarefa e de avença – **83-64** (2655)

Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Responsabilidade civil extracontratual – Acto ilícito – Atraso na justiça – Direito a decisão judicial em prazo razoável – **77-57** (2399)

Convenção Europeia dos Direitos do Homem – Responsabilidade civil extracontratual – Dano moral – Indemnização – **73-70** (2239)

Conversão do inquérito em processo disciplinar – Delegação de poderes – Suplência do Vice-Procurador-Geral – Magistrado que advoga em causa própria – Manutenção dos deveres funcionais estatutários – Autonomia dos processos disciplinar e penal – **86-47** (2797)

CPTA – Empreitada de obras públicas – Art. 255.º do DL n.º 59/99, de 2/6 – **74-64** (2282)

CPTA – Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 47/86, de 15/10, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 2/90, de 20/1, 23/92, de 20/8, 10/94, de 5/5, e 60/98, de 27/8) – Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) – Secção disciplinar – Reclamação necessária (art. 29.º, n.º 5, do EMP) – Intervenção estritamente vinculada – Princípios gerais de Direito Administrativo – **77-53** (2386)

CPTA – Execução de sentença de acto administrativo – Acórdão anulatório de acto revogatório – **66-72** (1959)

CPTA – Legitimidade para o recurso – **77-56** (2395)

CPTA – Processo executivo – Caso julgado no recurso contencioso – **50-66** (1360)

CPTA – Processo executivo – Contra-interessados – Reversão – Caso julgado no recurso contencioso – **49-69** (1298)

CPTA – Recurso de revista (art. 150.º do CPTA) – Providência cautelar – (Pedido de suspensão de eficácia de acto administrativo) – Comparação de interesses (art. 120.º, n.º 2, do CPTA) – **74-66** (2287)

Criação de Parque Natural – Acto normativo – Acto administrativo – **41-62** (1019)

CTT, EP – CTT, SA – Pessoal oriundo dos CTT, EP – Pensão de aposentação – **79-70** (2504)

CTT, SA – CTT, EP – Pensões de reforma – **78-84** (2461)

Cumulação de pedidos – Erro na forma de processo – Declaração de nulidade e condenação por danos – Acção de responsabilidade civil extracontratual – **53-69** (1504)

Custas administrativas – Aplicação da lei no tempo – **63-66** (1871)

DFA – Reconstituição da carreira militar – Eficácia retroactiva – **87-64** (2843)

Decisão de localização de auto-estrada – Plano sectorial – Plano director municipal – Princípio da hierarquia dos planos – **56-75** (1601)

Decisão do juiz relator – Reclamação – **84-80** (2706)

Decisão sobre a localização da nova ponte sobre o rio Tejo, em Lisboa – Directiva comunitária – Efeito directo – Reenvio prejudicial – Avaliação de impacte ambiental – **18-54** (356)

Declaração de ilegalidade por omissão – Acto legislativo carente de regulamentação – Prejuízo directamente resultante da omissão – Militares da GNR – Ingresso na categoria de oficial – **81-55** (2588)

Declaração de ilegalidade por omissão de normas – Sindicato – Modificação objectiva da instância (art. 45.º do CPTA) – Indemnização – **77-56** (2394)

Decretamento provisório da providência – Providências cautelares relativas à formação de contratos – **63-66** (1872)

Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de Maio – Recurso contencioso – Prazo – Petição apresentada por *fax* – **36-67** (848)

Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de Maio – Recurso contencioso – Recurso jurisdicional – Prazo para alegação – **36-62** (837)

Deficiente das Forças Armadas (DFA) – Nulidade da sentença – “Stress” de guerra – Serviço de campanha – Não conhecimento de vício – **72-52** (2172)

Delegação de poderes – Revogação de acto administrativo – Ajudas comunitárias – Protecção da confiança – **84-80** (2709)

Delegação de poderes inválida – Director de serviços municipais da Câmara Municipal de Lisboa – Licenciamento de obras – Acto irrecorrível – **52-73** (1460)

Demolição – Obra clandestina – Acto de execução – **42-65** (1049)

Demolição de construções ilegais – Recurso contencioso de anulação – Efeito suspensivo – **46-64** (1197)

Demolição de edifício – Recurso contencioso de anulação – Efeito suspensivo – **50-64** (1355)

Demolição de obra – Obras sujeitas a licenciamento – Fundamentação – **56-77** (1606)

Demolição de obra clandestina – Prévia ponderação da susceptibilidade de legalização – Princípios da necessidade e da menor ingerência – **55-64** (1562)

Demolição de obra ilegal – Competência do presidente de câmara municipal – Dever legal de decidir – Indeferimento tácito – **9-60** (143)

Demolição de obra não licenciada – Audiência do interessado – **18-52** (352)

Demolição de obras – Subdelegação de competência – Acto não coberto pela subdelegação – Recorribilidade – **17-67** (328)

Depósito de sucata – Regime de licenciamento e instalação – Nulidade do licenciamento – **35-62** (812)

Despacho conjunto – Acto tácito – Dever legal de decidir – **31-57** (704)

Despacho conjunto – Competência – Anulabilidade – Nulidade – Caso julgado formal – Audiência do interessado – Interpretação do acto administrativo – **12-57** (198)

Despacho saneador – Caso julgado – Acto consequente – Factos que não carecem de alegação – **84-78** (2701)

Despacho *Visto* – Interpretação do acto administrativo – Mapa de horário de trabalho – Recorribilidade do acto – **9-57** (138)

Despejo administrativo – Aplicabilidade do RGEU à utilização de edificações anteriores – Alteração da utilização – Ónus da prova – **20-70** (407)

Despejo administrativo – Ocupação não titulada de prédio do Estado – Usurpação de poder – **25-51** (529)

Despejo sumário – Utilização de edificação em desconformidade com a licença – Reserva da função jurisdicional – **12-61** (205)

Dever de decisão – Indeferimento tácito – **21-58** (425)

Dever de notificação – Conhecimento extraprocedimental do acto – **2-66** (12)

Director-Geral do Turismo – Competência – Recurso hierárquico necessário – Constitucionalidade – **37-58** (884)

Direito Comunitário – Reenvio prejudicial – **80-75** (2544)

Direito de acesso à função pública – Princípio da igualdade – Princípio da igualdade de oportunidades no direito ao trabalho – Princípio da igualdade retributiva – **55-52** (1531)

Direito de asilo – Actividade em prol da democracia e liberdades – Receio fundado de perseguição – **48-57** (1231)

Direito de audiência – Momento procedimental adequado ao seu exercício – Acto administrativo impugnável – Princípio da imparcialidade – Fundamentação do acto administrativo – Facto superveniente – **48-60** (1239)

Direito de reversão – Audiência dos interessados – Caducidade – **37-59** (890)

Direito de reversão – Expropriação – Contrato de compra e venda – Declaração de utilidade pública – **46-65** (1199)

Direito de reversão – Expropriação por utilidade pública – Alteração do fim expropriativo – Início do prazo de exercício do direito de reversão – **51-59** (1414)

Direito de reversão – Mais-valias – **87-63** (2842)

Direito de reversão – Venda em hasta pública das parcelas expropriadas – Obra contínua – Requisitos – **30-70** (672)

Direito do urbanismo – Licenciamento de obras – Zona de equipamentos – Equipamentos de interesse público e utilização colectiva – Conceito tipológico de equipamento – **83-64** (2654)

Direitos de autor – Nulidade da sentença – Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC) – Projecto de viaduto – Resposta restritiva a quesito – Engenharia, arquitectura e estética – **55-60** (1553)

Direitos de autor – Obra cinematográfica – **44-75** (1119)

Direitos de autor – Projecto de arquitectura – Lucros cessantes – Danos morais – **43-66** (1087)

Dirigentes sindicais – Dispensa de serviço – **51-55** (1401)

Divisibilidade do acto administrativo – Extensão dos recursos aos não recorrentes – **62-66** (1819)

Documentos administrativos – Acesso – Empresas públicas – **77-58** (2400)

Doença profissional ao serviço da Administração Pública – Acto constitutivo de direitos – Revogação – Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais – Caixa Geral de Aposentações – **80-78** (2548)

Doença profissional atípica – **86-48** (2798)

Domínio público – **80-75** (2543)

Domínio público – Domínio hídrico – Plano Director Municipal de Ovar – Licenciamento de loteamento – **55-54** (1538)

Domínio público – Uso privativo – Concessão – Licenciamento de construção – Demolição – **38-61** (935)

Domínio público hídrico – Licença de uso privado – Concessão – Nulidade parcial – Âmbito do recurso jurisdicional – Usos de utilidade pública – **79-70** (2505)

Doutoramento – Ensino superior – **42-66** (1051)

Edificações urbanas – Distância entre fachadas – RGEU – **55-54** (1537)

Edifício escolar – Servidão *non aedificandi* – **38-66** (950)

Educadoras de infância – Ensino particular – Tempo de serviço – **48-69** (1262)

Embargo de obra – Caducidade do licenciamento – **72-55** (2182)

Embargo – Parque Nacional da Ria Formosa – Autorização prévia – Lei especial – Sucessão de leis – Não inconstitucionalidade do art. 26.º, n.º 1, do DL n.º 69/90, de 2/3 – Audiência prévia – **31-55** (699)

Embargo de obras de construção – Dever de fundamentação – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – **59-69** (1684)

Empreitada – Concurso – DL n.º 134/98, de 15/5 (Constitucionalidade orgânica) – Adjudicação – Critérios – Inutilidade da lide do recurso contencioso – Recurso jurisdicional (Delimitação do seu âmbito nas conclusões da alegação) – Parecer do Ministério Público – Fixação de factores de apreciação de propostas – Auto-vinculação – Poderes da comissão de análise das propostas – **32-67** (747)

Empreitada – Concurso público – Ordem decrescente de importância dos factores de avaliação (DL n.º 405/93, de 10/12) – Factor preço – **25-53** (532)

Empreitada – Oposição de acórdãos – Nulidade – Efeitos – Enriquecimento sem causa – **80-80** (2555)

Empreitada de obras públicas – Aceitação do acto – **72-54** (2177)

Empreitada – Inutilidade da lide – Critério de adjudicação – Factores e subfactores – Fundamentação – **45-65** (1164)

Empreitada – Recurso urgente nos termos do DL n.º 134/98, de 15/5 – Inutilidade superveniente da lide – Conhecimento de fundo em substituição do tribunal recorrido – Factores e subfactores do critério de adjudicação da empreitada – Programa do concurso – **32-61** (738)

Empreitada – Recusa de visto – Responsabilidade do dono da obra – Caducidade – Aplicabilidade dos arts. 226.º e 227.º do DL n.º 405/93, de 10/12 – **45-62** (1158)

Empreitada – Tentativa de conciliação prévia – Aplicação de multa – **48-66** (1252)

Empreitada de obras públicas – Concurso público – Critérios de adjudicação – Audiência dos interessados – **14-62** (257)

Empreitada de obras públicas – Concurso público – Preço anormalmente baixo – Audiência do proponente – Direito comunitário – Efeito directo das directivas – **6-62** (84)

Empreitada de obras públicas – Contagem de prazo – Feriado – **38-60** (929)

Empreitada de obras públicas – Concurso – Capacidade financeira – Capacidade económica – Empresa de distribuição de água potável – Direito comunitário – **60-76** (1727)

Empreitada de obras públicas – Decisão de não adjudicação – Preço consideravelmente superior ao preço base – **43-65** (1083)

Empreitada de obras públicas – Directiva comunitária – Listas oficiais – Inutilidade superveniente da lide – **27-69** (612)

Empreitada de obras públicas – Direito de acção – Caducidade – **60-78** (1733)

Empreitada de obras públicas – Exclusão do concurso – Recurso contencioso – Acto recorrível – Impugnação unitária – Legitimidade – **10-56** (167)

Empreitada de obras públicas – Intervenção principal provocada – Intervenção acessória provocada – **41-61** (1016)

Empreitada de obras públicas – Juros de mora – Abuso de direito – Boa fé – **30-72** (676)

Empreitada de obras públicas – Prorrogação do prazo de execução – **78-78** (2445)

Empreitada de obras públicas – Rescisão do contrato – Prazo – **44-75** (1118)

Empreitada de obras públicas – Responsabilidade civil contratual – Acção sobre contrato – Tentativa prévia de conciliação – Reconvenção – Absolvição da instância – **31-60** (710)

Empreitada de obras públicas – Violação de prazos contratuais – Multas – Meio processual próprio – **53-63** (1490)

Empreitadas – Introdução de sub-critérios pelos júris dos concursos – DL n.º 59/99, de 2/3 – **23-80** (480)

Empresa pública – Competência dos tribunais administrativos – Contrato de direito público – Metropolitano de Lisboa – Empreitada – **38-58** (925)

Empresas públicas – Contratação pública – Pessoas colectivas de natureza empresarial – CTT, SA – Direito comunitário – **56-71** (1592)

Encerramento de estabelecimento – Medida provisória – Sanção administrativa – **39-67** (975)

Enriquecimento sem causa – **51-49** (1387)

Enriquecimento sem causa – Trabalhos não contemplados no contrato – **71-49** (2132)

Ensino superior particular e cooperativo – *Numerus clausus* – Princípio da imparcialidade e da proporcionalidade – **51-53** (1397)

Ensino universitário – Regime de prescrições – Âmbito de aplicação da lei nova – **73-69** (2235)

Equiparação a bolsheiro no País – Interesse público – Discricionariedade – Violação de lei – Princípio da igualdade – Fundamentação do acto administrativo – Poderes de cognição do Pleno da 1.ª Secção – Matéria de facto – **15-57** (282)

Erro na forma de processo – Convolação – **52-73** (1461)

Erro na identificação do autor do acto recorrido – Convite à correcção da petição – **15-62** (288), **19-74** (381)

Erro na identificação do processo – Erro de escrita – Princípio da cooperação – **37-64** (904)

Erro sobre os pressupostos de facto – Ónus da prova em recurso contencioso – Inversão do ónus da prova – Princípio *utile per inutile non vitiatur* – **36-63** (839)

Escola secundária – Eleição para a Assembleia de Escola – Pessoal não docente – **37-58** (886)

Estabelecimento comercial – Licenciamento – Despejo administrativo – Princípio da legalidade – Âmbito do recurso contencioso – **57-54** (1629)

Estabelecimento hoteleiro – Aprovação de localização – **51-49** (1388)

Estabelecimento industrial – Suspensão da laboração – Medida cautelar – Fundamentação de direito – Princípio da proporcionalidade – **52-68** (1450)

Estabelecimentos de ensino – Seguro escolar – Danos causados a terceiro – Sujeição ao poder de autoridade da Escola – **66-75** (1966)

Estatuto da Carreira Docente (ECD) – Mestrado – Bonificação no tempo de serviço – Critério ostensivamente inadmissível – Liberdade e vinculação – Omissão de pronúncia – **61-72** (1778)

Estatuto da Ordem dos Advogados – Regulamento – Regulamentos dos Centros Distritais de Estágio – Inscrição como advogado – Interpretação de normas – **51-52** (1393)

Estatuto de utilidade pública desportiva – Processo de cancelamento – Auditoria às contas – Prova pericial – **44-74** (1116)

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local (EDFAACRL) – Prazo da autorização legislativa – Sentido da autorização legislativa – Efeitos da amnistia – Reserva de competência legislativa da Assembleia da República – Princípio da igualdade – Audiência dos interessados – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – **7-62** (105)

Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo – Sanção disciplinar – Proibição de leccionar – **78-79** (2446)

Estatuto do Gestor Público – **48-59** (1238)

Estatuto dos Eleitos Locais – Reforma (aposentação) antecipada – Cumulação de pensões com remunerações – **77-59** (2404)

Estatuto dos notários – **59-72** (1691)

Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República (Estatuto dos juízes) – Concurso para juiz do Supremo Tribunal Administrativo (Jurista de reconhecido mérito) – Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (Publicação da designação dos seus membros – Impedimentos – Advogados) – Audiência do interessado – Fundamentação – Notificação da junção do processo instrutor – **8-65** (119)

Execução das sentenças – CPTA – Direito transitório – Aplicação da lei no tempo – **59-70** (1686)

Execução de acórdão – Acto divisível – Anulação da graduação de um candidato – Efeitos do caso julgado – **63-65** (1868)

Execução de acórdão – Adjudicação de empreitada de obra pública – Rejeição do pedido – Erro de julgamento – **67-75** (1999)

Execução de acórdão – Adjudicação de fornecimento – Indemnização por lucros cessantes – **53-68** (1502)

Execução de acórdão – Aplicação da lei no tempo – Art. 5.º, n.º 4, da Lei n.º 15/2002, de 22/2 – Equidade – **68-58** (2032)

Execução de acórdão – Causa legítima de inexecução – **37-63** (900)

Execução de acórdão – Direito de reversão – Causa legítima de inexecução – Grave lesão do interesse público – **42-65** (1046)

Execução de acórdão – Juízo competente – Competência do Presidente do Tribunal Central Administrativo – **52-67** (1444)

Execução de acórdão anulatório – Declaração de Utilidade Pública (DUP) – Causa legítima de inexecução – **71-51** (2137)

Execução de acórdão anulatório – Eficácia do caso julgado – **2-66** (13)

Execução de acórdão anulatório – Erro na forma do processo – Aproveitamento de actos – Sucessão de leis – Entrada em vigor do CPTA – Caducidade – **50-65** (1359)

Execução de julgado – **56-75** (1602)

Execução de julgado – Acórdão anulatório de acto de homologação de lista de classificação final – Impossibilidade de execução – **13-68** (225)

Execução de julgado – Acto desconforme com o julgado – Nulidade – Não cumprimento de acórdão que ordenou operações de execução – Indemnização pela inexecução indevida – **72-55** (2181)

Execução de julgado – Anulação de acto revogatório – Efeitos – Dever de executar – Expropriação – Poder discricionário – Impossibilidade de execução – Indemnização – **60-79** (1735)

Execução de julgado – Anulação por vício de forma – Acto renovável – Conhecimento dos vícios do novo acto – **8-68** (122)

Execução de julgado – Art. 167.º do CPTA – **78-77** (2439)

Execução de julgado – Caducidade do direito – Interrupção e suspensão do prazo de caducidade – **50-63** (1351)

Execução de julgado – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas – Recusa da inscrição – Acto executivo – Falta de fundamentação – Tutela jurisdicional efectiva – **77-49** (2375)

Execução de julgado – Concurso de provimento – Anulação de acto que excluiu candidato – Nulidade de acto de nomeação consequente – Existência de terceiros contra-interessados – Certeza e segurança jurídica – Princípio da justiça – Agente putativo – Objecto do recurso contencioso – Procedimento administrativo – Audiência dos interessados – **27-67** (610)

Execução de julgado – Contagem do prazo – CPTA – **51-56** (1404)

Execução de julgado – CPTA – Prazos – **56-73** (1598)

Execução de julgado – Extensão dos efeitos da sentença – Princípio da igualdade – Princípio da segurança jurídica – Princípio da confiança – **67-75** (1998)

Execução de julgado – Funcionário – Reconstituição da carreira – Categoria com acesso dependente de concurso – Tribunal de Contas – **48-61** (1241)

Execução de julgado – Indemnização – Causa legítima de inexecução – **74-68** (2293)

Execução de julgado – Inexistência de causa legítima de inexecução – Indemnização – **13-74** (236)

Execução de julgado – Limites objectivos do caso julgado material – Declaração de inexistência de causa legítima de inexecução – Teoria do vencimento – **7-58** (96)

Execução de julgado – Objecto da execução – **56-69** (1588)

Execução de julgado – Sucessão de prazos – Extemporaneidade da execução – Modo de executar – **51-56** (1406)

Execução do julgado – Indemnização – Renda vitalícia ou temporária – **87-63** (2841)

Execução do julgado – Reexercício do poder – **73-68** (2232)

Execução de julgados – Caducidade do direito – Sucessão de regimes – Prazos – **56-72** (1594)

Execução de sentença – Acordo quanto à execução – Reconstituição da situação actual hipotética – **38-62** (937)

Execução de sentença – Cargo dirigente – Suspensão da comissão de serviço – Actos consequentes – Declaração de nulidade – Juros de mora – Despesas de representação – **26-80** (577)

Execução de sentença – Causa legítima de inexecução – Indemnização – **35-61** (810)

Execução de sentença – Concurso de provimento – Litisconsórcio necessário – Causa legítima de inexecução – **63-67** (1874)

Execução de sentença – Dever de executar – Vícios subsequentes – **52-67** (1446)

Execução de sentença – Efeito da decisão anulatória de acto expresso de indeferimento – Prazo do deferimento tácito – Lei aplicável a acto repetido – **5-63** (67)

Execução de sentença – Indemnização – **56-76** (1603)

Execução de sentença – Limites subjectivos do caso julgado – Reconstituição da situação actual hipotética – Grave lesão do interesse público – Plano Regional de Ordenamento do Território – Reserva Agrícola Nacional – Reserva Ecológica Nacional – **5-63** (68)

Execução de sentença – Renovação de acto anulado por vício de forma – Reconstituição da situação actual hipotética – Princípio da eficácia não retroactiva do acto administrativo – **21-59** (428)

Execução de sentença – Retardamento – Indemnização – Danos morais – Honorários de advogado – **51-54** (1398)

Execução de sentença anulatória – Legitimidade passiva – Falta de intervenção de contra-interessado – **39-70** (984)

Execução de sentença anulatória – Petição de execução – Prazo – Art. 176.º do CPTA – **84-75** (2695)

Execução do julgado – Causa legítima de inexecução – Indemnização – **55-60** (1552)

Execução fiscal – Depositário – Agente *ad hoc* do Estado – Dever de guarda e de restituição dos bens – Responsabilidade extracontratual – **67-76** (2002)

Exercício da actividade sindical – Ofensa do conteúdo essencial de um direito fundamental – Audiência prévia – **48-58** (1235)

Exoneração de funcionário por falta de aptidão para o desempenho de funções revelada durante o período probatório – Fundamentação do acto administrativo – **7-59** (98)

Expropriação – Acto de declaração de utilidade pública – Recurso contencioso – Herdeiro – Legitimidade – Direito de audiência – **48-66** (1253)

Expropriação – Caducidade – Indemnização – Competência – **46-59** (1188)

Expropriação – Declaração de utilidade pública – Utilidade turística – Erro nos pressupostos de facto – Ónus da prova – **26-74** (564)

Expropriação – Lei aplicável – Declaração de utilidade pública – Renovação – **75-60** (2331)

Expropriação – Património cultural – Protecção – Plano Director Municipal – **59-73** (1693)

Expropriação por utilidade pública – Alienação de faixas adjacentes – Direito à mais-valia – Aplicabilidade da lei nova – Eficácia retroactiva – **80-78** (2550)

Expropriação por utilidade pública – Artigos 2.º e 3.º do Código das Expropriações (Lei n.º 168/99, de 18/9) – Princípio da proporcionalidade – **51-57** (1407)

Expropriação por utilidade pública – Caducidade da declaração de utilidade pública – Promoção da constituição de arbitragem – Renovação da declaração de utilidade pública – **83-67** (2663)

Expropriação por utilidade pública – Dever de pronúncia – Princípio da proporcionalidade – **52-70** (1454)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – **32-57** (731)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Acto administrativo – Notificação – **46-65** (1200)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Aplicação da lei no tempo – Atendibilidade de factos supervenientes – Transmissão do prédio expropriado – **12-61** (204)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Aplicação da lei no tempo – Efeitos da inconstitucionalidade – Princípio *tempus regit actum* – Poderes de cognição do Pleno da 1.ª Secção do STA – **20-62** (401)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Aplicação da lei no tempo – Inconstitucionalidade do n.º 5 do art. 7.º do Código das Expropriações de 1976 – **20-62** (400)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Aquisição de bens por compra e venda – Aplicação da lei no tempo – **33-47** (768)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Caducidade – **35-57** (796)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Caducidade – Adjudicação – **10-54** (164)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Prazo – Desvio do fim determinante da expropriação – Âmbito dos poderes de cognição do tribunal pleno – **86-45** (2792)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Entidade expropriante de direito público – Inconstitucionalidade – Direito de propriedade – **17-63** (323)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Lei aplicável – Caducidade – Aplicação da parcela a fim diverso da finalidade expropriativa – Abuso de direito – **78-78** (2443)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Lei aplicável – Efeitos da fiscalização concreta da constitucionalidade – Princípios da igualdade e da justiça – Extinção do Gabinete da Área de Sines (GAS) – Princípio *tempus regit actum* – Acto tácito – **24-59** (495)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Parcelas sobrantes – **36-60** (830)

Expropriação por utilidade pública – Direito de reversão – Transmissão a terceiro do bem expropriado – Recurso contencioso – Legitimidade activa – **10-54** (163)

Expropriação por utilidade pública – Edifício “a proteger” pelo PDM – Vinculação aos PDM – Património cultural – Competência para a classificação de bens – **48-62** (1245)

Expropriação por utilidade pública – Expropriação por razões de protecção ambiental – Expropriação urgente – Fundamentação – Direito de propriedade privada – Princípio da proporcionalidade – Caução – **33-47** (770)

Expropriação por utilidade pública – Expropriação sistemática – Direito de reversão – Indeferimento tácito – Competência – Requerimento dirigido a entidade incompetente – **10-57** (169)

Expropriação por utilidade pública – Identificação do bem penhorado – Princípio da proporcionalidade – **61-71** (1776)

Expropriação por utilidade pública – Legalidade – Directiva comunitária – **49-74** (1309)

Expropriação por utilidade pública – Legitimidade activa – Aceitação do acto – Alegação – Ónus da prova – **11-63** (183)

Expropriação por utilidade pública – PDM – Licenciamento de obras – **27-63** (601)

Expropriação por utilidade pública – Processo urgente – Notificação da resolução de expropriar – Uso indevido do processo urgente – **74-59** (2270)

Expropriação por utilidade pública – Resolução de requerer a expropriação – Acto lesivo – Construção de auto-estrada – Violação do PDM – Audiência do interessado – **37-64** (902)

Expropriação por utilidade pública – Reversão – **48-59** (1236)

Expropriação por utilidade pública – Reversão – Causas de cessação – Usufruto sobre o prédio expropriado – **45-61** (1156)

Expropriação por utilidade pública – Reversão – Parcelas sobrantes – Caducidade – **31-57** (703)

Expropriação por utilidade pública – Violação de PDM – Definição de vias públicas – PDM do Porto – Erro nos pressupostos – **46-63** (1196)

Expropriação urgente – Resolução de expropriar – Notificação – **63-64** (1866)

Expropriações – Direito de reversão – Reversão parcial – **30-72** (681)

Expropriações – Usurpação de poder – Desvio de poder – Erro sobre os pressupostos – Princípio da separação dos poderes – Ocupação do terreno pelo expropriante (via de facto) – Litígio judicial – Reclamação do proprietário nos termos do art. 14.º do Código das Expropriações – Nulidade da autorização para a posse administrativa (acto absurdo ou de objecto impossível) – Princípio da intangibilidade da obra pública – **26-78** (572)

Extemporaneidade do recurso – Aplicação do art. 31.º da LPTA aos recursos urgentes do DL n.º 134/98, de 15/5 – **35-63** (815)

Extensão dos efeitos de sentença – Apensação de processos – **65-62** (1917)

Extensão dos efeitos da sentença – Aplicabilidade a decisões no regime da LPTA – Ineptidão – Suprimento de pressupostos processuais – **74-64** (2283)

Extensão dos efeitos da sentença – Art. 161.º do CPTA – Princípios do Estado de direito democrático e da igualdade – Princípios da segurança jurídica e da protecção da confiança – **63-69** (1876)

Extensão dos efeitos da sentença – Execução de julgado – Aplicação da lei no tempo – Regime transitório – **61-69** (1773)

Extensão dos efeitos da sentença – Execução de julgado – Aplicação da lei no tempo – Regime transitório – **62-63** (1812)

Extensão dos efeitos da sentença – Tribunal competente – **51-54** (1400)

Extensão dos efeitos da sentença (Art. 161.º do CPTA) – Competência – **50-62** (1346)

Extinção da instância – Interrupção da instância – Deserção da instância – Esgotamento do poder jurisdicional – **81-55** (2590)

Extinção da instância – Inutilidade superveniente da lide – **33-48** (772)

Falta de objecto do recurso – Recurso de acto tácito – Acto expresso não notificado – Falta originária de objecto – Substituição do objecto do recurso – **36-62** (838)

Faltas – Dirigentes sindicais – Sindicatos de professores – Dispensa de serviço docente – **19-69** (374)

Farmácia – Concurso para instalação – Direcção técnica de farmácia – Exercício exclusivo de funções – Acumulação de funções – **53-69** (1503)

Farmácia – Propriedade de farmácia – Instituição particular de assistência – Farmácia privativa – **86-43** (2788)

Farmácias – Instituições de Assistência e Previdência Social – **72-51** (2169)

Federação Portuguesa de Futebol – Comissão de Arbitragem – Fixação de indemnização por formação de jogador – Tribunal arbitral – Competência dos tribunais administrativos – **49-74** (1310)

Federação Portuguesa de Futebol – Questão estritamente desportiva – **72-50** (2167)

Federações desportivas – Cancelamento de licença desportiva – Questão estritamente desportiva – Competência dos tribunais administrativos – **59-72** (1692)

Financiamento das campanhas eleitorais – Subvenção estatal – Eleições autárquicas – Repartição da subvenção – Resultados eleitorais obtidos – **48-67** (1256)

Fixação da matéria de facto – Resolução do contrato – Interpelação admonitória – **84-77** (2698)

Força Aérea – Pilotos – Complemento – Reintegração – Indemnização – **85-73** (2742)

Formação dos contratos – Nulidade – Prazo da acção especial urgente de contencioso pré-contratual – Providências cautelares – Caducidade das providências – Decisão da causa principal na providência cautelar – **62-67** (1821)

Formação dos contratos – Prazo de recurso – Vícios geradores de anulabilidade – Revogação – Notificação – Publicitação – Ineficácia – Tempestividade do recurso – **55-63** (1561)

Função Pública – Avaliação de desempenho – Actividade sindical – Liberdade sindical – **87-65** (2847)

Função pública – Carreira docente universitária – Concurso para professor associado – **2-68** (18)

Função pública – Carreira vertical – Carreira de dotação global – Concurso de provimento – Vagas – Poder discricionário no preenchimento – **51-52** (1394)

Função pública – Concurso – Homologação de lista de classificação final por Secretário de Estado – Recurso hierárquico – **9-60** (144)

Função pública – Concurso interno de provimento – Requisitos de admissão e provimento – Agente administrativo – Momento da verificação dos requisitos – **75-61** (2334)

Função pública – Concursos – Dever de nomeação – Recurso hierárquico da homologação da classificação final (Indeferimento tácito – Cessação do efeito suspensivo) – **14-63** (259)

Função pública – Concursos – Experiência profissional – **2-68** (19)

Função Pública – Estatuto Disciplinar (DL n.º 24/84, de 16/1) – Reabilitação – Docente contratado – **87-69** (2860)

Função pública – Nomeação em regime de substituição – Remuneração – **4-68** (49)

Função pública – Pessoal dirigente – Cessação da comissão de serviço na sequência de aplicação de pena disciplinar – Execução de sentença – Renovação do acto anulado – **5-62** (65)

Funcionário da Caixa Geral de Depósitos – Procedimento disciplinar – Aproveitamento do acto – **79-70** (2503)

Funcionário judicial – Classificação de serviço – Conselho dos Oficiais de Justiça – Conselho Superior do Ministério Público – Estatuto dos Funcionários Judiciais – Constitucionalidade – Fundamentação do acto administrativo – **50-60** (1341)

Funcionário público – Requisição – Prorrogação – Competência – Substituição primária – Audiência prévia – Instrução – **68-57** (2029)

Funcionários da Administração Tributária – Reclassificação – Estágio – **48-66** (1251)

Funcionários da Direcção-Geral dos Impostos – Classificação de serviço – Ficha individual de avaliação – **50-59** (1338)

Funções em regime de gestão corrente – Cessação – Absoluta falta de forma – **66-74** (1964)

Fundamentação do acto administrativo – **4-68** (48)

Fundamentação de acto administrativo – Avaliação de funcionário – Classificação de serviço – **83-60** (2643)

Fundamentação do acto administrativo – Fundamentação de facto – **49-70** (1300)

Fundamentação do acto administrativo – Fundamentação por remissão – **18-57** (360)

Fundo de Garantia Salarial – **73-70** (2237)

Fundo Social Europeu – Apoios comunitários a acções de formação – Dúvidas sobre a interpretação de normas de direito comunitário – Reenvio prejudicial ao Tribunal de Justiça – Competência da Comissão – Competência do Director-Geral do DAFSE – Regulamento CEE n.º 2950/83, do Conselho, de 17/10/1983 – **23-76** (476)

Fundo Social Europeu – Audiência prévia – **83-60** (2644)

Fundo Social Europeu – DAFSE – Competência da Comissão Europeia – **27-68** (611)

Fundo Social Europeu – II Quadro Comunitário de Apoio – Revisão da decisão sobre o pedido de pagamento de saldo – Prazo – Interrupção da prescrição – **45-58** (1152)

Fundo Social Europeu – Quadro Comunitário de Apoio – Competência da Comissão Europeia – Competência das autoridades portuguesas – Despesas elegíveis – Recurso hierárquico (Indeferimento tácito – Fundamentação) – Princípio da justiça – **33-49** (773)

Gestor do Programa Pessoa – Aprovação de pedido de pagamento de saldo – Acto recorível – Recurso hierárquico impróprio necessário – **33-50** (776)

Gestor do Programa Pessoa – Petição de recurso – Remessa pelo correio – Recurso contencioso – Âmbito – Audiência prévia – **31-61** (712)

Gestor público – Exoneração – Incompetência dos tribunais administrativos – **53-68** (1501)

Governo – Conselho de Ministros – Atribuições – Conhecimento de excepções – **52-69** (1451)

Greve – Necessidades sociais impreteríveis – Serviços mínimos – Competência do Governo – Requisição civil – Pressupostos – **69-58** (2064)

Greve – Necessidades sociais impreteríveis – Serviços mínimos – Competência do Governo – Requisição civil – Pressupostos – **70-77** (2110)

Greve – Requisição civil – **33-51** (777)

Greve – Requisição civil – Responsabilidade disciplinar – Actos consequentes – Incompetência por falta de atribuições – Limitação de efeitos das decisões jurisdicionais – **74-60** (2275)

Greve – Requisição civil de oficiais de justiça – Serviços mínimos – Recorribilidade da resolução do Conselho de Ministros e da subsequente portaria do Ministro da Justiça – **23-81** (482)

Greve – Serviços mínimos – Competência do Governo – **65-65** (1923)

Greve – Serviços mínimos – Inconstitucionalidade – Repristinação da lei revogada – Competência do Governo – Sindicato – **38-59** (926)

Guarda Nacional Republicana – Prisão disciplinar – Inconstitucionalidade – Nulidade do acto lesivo de direito fundamental – **4-70** (54)

Guarda Nacional Republicana – Transferência por imposição de serviço – Sanção disciplinar – Medida estatutária – **23-72** (470)

Hospitais do Serviço Nacional de Saúde – Competência para fixar as remunerações do conselho de administração – Incompetência por falta de atribuições – Nulidade do acto – **61-69** (1771)

Hospital do Serviço Nacional de Saúde – Instituto público – Autonomia administrativa – Recurso hierárquico – Concurso interno – **68-59** (2035)

IAPMEI – Rescisão do contrato – Notificação – Fundamentação do acto administrativo – **77-52** (2383)

Identificação do autor do acto – Erro manifestamente indesculpável – Regularização da petição – **81-56** (2592)

Identificação dos contra-interessados – Dever de cooperação – **66-75** (1965)

Ilegalidade por omissão – **80-80** (2556)

Ilegalidade por omissão – Elementos constitutivos do pedido – Modificação objectiva da instância – **87-70** (2861)

Ilegalidade por omissão – Pressupostos – Carreira de regime especial – **83-61** (2648)

Ilegalidade por omissão de norma regulamentar – Alteração do quadro legal aplicável – Impossibilidade absoluta de cumprimento – Modificação objectiva da instância – **60-77** (1731)

Ilegalidade por omissão – Omissão de Regulamento – Revalorização profissional (art. 17.º do DL n.º 404-A/98) – Modificação objectiva da instância – **71-50** (2135)

Ilegitimidade passiva – Instituto Marítimo Portuário – Responsabilidade contratual – Efeitos – Dever de protecção para terceiros – Concessão a título precário – Solidariedade – **62-69** (1825)

Ilícito disciplinar – Pena de demissão – Inviabilidade de manutenção da relação funcional – Erro manifesto – Princípio da proporcionalidade – **15-58** (283)

Impedimento (art. 44.º, n.º 1, alínea g), do CPA) – Intervenção no recurso hierárquico do autor do acto impugnado – Nomeação de Comissão de Análise dos recursos – Falta de fundamentação – **48-67** (1255)

Impugnação administrativa – Impugnação contenciosa – Suspensão do prazo – Contencioso pré-contratual – **78-79** (2447)

Impugnação de normas – Efeitos da declaração de ilegalidade pedida – Estabilidade do pedido e da instância – **74-60** (2273)

Impugnação de normas – Relações entre os PROTs (Planos Regionais de Ordenamento do Território) e os PMOTs (Planos Municipais de Ordenamento do Território) – Legalidade de disposições preceptivas do PROTALI (Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano, aprovado pelo DL n.º 26/93, de 27/8) – Ilegalidade de reenvio normativo para portarias – **23-80** (481)

Impugnação de normas autárquicas – Legitimidade activa – Aceitação da norma – Utilidade da lide – **9-57** (137)

Incentivos financeiros e fiscais – Decreto-Lei n.º 194/80, de 19/6 – Tribunal competente – Audiência prévia – Princípio da ponderação – **49-70** (1301)

Incompetência – Delegação de poderes – Falta de menção da delegação – **8-67** (121)

Indeferimento tácito – Dever legal de decidir – **59-71** (1688)

Indeferimento tácito – Procedimento administrativo de 1.º grau – Recurso hierárquico necessário – Recurso contencioso – Prazo – **20-64** (403)

Indeferimento tácito – Prazo do recurso hierárquico necessário – Prazo de decisão do recurso hierárquico – **41-62** (1018)

Indemnização por nacionalização – Despacho do Ministro das Finanças a fixar o valor da indemnização – Acto recorrível – Pedido de revisão do cálculo – Comissão mista – Reclamação facultativa – **3-54** (31)

Inexistência de audiência dos interessados (art. 103.º, nº 1, alínea *a*), do CPA) – **48-68** (1257)

INFARMED – Concurso – Instalação de nova farmácia – Atestado de residência – Erro nos pressupostos de facto – Audiência dos interessados – **75-62** (2338)

INFARMED – Concurso – Nova farmácia – Experiência profissional – Farmácia de oficina – Laboratório militar – **75-63** (2339)

Informação prévia – Deferimento tácito – Revogação do acto tácito – Audiência prévia – Conceitos indeterminados: *Envolvante* e altura e alinhamento *dominantes* – **48-68** (1259)

Infracção disciplinar – Faltas injustificadas – Pena de demissão – Inviabilização da manutenção da relação funcional – **5-61** (64), **11-64** (185), **14-61** (255)

Infracção disciplinar continuada – Anulação por erro parcial nos pressupostos de facto – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – Poderes de cognição do Pleno – **18-55** (357)

Ingresso na função pública – Quota de lugares reservados a pessoas com deficiência – **75-61** (2332)

Intimação para prestação de informações – Acesso à informação procedimental – **85-72** (2739)

Intimação para a prestação de informações – Acesso aos documentos administrativos e à informação sobre o ambiente – Organismos geneticamente modificados – Dados pessoais – Riscos da divulgação – **83-63** (2651)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Ensino superior – Concurso de acesso – Princípio da igualdade – Inconstitucionalidade – Anulabilidade – **85-76** (2750)

Instalação de farmácia – Concurso – Atestado de residência – Bilhete de identidade – Audiência dos interessados – Impraticabilidade da audiência – Número elevado de interessados – **37-57** (883)

Instalação de infra-estruturas de telecomunicações – Deferimento tácito – Direito de audiência – Fundamentação do acto administrativo – Princípio da hierarquia das normas – **80-79** (2553)

Instalação de nova farmácia – Erro nos pressupostos de facto – Residência habitual – **87-66** (2850)

Instituição particular de solidariedade social – Contrato – Empreitada de obras públicas – Competência dos tribunais administrativos – Foro convencional – **57-56** (1635)

Instituições particulares de solidariedade social – Contratos de empreitada – Tribunal competente – Inutilidade superveniente da lide – Âmbito de conhecimento do STA nos recursos jurisdicionais – Processos urgentes – **36-63** (841)

Instituto da Vinha e do Vinho – Destilação de produtos víquicos – Reposição de quantias – Revogação de acto administrativo – Direito comunitário – **56-73** (1596)

Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) – Ajudas à destilação específica – Reposição – Controlo pelos Estados Membros – Revogação de actos administrativos – **45-56** (1148)

Integração na REN – Indemnização – **84-79** (2703)

Integração no quadro de inspectores da Inspeção-Geral de Educação – Inconstitucionalidade da Lei n.º 18/96, de 20/6 – Participação das organizações representativas dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho – **33-47** (769)

Interpretação conforme à Constituição – Direitos sociais – **32-62** (740)

Interrupção da prescrição – Recurso contencioso de anulação – **78-76** (2435)

Intervenção acessória provocada – Estatuto do chamado (assistente) – Recurso jurisdicional – **66-75** (1967)

Intervenção cirúrgica – Responsabilidade civil extracontratual – Hospital – Intervenção provocada do médico – **53-62** (1487)

Intimação (art. 109.º do CPTA) – Reclassificação profissional – Subsidiariedade do meio – Direitos fundamentais – **80-81** (2557)

Intimação – Direito à informação procedimental – Interesse legítimo – Invocação da qualidade de “accionista” e de “contribuinte” – **43-64** (1081)

Intimação – EDP – Acesso à informação em matéria de ambiente – **74-59** (2271)

Intimação judicial – Retroactividade da lei – Licenciamento – Parque nacional – **41-63** (1021)

Intimação judicial para emissão de alvará – Deferimento tácito – Consulta de entidades exteriores à autarquia – **36-66** (847)

Intimação para a prática de acto devido – **42-64** (1043)

Intimação para a prática do acto devido – Art. 112.º, n.º 1, do DL n.º 555/99, de 16/12 – **45-59** (1153)

Intimação para consulta de documentos – Direito de informação extra-procedimental – Acesso a registos e arquivos administrativos – Invocação de interesse legítimo – **74-67** (2292)

Intimação para consulta de documentos e passagem de certidões, ao abrigo da Lei n.º 65/93, de 26/8 (LADA) – **32-65** (743)

Intimação para consulta de processos e passagem de certidões – Acesso aos documentos administrativos – Processos pendentes em tribunal comum – **4-69** (50)

Intimação para emissão de alvará – Nulidade do deferimento tácito – Suficiência do meio processual – **6-65** (86)

Intimação para emissão de alvará de licença de construção – Legitimidade passiva – Aprovação tácita do projecto de arquitectura – **3-57** (39)

Intimação para emissão de alvará de licença de construção – Nulidade do deferimento tácito – **17-60** (319)

Intimação para emissão de alvará de licença de construção – Prazo – **11-63** (182)

Intimação para emissão de alvará de licenciamento de construção – Deferimento tácito – Vícios do acto revogatório – **24-64** (501)

Intimação para emissão de alvará de loteamento – Reforma de acórdão (art. 669.º, n.º 2, alínea *b*), do CPC) – Junção do termo de responsabilidade (art. 30.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 448/91, de 29/11) – **25-54** (533)

Intimação para passagem de alvará de licença de construção – Deferimento tácito – Falta de consulta de organismos da Administração Central – **10-60** (177)

Intimação para passagem de alvará de licença de construção – Legitimidade passiva – **10-60** (176)

Intimação para passagem de certidão – Controlo administrativo do interesse do requerente – Direito ao recurso contencioso – **7-58** (97)

Intimação para passagem de certidão – Legitimidade passiva – Direitos das associações de defesa do ambiente – **5-64** (69)

Intimação para passagem de certidão – Prazos – **5-64** (70)

Intimação para passagem de certidão – Segredo industrial – **2-67** (16)

Intimação para prestação de informações – SIADAP – Legitimidade passiva – **51-60** (1416)

Intimação para prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões – Legitimidade passiva – **49-74** (1308)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Meio complementar ou subsidiário – **78-83** (2459)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Natureza – Pressupostos de utilização – **61-73** (1779)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Natureza do processo – Pressupostos – **49-71** (1302)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias (art. 109.º do CPTA) – Exames do ensino secundário – Acesso ao ensino superior – Âmbito da revista – **66-73** (1961)

Intimação para um comportamento – Emissão de alvará de licença de obras – Sanção pecuniária compulsória – Princípio do inquisitório – **29-73** (650)

Intimação para um comportamento – Execução de acto administrativo – **20-64** (402)

Intimação para um comportamento – Indicação do meio processual principal a utilizar – **3-57** (40)

Inutilidade superveniente da lide – Acto interno – **61-75** (1785)

Inutilidade superveniente da lide – Domínio público marítimo – Ampliação da matéria de facto – **71-49** (2130)

Jogo do bingo – Concessionário – Infração administrativa – Competência – **48-66** (1254)

Jogos de fortuna ou azar – Contrato de concessão de exploração – Prorrogação de prazo – Interesse público – Exercício abusivo do poder – Princípio da igualdade – Princípio da imparcialidade – **68-60** (2037)

Jurisdição administrativa e fiscal – Competência em razão da matéria – Actos relativos a inquérito criminal – Responsabilidade civil extracontratual – **79-71** (2507)

Juros de mora – Isenção – Decreto-Lei n.º 49 168, de 5/8/1969 (Âmbito – Revogação) – Estado – **29-70** (645)

Juros moratórios em contrato administrativo – Juros legais (art. 559.º do Código Civil) – Juros comerciais (art. 102.º do Código Comercial) – Acto comercial – **46-62** (1193)

*Jus aedificandi*– Expropriações de sacrifício – Audiência prévia – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – **26-77** (571)

Legalização de obras – Competência – Presidente de Câmara Municipal – Delegação de competência nos vereadores – **13-72** (230)

Legalização de obras – Estética das povoações – Poder discricionário – Conceitos indeterminados – **17-62** (321)

Legitimidade – Aceitação tácita de acto administrativo – Contrato de concessão de incentivos (RIME) – **52-66** (1443)

Legitimidade – Herdeiros – Cabeça de casal – **44-71** (1109)

Legitimidade activa – Privatização da *Socarmar* – Direitos de propriedade, reversão e preferência – **50-65** (1358)

Legitimidade activa de associações e fundações – Providência cautelar (Pedido de suspensão de eficácia de acto administrativo) – **65-63** (1919)

Legitimidade processual – Licenciamento de obras – Direito de propriedade – Legitimidade procedimental – **55-57** (1546)

Lei da Arbitragem Voluntária – Compromisso arbitral – Tribunal arbitral – **51-61** (1417)

Lei da Greve – Inconstitucionalidade – Serviços mínimos – **7-60** (101)

Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – Princípio da administração aberta – Direito à informação – Documento administrativo – Acesso – **78-80** (2452)

Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – Princípio da administração aberta – Direito à informação – Documento administrativo – Documento da RTP – Acesso – Princípio da igualdade – Princípio da concorrência – **80-73** (2540)

Lei de criação de municípios – Acto político/legislativo – Irrecorribilidade contenciosa – **36-60** (832)

Lei de Televisão – Direito de rectificação – **53-62** (1488)

Lei interpretativa – Lei inovadora a que o legislador atribui carácter interpretativo – **55-59** (1550)

Liberdade contratual – Financiamento bancário – Juros – Imposto de selo – Enriquecimento sem causa – **86-50** (2805)

Liberdade de imprensa – Direito de resposta – Nulidade – Ofensa do conteúdo essencial de direito fundamental – **84-74** (2693)

Liberdade sindical – Ministério da Educação – Reuniões sindicais – Faltas ao serviço – **74-65** (2285)

Licença de construção – Acto tácito – Nulidade – Direito de propriedade ou de livre iniciativa económica privada – Fundamentação – Dever de audiência – **50-58** (1337)

Licença de construção – Intimação judicial para a prática do acto devido – Art. 112.º do DL n.º 555/99, de 16/12 – Suspensão do procedimento para concessão de licenças – Medidas preventivas – **48-59** (1237)

Licença de construção – Ordenamento do território – Nulidade – Direito de propriedade – Efeitos putativos – **38-60** (930)

Licença de construção – Pedido de informação – Condicionamentos – **38-62** (936)

Licença de construção – Violação de PDM – Recurso do Ministério Público – Art. 69.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) – Citação dos contra-interessados – **46-62** (1194)

Licença de obras – Prorrogação do prazo – Poder discricionário – **86-46** (2794)

Licença de uso e porte de arma – Art. 1.º, n.º 2, alínea *c*), da Lei n.º 22/97, de 27/6 – Inconstitucionalidade – Conhecimento oficioso – **49-73** (1305)

Licença de utilização – Acto de publicação obrigatória – Início do prazo de impugnação contenciosa – Regulamento Geral do Ruído – **57-54** (1630)

Licença de utilização – Deferimento tácito – Revogação de actos inválidos – **63-66** (1870)

Licença de utilização – Domínio hídrico – Licença de construção – Parecer – Acto administrativo – Poderes de cognição do Pleno – **30-70** (671)

Licença de utilização de armazém – Alteração da utilização – Actividade industrial – Autorização da Administração Central – **57-53** (1627)

Licenciamento – Nulidade do acto – **60-76** (1728)

Licenciamento de armazém – Plano Director Municipal de Vila Nova de Gaia – **74-66** (2286)

Licenciamento de construção – Antepiano de urbanização – Validade – Edifício de gaveto – Art. 59.º, § único, do Regime Geral das Edificações Urbanas (RGEU) – **72-57** (2185)

Licenciamento de construção – Natureza do recurso jurisdicional – Vontade administrativa – Revogação implícita e por substituição – Direito de propriedade – Princípios administrativos – **53-70** (1505)

Licenciamento de construção – Pedido de informação prévia – Deferimento tácito – Revogação implícita – Violação do PDM – **14-64** (260)

Licenciamento de construções – Art. 58.º do RGEU – **42-65** (1048)

Licenciamento de construções – Deferimento tácito do projecto de arquitectura – Revogação de acto inválido – Fundamentação do acto administrativo – Audiência do interessado – Nulidade – Conteúdo essencial de direito fundamental – **21-61** (431)

Licenciamento de edifícios – Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo – Estudo de enquadramento – **51-57** (1409)

Licenciamento de obra – Anexo de habitação – Regulamento do loteamento e PDM – **35-59** (801)

Licenciamento de obra – Plano de Urbanização não aprovado – Plano Director Municipal (PDM) – Audiência de interessados – **75-62** (2337)

Licenciamento de obra – Projecto de arquitectura – Aprovação – Projectos das especialidades – Prazo – Caducidade – Direito indisponível – **48-65** (1250)

Licenciamento de obra de construção civil – Tutela de interesses privados – **48-60** (1240)

Licenciamento de obras – Alterações ao projecto – Legalização – Deferimento tácito – Competência da câmara municipal – Delegação tácita – Caducidade da delegação – **6-66** (90)

Licenciamento de obras – Comprorietário – Legitimidade – **55-53** (1532)

Licenciamento de obras – Demolição – Acto de execução – **41-59** (1013)

Licenciamento de obras – Estética das edificações – Beleza da paisagem – Conceitos indeterminados – Margem de livre apreciação – **13-75** (238)

Licenciamento de obras – Ilegitimidade procedimental – Ordem de demolição – Possibilidade de legalização – **78-77** (2442)

Licenciamento de obras – Intimação para emissão de alvará – Alterações durante a execução da obra – Caducidade da licença anterior – Novo licenciamento municipal – Deferimento tácito – Suspensão da instância – **32-60** (736)

Licenciamento de obras – Obras clandestinas – Legalização de obras – **50-62** (1349)

Licenciamento de obras – Omissão de pronúncia – Servidão de vistas – Modificações nulas a alvará de loteamento – Direito de audiência – **87-67** (2853)

Licenciamento de obras – Revogação – **39-68** (980)

Licenciamento de obras em desconformidade com alvará de loteamento – Nulidade – **9-51** (130)

Licenciamento de obras particulares – Aprovação do projecto de arquitectura – Projectos das especialidades – Prazo de caducidade – Direitos indisponíveis – Anulabilidade e nulidade do licenciamento – **87-64** (2844)

Licenciamento de obras particulares – Competência dos Presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto – **10-58** (171)

Licenciamento de obras particulares – Embargo de obra não licenciada – Poder vinculado – **10-58** (170)

Licenciamento de obras particulares – Entidades estranhas à Câmara Municipal – **53-64** (1492)

Licenciamento de obras particulares – Legalização ou demolição de obra não licenciada – Poder discricionário – Poder vinculado – **10-58** (172)

Licenciamento de obras particulares – Pedido de legalização – Deferimento tácito – Fundamentação – **14-62** (256)

Licenciamento – Ordem de demolição – Pressupostos – Ónus da prova – **71-50** (2134)

Licenciamento para construção – Zona de protecção de imóveis classificados – Consultas obrigatórias – Parecer desfavorável do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) – Indeferimento do pedido – Fundamentos – **72-57** (2186)

Licenciamento – Zona de protecção à estrada nacional – Parecer vinculativo da CCR – Acto nulo – **61-68** (1770)

Liquidação de sociedade – Função administrativa – Função jurisdicional – Constitucionalidade do DL n.º 30 689, de 27/8/1940 – Fundamentação – **24-60** (498)

Liquidação em execução de sentença – Lucros cessantes – Equidade – **51-53** (1396)

Liquidador tributário – Integração no Novo Sistema Retributivo – Tempo de serviço prestado em situação irregular – Diuturnidades – Diferenças remuneratórias – Art. 59.º da CRP – **26-76** (568)

Liquidador tributário – Técnico tributário – Reposicionamento – Efeitos remuneratórios – Acto interno – Acto tácito de indeferimento – Dever legal de decidir – **23-75** (474)

Litisconsórcio necessário passivo – Obras a incluir no Plano Rodoviário Nacional e no PIDDAC – **69-59** (2067)

Lista de antiguidade – Pessoal docente – Contagem de tempo de serviço – Caso resolvido – **42-64** (1045)

Litigância de má fé – Condenação de entes públicos – **59-73** (1694)

Litigância de má fé – Recurso jurisdicional – Direito de acesso aos tribunais – Duplo grau de jurisdição – **27-63** (600)

Loteamento – Acção para reconhecimento de direito – Acto expresso posterior – Legitimidade passiva – **35-58** (799)

Loteamento – Alteração das prescrições do alvará – Utilização de lote com fim diverso – Consulta a entidades da Administração Central – Nulidade de deliberações camarárias – **13-75** (239)

Loteamento – Alterações à licença – Deferimento tácito – **55-58** (1547)

Loteamento – Alvará – Licença de construção – Deliberação camarária – Nulidade – **81-59** (2600)

Loteamento – Cedência de parcelas para equipamentos públicos – Reversão – Abuso de direito – Caducidade – **79-69** (2501)

Loteamento – Cedências – Reversão – Destino diverso – Compensação – **57-55** (1633)

Loteamento – Deferimento tácito – Indeferimento expresso – Anulação do indeferimento – Execução do julgado – Revogação do acto – **38-63** (938)

Loteamento – Objecto do recurso – Alteração do loteamento – Carência em absoluto de forma legal – Direitos fundamentais – **83-62** (2649)

Loteamento – Parecer desfavorável e vinculativo – Recorribilidade contenciosa – **31-55** (698)

Loteamento – PDM do Porto – Intimação para emissão de licença – Medidas preventivas – Suspensão de concessão de licenças – Articulação das medidas cautelares – Princípio *tempus regit actum* – **74-62** (2278)

Loteamento – Violação de alvará de loteamento – Nulidade do despacho de licenciamento – Audiência de interessados – **77-51** (2382)

LPTA – Recurso jurisdicional – Alegações – Prazo – **63-64** (1864)

Magistrado do Ministério Público – Classificação de serviço – Composição do Conselho Superior do Ministério Público – Inconstitucionalidade – Nulidade – Conceitos

indeterminados – Autovinculação – Princípios da justiça e da imparcialidade – Relevância do volume de serviço – Falta de fundamentação – **30-71** (675)

Magistrado do Ministério Público – Inspeção – Classificação – **87-70** (2862)

Magistrado do Ministério Público – Prescrição do procedimento disciplinar – Conversão de inquérito em processo disciplinar – Competências do Conselho Superior do Ministério Público e do Procurador-Geral da República – Dirigente máximo do serviço – **74-61** (2277)

Mandato judicial – Renúncia – Ilegitimidade passiva – Interessados particulares – **50-59** (1339)

Medidas provisórias – Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de Maio – Recurso para o Pleno da Secção – Legislação subsidiária – Falta de resposta da autoridade recorrida – Prevalência do interesse público – Bens primaciais – **37-63** (901)

Membro não magistrado do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais – Advocacia – Impedimento – **43-66** (1086)

Militares – Medidas estatutárias – Sanções disciplinares – Direito de defesa – Violação do conteúdo essencial de direito fundamental – Nulidade do acto administrativo – **17-64** (325)

Mobilidade especial – Lista dos postos de trabalho necessários – Fundamentação – **86-46** (2793)

Modificação objectiva da instância – **84-79** (2705)

Mudança de curso – Competência para a fixação de critérios – Princípios da confiança, da imparcialidade e da transparência – **73-64** (2224)

Multas contratuais – Tribunal de Contas – Fiscalização prévia – **42-66** (1053)

Necessidades permanentes dos serviços – Conceitos indeterminados – Sindicabilidade contenciosa – **65-64** (1921)

Norma regulamentar – Vinculação da Administração – Desaplicação – PDM de Caminha – **77-54** (2389)

Notificação – Anúncio no *Diário da República* – **56-72** (1595)

Notificação – Nulidade da sentença – Conteúdo da notificação – Pedido de certidão – Extemporaneidade do recurso contencioso – **72-59** (2190)

Notificação – Publicação – Nomeação de funcionário – **39-71** (989)

Notificação defeituosa – Recurso hierárquico necessário – Prazo de interposição – Princípio da boa fé e do *favor actione* – **25-52** (531)

Notificação do acto administrativo – Elementos essenciais – Autor do acto recorrido – Data da prática do acto – Ineficácia – Recurso contencioso – Tempestividade do recurso – **46-60** (1190)

Notificação do acto administrativo – Notificação deficiente – Intimação para passagem de certidão – Início do prazo de recurso contencioso – **38-66** (952)

Notificação do acto administrativo – Notificação insuficiente – Elementos essenciais da notificação – Início do prazo do recurso contencioso – **6-59** (80)

Notificação do acto administrativo – Requisitos essenciais – Indicação do autor do acto – Nota de abonos e descontos – Inoponibilidade do acto – Acto confirmativo – **13-68** (224)

Notificação dos actos administrativos – Notificação insuficiente – Recurso contencioso – Recurso gracioso – **30-71** (673)

Notificação postal – Carta registada – Aviso de recepção – **53-61** (1486)

Novo Regime Retributivo (Decreto-Lei n.º 409/89) – Transição para o novo regime – Princípio da igualdade – **50-64** (1357)

Novo sistema retributivo – Pessoal da DGCI – Pessoal em regime de requisição – Remunerações acessórias – **51-59** (1412)

Nulidade - Reserva natural da Lagoa do Fogo – **79-73** (2510)

Nulidade da sentença – Processo disciplinar – Prescrição – Dirigente máximo do serviço – Não exigibilidade – Competência – **72-51** (2168)

Nulidade de sentença – Responsabilidade civil extracontratual – Parto com recurso a ventosas – Lesões cerebrais – *Faute de service* – Indemnização em renda – **48-57** (1232)

Nulidade do acto administrativo – Direitos fundamentais – Núcleo essencial – Princípio da igualdade – Direito fundamental de igualdade – **27-67** (609)

Nulidade do acto administrativo – Falta de autorização de órgão do Ministério do Ambiente (Presidente do Instituto dos Resíduos) para o licenciamento de operações de incineração de resíduos (pneus usados) – **45-63** (1160)

Nulidade por omissão da prática de acto legalmente prescrito (n.º 1 do art. 201.º do CPC) – Reenvio prejudicial para o TJCE – **57-57** (1636)

Nulidade processual coberta por decisão judicial – Meio de reacção processual adequada – Recurso jurisdicional – **9-63** (148)

Objecto do recurso jurisdicional – Excepções conhecidas na sentença – **38-63** (941)

Obra ilegal – Demolição – Audiência prévia – **74-67** (2291)

Obra ilegal – Demolição – Legalização de obra clandestina – **68-56** (2027)

Obras – Intimação para emissão de alvará – Deferimento tácito – Revogação – **84-74** (2691)

Obra ilegal – Licenciamento – Ordem de demolição – Princípio da proporcionalidade – **87-67** (2852)

Obras de ampliação – Alinhamentos – Art. 121.º do RGEU – **65-63** (1918)

Obras de conservação – Deliberação da Câmara Municipal – Princípio da equivalência das prestações – Primado da lei – **31-58** (705)

Obras de reparação – Nulidade da sentença – Segurança do imóvel – Vistoria – Notificação do proprietário – **68-59** (2036)

Obrigações legais de decidir – Art. 9.º, n.º 2, do CPA – **62-67** (1820)

Ocupação de terreno – Violação do direito de propriedade – Acesso industrial imobiliária – Existência de causa legítima de inexecução – Abuso do direito – Conhecimento oficioso – **68-55** (2025)

Oficial de justiça – Classificação de serviço – Fundamentação do acto administrativo – Dever de ponderação – Aproveitamento do acto – **84-81** (2710)

Omissão de pronúncia – Loteamento – Áreas para espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas e equipamentos – Áreas de cedência – Lugares de estacionamento – Fundamentação – Conceitos indeterminados – Permuta – Regulamento geral do ruído – **73-65** (2226)

Operação de loteamento – Parecer desfavorável e vinculativo – Área de Reserva Ecológica Nacional (REN) – Deferimento tácito do parecer – **26-70** (559)

Operação material – Execução – Nulidade – **45-57** (1149)

Oposição de julgados – Empreitada de obras públicas – Comissão de análise e criação de subfactores – Escala qualitativa e quantitativa de avaliação – **53-67** (1498)

Orçamento Geral do Estado – Acto político – Acto legislativo – Acto administrativo – **79-68** (2499)

Ordem dos Advogados – Incompatibilidades – Despacho de autuação – Inexistência – Tempestividade – Elementos essenciais do acto administrativo – Usurpação de poder – Carência absoluta de forma legal – Reenvio prejudicial – **73-66** (2228)

Ordem dos Enfermeiros – Conselho Jurisdicional – Impedimento de vogais – Processo disciplinar – Intervenção de instrutor – Princípio da imparcialidade – **68-54** (2023)

Órgãos colegiais das autarquias locais – *Quorum* – 8-68 (123)

PDM – Acto de ratificação – **70-77** (2109)

PDM – Ratificação – Lei – Regulamento – Ministro das Finanças – *Lisnave* – **57-53** (1626)

Parecer vinculativo – Recorribilidade – Caso decidido – Princípio da impugnação unitária – **55-60** (1554)

Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) – Licenciamento de obras particulares – Parecer prévio – **27-64** (603)

Parque Natural de Sintra-Cascais – Deferimento de licenciamento de obras particulares – Nulidade – Deferimento tácito – **26-77** (570)

Património cultural – Demolição – Monumento nacional – Aproveitamento do acto vinculado – Zona *non aedificandi* – Comunicação do início do procedimento – Redução do prazo da audiência prévia – **57-55** (1634)

Patrocínio judiciário e representação em juízo (art. 11.º, n.ºs 1 e 2, do CPTA) – Notificações entre os mandatários judiciais das partes – Representação em juízo por licenciado em Direito com funções de apoio jurídico – **78-78** (2444)

Pedido de alteração de licença de construção – Construção implantada em local diferente do aprovado – Inexistência jurídica da licença de construção – **61-73** (1780)

Pedido de declaração de ilegalidade – Inutilidade superveniente da lide – Revogação da lei regulamentada – Caducidade do regulamento – **51-55** (1402)

Pedido de informação prévia – Ataque parcial aos fundamentos do acto – Acto revogatório – Juízos estéticos – **63-67** (1873)

Pedido de informação prévia – Deferimento tácito – Revogação do deferimento tácito – **39-70** (983)

Pedido de informação prévia – Falta de fundamentação – Formalidade essencial – Formalidade não essencial – **35-61** (811)

Pedido de informação prévia em licenciamento de obras – Medidas preventivas – Deferimento tácito – Caducidade dos direitos constituídos – **26-73** (563)

Pena disciplinar – Agente da PSP aposentado – Perda da pensão por quatro anos – **38-59** (927)

Pensão de sobrevivência – Subsídio por morte – **70-74** (2103)

Perda de mandato – **2-67** (17)

Perda de mandato – Acto praticado no exercício das funções – Obtenção de vantagem patrimonial – **39-68** (977)

Perda de mandato – cargo político – Vereador – Falta de apresentação da declaração de rendimentos, patrimónios e cargos sociais – **70-75** (2104)

Perda de mandato – Inelegibilidade preexistente – Sócio gerente de sociedade comercial com contrato integralmente não cumprido – **39-71** (987)

Perda de mandato – Inelegibilidade prevista no art. 4.º, n.º 1, alínea *c*), do DL n.º 701-B/76, de 29/9, na redacção do DL n.º 757/76, de 21/10 – **26-75** (566)

Perda de mandato – Presidente de Junta de Freguesia – Impedimento – Vantagem económica – Grau da culpa – Gravação de depoimento – Depoimento escrito – **32-60** (737)

Perda de mandato – Suspensão da instância – Questão prejudicial – Art. 4.º, n.º 2, do ETAF – **31-59** (707)

Perito – Incidente de suspeição – Aprovação de projecto de arquitectura – PDM de Aveiro – Imóvel classificado – Obra em zona de protecção – Anulabilidade – **61-68** (1769)

Pessoal dirigente – Cessação automática da comissão de serviço – Manutenção no exercício de funções de gestão corrente – Indemnização – **13-69** (226)

Pessoal dirigente – Cessação da comissão de serviço – Audiência do interessado – **15-60** (286)

Pessoal dirigente – Cessação da comissão de serviço – Fundamentação – Constitucionalidade – Ordem de conhecimento dos vícios – **13-74** (237)

Pessoal dirigente – Exercício de funções dirigentes – Provimento em categoria superior – Direito à carreira – **36-66** (845)

Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode – Declaração de ilegalidade de normas – Participação dos interessados – **78-80** (2451)

Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode – Plano especial de ordenamento do território – Direito de participação – Competência dos tribunais administrativos – Regulamento administrativo – Inconstitucionalidade – **85-74** (2745)

Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) – Plano de pormenor – Medidas preventivas – Prazo – **77-51** (2381)

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida – Declaração de ilegalidade – Conteúdo normativo – Participação dos interessados – **70-74** (2102)

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida – Discussão Pública – Resposta às objecções dos interessados – Formalidade não essencial – **71-47** (2127)

Plano Director Municipal – Aprovação – Inquérito público – **14-63** (258)

Plano Director Municipal – Licença de construção – Terreno baldio – **36-62** (836)

Plano Director Municipal – Ratificação – Autonomia local – Tutela administrativa – **19-70** (375)

Plano Director Municipal – Ratificação – Resolução do Conselho de Ministros – Recurso contencioso – Prazo – **38-64** (945)

Plano Director Municipal de Cascais – Índice de utilização – Quarteirão – **78-84** (2460)

Plano Director Regional do Algarve – Aprovação de projectos de execução de aterros sanitários – PROT-Algarve – Zonas florestais – **32-66** (745)

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – Prescrição – Contrato de execução continuada – Nulidade – Eficácia – **60-78** (1734)

Plano regional de ordenamento do território – Plano de ordenamento da orla costeira – Construção em espaço natural de arribas – Direitos adquiridos – Direito de propriedade – Direitos fundamentais – Princípios da igualdade e da justiça – **49-69** (1299)

Plano Regional de Ordenamento do Território – PROT-Algarve – Revogação de confirmação tácita de compatibilidade – Acto declarativo – Acto contenciosamente recorrível

– Fundamentação do acto administrativo – Direito de audiência – Abandono nas alegações de vícios invocados na petição – **30-72** (677)

Poderes de cognição do Pleno – Expropriação por utilidade pública – Ónus da prova – Princípio da proibição do excesso – **67-77** (2006)

Poderes de cognição do Pleno – Tutela jurisdicional efectiva – Duplo grau de jurisdição – **18-56** (358)

POOC – PROT Algarve – Ordem de demolição – Princípio da proporcionalidade – **63-64** (1865)

Prazo de interposição de recurso contencioso – Justo impedimento – **13-73** (235)

Prazo do recurso contencioso – Tolerância de ponto – Justo impedimento – 8-68 (125)

Prazos procedimentais – Processo de averiguações – **3-55** (32)

Prédio urbano – Aumento de volumetria – Encargo de compensação – Lançamento – Imposto – Taxa – Nulidade – Anulabilidade – **29-68** (640)

Prescrição – Interrupção e retoma do prazo – Responsabilidade por omissão e por ilícito legislativo – Acção para reconhecimento de direito – Absolvição parcial da instância – **80-82** (2561)

Prescrição do procedimento disciplinar – Dever de permanência na residência – Verificação domiciliária de doença – Dever de zelo – Princípio da proporcionalidade – **85-77** (2752)

Prescrição do procedimento disciplinar – Lei nova – Inconstitucionalidade abstracta de normas – **81-56** (2593)

Presunções judiciais – Divisibilidade do acto – Revogação parcial – Conservação da(s) parte(s) não viciada(s) do acto – Princípio da proporcionalidade – **63-68** (1875)

Princípio da Administração aberta – Princípio da colaboração – Direito à informação – **68-56** (2028)

Princípio da boa fé – Autorização de mudança de farmácia – **50-61** (1344)

Princípio da boa fé – Fundamentação do acto administrativo – Preterição de audiência de interessados – Mera anulabilidade do acto – **72-51** (2170)

Princípio da igualdade – Princípio da segurança jurídica – Exame – Ensino secundário – Concurso – Ensino Superior – Meio processual – **68-56** (2026)

Princípio da suficiência da jurisdição administrativa – Reforma agrária – Ampliação da área de reserva – Beneficiário – **5-61** (62)

Princípio da tipicidade das formas processuais – Acção não especificada – Acção de reconhecimento de direito ou interesse legítimo – Erro na forma de processo – Isenção de custas dos magistrados judiciais e do Ministério Público – **4-69** (53)

Princípio *jus novit curia* – Prescrição – Prestações renováveis – “Encargos de despesa relativos a anos anteriores” (art. 34.º, n.º 3, do DL n.º 155/92, de 28/7) – **70-76** (2108)

Procedimento administrativo – Audiência prévia – **35-60** (804)

Procedimento administrativo – Convite à reformulação do pedido – Acto recorrível – **43-63** (1077)

Procedimento administrativo – Instrução – Princípio do inquisitório – Prova por documentos – Poderes do órgão instrutor – Limitação da discricionariedade – Odontologista – **45-66** (1165)

Procedimento cautelar – Formação dos contratos – Interesse (ponderação) – Ilegalidade (evidência) – **67-77** (2005)

Procedimento disciplinar – Amnistia criminal – **32-57** (730)

Procedimento disciplinar – Art. 24.º, n.º 1, alínea c), do Estatuto Disciplinar – Art. 32.º, alínea c), do DL n.º 363/78, de 28/11 – Actividade privada – **61-70** (1774)

Procedimento disciplinar – Dirigente máximo do serviço – Procurador-Geral da República – CSMP – Prescrição do direito de instaurar o procedimento – **63-63** (1863)

Procedimento disciplinar – Instauração do procedimento – Impedimento do autor que determina a instauração – Imparcialidade – **49-72** (1304)

Procedimento disciplinar – Magistrado do Ministério Público – Prescrição do procedimento disciplinar – Princípio do Estado de Direito Democrático – Pena de inactividade – Violação dos princípios da proporcionalidade e da justiça – **77-56** (2397)

Procedimento disciplinar – Prescrição – Dirigente máximo do serviço – **32-66** (746)

Procedimento disciplinar – Prescrição – Suspensão da prescrição – Processo crime – **55-61** (1556)

Procedimento disciplinar – Prescrição – Suspensão da prescrição – Instauração de processo de averiguações – **5-61** (63)

Procedimento para demolição de construção ilegal – Reserva Ecológica Nacional – Dever de suspensão do procedimento – Princípio constitucional da proporcionalidade – **39-69** (982)

Procedimentos administrativos de segundo grau – Legitimidade – Aceitação do acto – **3-57** (41)

Processamento de vencimentos – Acto constitutivo de direitos – Reposição – Erro material – Revogação – **59-70** (1687)

Processamento de vencimentos – Progressão nos escalões – Notificação do acto administrativo – Lista de progressão nos escalões – **51-59** (1413)

Processo de averiguações – Processo disciplinar – Prescrição do direito de instaurar processo disciplinar – **73-63** (2223)

Processo de contra-ordenação – Pedido de informação – Intimação – Competência do TAF – **72-55** (2180)

Processo de intimação – Escutas telefónicas – Legalidade da sua utilização e valoração no processo disciplinar – Violação do direito à reserva da vida privada – **72-59** (2191)

Processo disciplinar – Acumulação de funções privadas – **62-63** (1811)

Processo disciplinar – Audiência e defesa do arguido – Diligências complementares de prova – **15-59** (284)

Processo disciplinar – Conteúdo da acusação – **83-61** (2647)

Processo disciplinar – Decisão transitada em julgado – Revisão – Usurpação de poder – Prescrição do procedimento disciplinar – Delegação de poderes – Âmbito e falta da sua menção no acto punitivo – Absolvição penal e sua irrelevância no processo disciplinar – Regime de prescrição – **27-64** (602)

Processo disciplinar – Dever de correcção – Fundamentação – Imputação subjectiva dos factos – **72-53** (2176)

Processo disciplinar – Fundamentação da decisão punitiva – Direito de defesa – Audiência do interessado – **21-66** (437)

Processo disciplinar – Infracção disciplinar continuada – Prescrição – **38-61** (932)

Processo disciplinar – Intempestividade, por desrespeito do n.º 4 do art. 66.º do ED – Prescrição do procedimento disciplinar nos termos do n.º 2 do art. 4.º do ED – **77-50** (2378)

Processo disciplinar – Inviabilização da relação funcional – Acusação e relatório final baseados em decisão penal transitada em julgado – **32-62** (739)

Processo disciplinar – Magistrado do Ministério Público – Pena de inactividade – Prescrição do procedimento disciplinar – Fundamentação do acto administrativo – Culpa – Dolo – Infracção continuada – Pluralidade de infracções – Fixação da medida da pena – Erro sobre os pressupostos de facto – Suspensão da execução da pena – **86-42** (2787)

Processo disciplinar – Médico – Dever de zelo – Dever de lealdade – **43-65** (1084)

Processo disciplinar – Medida da pena – Margem de livre apreciação – Insindicabilidade contenciosa – **10-55** (165)

Processo disciplinar – Nulidade insuprível – Diligências complementares – Falta de notificação do arguido – Recurso de sanção disciplinar – Ordem de conhecimento dos vícios – **3-56** (37)

Processo disciplinar – Pena expulsiva – Inviabilidade da manutenção da relação funcional – Fundamentação do acto administrativo – Princípio da justiça – Princípio da proporcionalidade – Conduta posterior à infracção – Classificação de serviço – Polícia Judiciária – **33-50** (775)

Procedimento disciplinar – Prescrição – Interrupção da prescrição – **77-50** (2377)

Processo disciplinar – Prescrição do procedimento disciplinar – Suspensão da prescrição – Caso julgado – Princípio da igualdade – Princípio da imparcialidade – Direito de audição – **80-76** (2546)

Processo disciplinar – Presunção de inocência – Princípio *in dubio pro reo* – Tutela jurisdicional efectiva – **56-71** (1593)

Processo disciplinar – Revisão – **30-69** (670)

Processo disciplinar (Instauração) – Classificação de *Medíocre* – Prescrição de procedimento disciplinar – **75-60** (2330)

Processos administrativos do Ministério Público – Intimação (art. 104.º do CPTA) – **74-66** (2289)

Professor – Contrato de prestação de serviço docente – Alteração de cláusula remuneratória – Acto de processamento de vencimentos – Acto tácito – Declaração negocial – **24-57** (494)

Professor – Liberdade sindical – Falta injustificada – **78-83** (2458)

Professor – Progressão na carreira – Relatório clínico – Reposicionamento na carreira (art. 20.º, n.º 6, do DL n.º 312/99, de 10/8) – **75-61** (2335)

Professor titular – Faltas por doença – **85-75** (2749)

Projecto de arquitectura – Moda da cércea – Plano director municipal – **83-68** (2665)

Promoção a ministro plenipotenciário – Concurso – Avaliação curricular – Fundamentação – **84-79** (2704)

Promoção por escolha – Audiência de interessados – **75-64** (2341)

Proposta em concurso público – Forma do acto e vício do acto – Modificação do âmbito da proposta apresentada – **23-76** (475)

Propriedade industrial – Declaração de caducidade – Competência – Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais – Rectificação dos actos legislativos – Inconstitucionalidade – **37-62** (898)

Protecção ao sobreiro – Empreendimento de imprescindível utilidade pública – Avaliação de Impacte Ambiental – Directiva Habitats – Directiva do Conselho 92/43/CEE, de 21 de Maio – Lista Nacional de Sítios – **55-61** (1555)

Protecção às vítimas de crimes violentos – *Quantum* indemnizatório – Equidade – **37-57** (882)

Prova pericial – Execução de sentença – Cálculo de indemnização – Equidade – **84-78** (2700)

Prova pericial – Organismos estrangeiros – Gravação da prova – **81-59** (2599)

Provas escritas em exames e concursos – Ónus de prova – Falta de remessa do processo instrutor – Falta de elementos de facto – **65-61** (1915)

Providência cautelar – Evidência da procedência – **78-76** (2437)

Providência cautelar – Expropriação – Recuperação e reconversão urbanística – Acto normativo – Identificação do acto administrativo – Pedidos alternativos e subsidiários – Suspensão de eficácia – **75-59** (2327)

Providência cautelar – Magistrado do Ministério Público – Suspensão de exercício – Art. 120.º, n.º 3, do CPTA – **81-56** (2594)

Providência cautelar – Portaria de extensão – Ponderação dos danos – **79-67** (2496)

Providência cautelar – Suspensão de eficácia – Decreto do Presidente da República – Marcação do dia das eleições dos deputados à Assembleia da República – Acto político – **78-80** (2450)

Providência cautelar – Suspensão de eficácia – Inquérito disciplinar – Acto não lesivo – **87-65** (2846)

Providência cautelar conservatória – Função legislativa e função judicial – Matéria de facto – Possibilidade da sua sindicância no recurso de revista – *Fumus non malus iuris* – **69-62** (2075)

Providência cautelar conservatória – Suspensão de eficácia – Prazo para o requerimento – **48-65** (1249)

Providência cautelar de restituição provisória de posse – Tutela jurisdicional efectiva – Requisitos de admissão – Recurso contencioso – **32-59** (735)

Providência cautelar não especificada – Requisitos de admissão – Recurso contencioso – **26-79** (575)

Providências cautelares – Resolução do Conselho de Ministros – Função política – Função administrativa – Âmbito da jurisdição administrativa – Acto administrativo – Recorribilidade – **59-74** (1697)

Providências cautelares conservatórias – Suspensão de eficácia – Perda de remuneração – **52-72** (1458)

Providências cautelares conservatórias e antecipatórias – Requisitos – Suspensão de eficácia – **50-60** (1343)

Providências cautelares não especificadas – Admissibilidade no contencioso administrativo – Actos normativos – **35-62** (813)

Questão estritamente desportiva – **84-76** (2697)

RAN – Certificado do solo – Nulidade – **52-74** (1462)

Ratificação de Plano Director Municipal (PDM) – Vícios de procedimento – Âmbito dos poderes de controle do Conselho de Ministros – **77-53** (2387)

Ratificação-sanação do acto impugnado – Extinção da instância – Impossibilidade superveniente da lide – **9-59** (142)

Reclamação para a conferência – Prazo – Processo urgente – **38-61** (931)

Reconhecimento de curso superior particular – Atribuições do Governo – Ordem dos Arquitectos – **59-73** (1695)

Recorribilidade – Acto preparatório – Auto-estrada – Aprovação de traçado – Erro na identificação do acto recorrível – Correção da petição inicial – **65-62** (1916)

Recurso contencioso – Acto expreso revelado na pendência de recuso de indeferimento tácito – Art. 51.º, n.º 1, da LPTA – Rejeição por falta de objecto – **35-60** (806)

Recurso contencioso – Acto recorrível – **36-68** (852)

Recurso contencioso – Acto recorrível – Classificação de imóveis de valor cultural – Competência do Ministro da Cultura – Audiência do interessado – **21-66** (436)

Recurso contencioso – Acto recorrível – Concurso público – Anulação de concurso – **19-70** (376)

Recurso contencioso – Acto recorrível – Embargo – Director Regional do Ambiente – **29-71** (646)

Recurso contencioso – Acto recorrível – Indeferimento tácito de pretensão renovada ao abrigo do art. 9.º, n.º 2, do CPA – **21-65** (435)

Recurso contencioso – Acto verticalmente definitivo – Competência dos directores-gerais – Recurso hierárquico necessário – **2-65** (8), **5-62** (66)

Recurso contencioso – Aprovação das plantas parcelares de auto-estrada – Irrecorribilidade do acto – **57-54** (1631)

Recurso contencioso – Caso julgado – Limites objectivos – **30-71** (674)

Recurso contencioso – Caso julgado – Vícios do acto – Juízo de improcedência – **39-67** (974)

Recurso contencioso – Competência dos tribunais administrativos – Deliberações do Conselho Superior da Magistratura – **2-65** (9)

Recurso contencioso – Contagem do prazo de interposição do recurso – Notificação deficiente – Conhecimento do acto – Direito à notificação – Pressupostos processuais (Interpretação) – Princípio da interpretação conforme à Constituição – Princípio *favor libertatis* – **29-72** (648)

Recurso contencioso – Documentos que devem instruir a petição – Rejeição liminar – **13-73** (234)

Recurso contencioso – Erro na identificação do autor do acto – Erro indesculpável – Indeferimento liminar imediato – Admissão de nova petição – **13-76** (240)

Recurso contencioso – Intervenção principal – **35-59** (802)

Recurso contencioso – Intervenção principal provocada – **27-70** (614)

Recurso contencioso – Inutilidade superveniente da lide – Acção de indemnização – **7-60** (100)

Recurso contencioso – Inutilidade superveniente da lide – Cessação de comissão de serviço – Erro nos pressupostos de facto – Fundamentação do acto administrativo – **18-52** (353)

Recurso contencioso – Inutilidade superveniente da lide – Expropriação por utilidade pública – **36-60** (831)

Recurso contencioso – Inutilidade superveniente da lide – Ilegitimidade activa superveniente – Nomeação de enfermeiro-director – Renovação da comissão de serviço – **12-58** (200)

Recurso contencioso – Legitimidade – Arquivamento de procedimento disciplinar – **2-64** (7)

Recurso contencioso – Legitimidade – Membro de órgão colegial – **13-72** (232)

Recurso contencioso – Legitimidade – Recurso jurisdicional – Ónus de alegação – Loteamento – Caducidade – Pedido de informação prévia – Direito de audiência – Revogação implícita – Fundamentação – **73-68** (2233)

Recurso contencioso – Legitimidade activa – **55-55** (1540)

Recurso contencioso – Legitimidade activa – Autarquia local – Interesses difusos – **18-53** (355)

Recurso contencioso – Legitimidade activa – Interesse legítimo – Prorrogação do prazo de concessão da exploração de zona de jogo de fortuna ou azar – **46-63** (1195)

Recurso contencioso – Legitimidade – Reforma Agrária – Arrendamento de prédio expropriado – **61-75** (1784)

Recurso contencioso – Legitimidade activa – Acto recorível – Inexistência jurídica – **86-48** (2800)

Recurso contencioso – Nomeação de patrono – Prazo para a interposição do recurso – **43-67** (1090)

Recurso contencioso – Ónus de alegação – **4-69** (52)

Recurso contencioso – Petição de recurso – Remessa pelo correio – **35-61** (808)

Recurso contencioso – Prazo – Acto sujeito a notificação e a publicação – Fundamentação do acto administrativo – **19-72** (378)

Recurso contencioso – Prazo – Licenciamento de obra – Informação prévia negativa – Recorribilidade – **52-68** (1449)

Recurso contencioso – Prazo – Residência – Ónus da prova – **37-59** (889)

Recurso contencioso – Prazo de interposição – Acto de publicação obrigatória – Licenciamento de construção – Início de execução do acto – **13-71** (229)

Recurso contencioso – Recorribilidade de indeferimento tácito de recurso hierárquico de pena disciplinar – **2-65** (10)

Recurso contencioso – Rejeição – Ilegitimidade passiva – Erro na identificação do autor do acto – Renovação da instância – **21-65** (434)

Recurso contencioso – Suspensão da instância – **32-59** (733)

Recurso contencioso – Tempestividade – Utilidade da lide – Conteúdo essencial do direito fundamental – Direito ao ambiente – **81-53** (2585)

Recurso contencioso – Tribunal incompetente – Art. 4.º, n.ºs 1 e 3, da LPTA – Nova petição de recurso – **36-68** (850)

Recurso de apelação – Conhecimento em substituição – Questão não apreciada na 1.ª instância – Nulidade – Omissão de pronúncia – **87-66** (2849)

Recurso de revisão – Recurso extraordinário – Aplicação da lei no tempo – Revelia – Irregularidade decorrente da falta de indicação do réu – **67-78** (2007)

Recurso de revista – Âmbito da apelação – Ampliação do objecto do recurso – **87-64** (2845)

Recurso de revista – Prescrição do direito de indemnização – Responsabilidade civil extracontratual – Termo inicial do prazo de prescrição – Matéria de facto – Poderes de cognição – **80-78** (2549)

Recurso de revista – Providências cautelares – Ponderação de interesses – Matéria de facto – **63-69** (1877)

Recurso de revista – Questões a conhecer – Providência cautelar – Verificação dos seus pressupostos – *Periculum in mora* – Alegação da matéria de facto – Factos complementares – **73-67** (2229)

Recurso de revista – Sindicato – Condenação à prática de acto devido – Caducidade da acção – **72-52** (2171)

Recurso de revista (art. 150.º do CPTA) – Modificação objectiva da instância (arts. 45.º, n.º 1, e 102.º, n.º 5, do CPTA) – Contencioso pré-contratual – Pedido de indemnização – Produção de prova – Carácter sancionatório – **61-70** (1775)

Recurso de revista (art. 150.º do CPTA) – Pedido de suspensão de eficácia – Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Greve de professores – Serviços mínimos – Utilidade da lide – Ampliação da matéria de facto – Baixa dos autos ao tribunal *a quo* – **57-58** (1640)

Recurso de revista excepcional – Concessão de serviço público – Isenção de licenciamento municipal de obras – Art. 3.º, n.º 1, alínea *f*), do DL n.º 445/91, de 20/11 – **70-73** (2101)

Recurso de revista excepcional – Intimação para passagem de certidões – Contrato de prestação de serviços – Jurisdição competente – **77-58** (2401)

Recurso de revista *per saltum* para o STA – Matéria de facto – **52-68** (1447)

Recurso do Ministério Público – Acto de publicação obrigatória – Início de execução – **12-54** (194)

Recurso excepcional de revista – Acção administrativa especial – Prazo de instauração – Art. 58.º, n.º 2, alínea *b*), do CPTA - Férias judiciais – Suspensão de prazo – **67-74** (1997)

Recurso excepcional de revista – Admissibilidade – Pressupostos – Providência cautelar – Admissão a concurso – Supranumerário – **52-75** (1465)

Recurso excepcional de revista – Competência disciplinar do município – **68-58** (2033)

Recurso excepcional de revista – Contencioso pré-contratual – Adjudicação – Impugnação contenciosa - Suspensão do prazo – **73-63** (2220)

Recurso excepcional de revista – Contencioso pré-contratual – Adjudicação – Impugnação contenciosa – Caducidade do direito de acção – **86-47** (2796)

Recurso excepcional de revista – Contencioso pré-contratual – Grupo de empresas – Princípio da concorrência – **87-69** (2858)

Recurso excepcional de revista – Estatuto da Carreira Docente – Serviço docente extraordinário **73-69** (2234)

Recurso excepcional de revista – Habitação social – Regime legal de ocupação – **86-49** (2802)

Recurso excepcional de revista – Informação procedimental – Processos disciplinares – Passagem de certidões – **87-70** (2863)

Recurso excepcional de revista – Ónus de alegar e concluir – Poder de cognição – Violação do direito à decisão em prazo razoável – Indemnização – Convenção Europeia dos Direitos do Homem – **67-75** (2000)

Recurso excepcional de revista – Poderes de cognição do STA – Concurso público de fornecimento de serviços – Correção de proposta – Correção de deficiências de documentos – Princípio da intangibilidade das propostas – Princípio da concorrência – Princípio da proporcionalidade – Dispensa de conhecimento de vícios imputados ao acto impugnado – **78-82** (2456)

Recurso excepcional de revista – Providência cautelar – Requisitos – Ónus de prova – Linha de alta tensão – Prejuízos de difícil reparação – Princípio da precaução – **80-80** (2554)

Recurso excepcional de revista – Providência cautelar – Suspensão de eficácia – Art. 120.º, n.º 3, do CPTA – Nulidade processual – Arguição da nulidade – **78-77** (2441)

Recurso excepcional de revista – Recurso hierárquico – Prazo para a decisão – Contagem – Art. 175.º do CPA – **80-82** (2560)

Recurso extraordinário de revisão – Pressupostos – Aplicação da lei no tempo – Preterição de litisconsórcio necessário – **57-57** (1637)

Recurso hierárquico – Envio pelo correio – **36-61** (833)

Recurso hierárquico – Indeferimento tácito – Acto complexo – Despacho conjunto – Dever legal de decidir – **46-61** (1191)

Recurso hierárquico – Intervenção do órgão recorrido – Princípio da imparcialidade – **38-64** (942)

Recurso hierárquico – Notificação deficiente do acto do subalterno – 2-66 (11)

Recurso hierárquico – Notificação incompleta – Pedido de certidão – 6-66 (89), 7-62 (104)

Recurso hierárquico – Notificação incompleta – Pedido de certidão – Interrupção do prazo do recurso – 9-52 (132), 21-62 (432)

Recurso hierárquico – Prazo – Remessa postal – **56-73** (1597)

Recurso hierárquico necessário – Indeferimento tácito – Prazo – **37-59** (891)

Recurso hierárquico necessário – Notificação – Prazo – **39-71** (988)

Recurso hierárquico necessário – Prazo – Notificação – **38-65** (947)

Recurso hierárquico necessário – Vício de forma (art. 100.º do CPA) – **79-67** (2494)

Recurso hierárquico necessário de indeferimento presumido – Prazo – **10-54** (162)

Recurso jurisdicional – Alegações – Art. 106.º da LPTA – **39-67** (973)

Recurso jurisdicional – Alegações – Ex-trabalhadores da CNN – Inscrição para efeitos de pagamento de indemnização – Princípio de igualdade – **55-62** (1558)

Recurso jurisdicional – Conclusões complexas – Centros de inspecção de veículos – Recurso hierárquico – Ilegalidade de normas regulamentares – Poderes de cognição da Administração – **69-61** (2074)

Recurso jurisdicional – ETAF/84 – LPTA – Recurso de revista – **83-60** (2642)

Recurso jurisdicional – Legitimidade – Delegante – **39-72** (990)

Recurso jurisdicional – Ónus de alegar – Ambiente – Urbanismo – Domínio público hídrico – Autorização de utilização de uso privativo – Licenciamento de construção – Atribuições – **37-58** (885)

Recurso jurisdicional – Prazo – Aplicação da lei no tempo – CPTA – **56-76** (1605)

Recurso jurisdicional – Prazo para alegações – **38-61** (933)

Recurso para o Ministro da Administração Interna em matéria disciplinar – Guarda Fiscal – Extemporaneidade do recurso hierárquico necessário – Rejeição do recurso contencioso por carência de objecto – Direito ao recurso contencioso – **8-64** (118)

Recurso para o plenário da câmara municipal – Recurso hierárquico impróprio – Recurso contencioso – Acto recorrível – **10-59** (173)

Recurso para o Pleno – Acórdão recorrido proferido pelo Pleno – Recurso para uniformização de jurisprudência – Admissibilidade do recurso – **68-58** (2031)

Recurso para o STA – Impugnação de despacho do relator no TCA – Convolação – **72-55** (2179)

Recurso para uniformização de jurisprudência – Âmbito de cognição – **66-71** (1957)

Recurso para uniformização de jurisprudência – Despacho de admissão de recurso jurisdicional – **67-77** (2004)

Recurso para uniformização de jurisprudência – Contradição sobre a mesma questão fundamental de direito – **62-62** (1809)

Recurso para uniformização de jurisprudência – Meios principal e cautelar – Falta de contradição – **70-76** (2106)

Recurso para uniformização de jurisprudência – Momento do cumprimento do art. 48.º, n.º 5, do CPTA – **73-68** (2231)

Recurso para uniformização de jurisprudência – Não admissão do recurso – **77-56** (2396)

Recurso por oposição de julgados – Prazo de interposição – **35-57** (795)

Recursos de actos administrativos de concessionários – Legitimidade passiva – 3-56 (36)

Redução do horário de funcionamento de estabelecimento comercial – Competência da câmara municipal – Regulamento – Medida de polícia – **62-70** (1826)

Reenvio prejudicial – Custas – **65-64** (1922)

Reforma Agrária – Actos consequentes – Acto nulo – **26-80** (576)

Reforma Agrária – Expropriação pelas Leis de Reforma Agrária – Declaração de utilidade pública de parcela expropriada – Perda definitiva de parte de imóvel – Afectação a fim diverso – **55-56** (1542)

Reforma agrária – Prova pericial – Valores irrisórios – Inconstitucionalidade – Frutos pendentes – **50-63** (1352)

Reforma da actividade notarial – Desburocratização dos procedimentos na transmissão e oneração de imóveis – Violação do princípio da protecção da confiança – Violação do princípio da concorrência – **77-57** (2398)

Reforma de acórdão – Aplicação da lei no tempo – **10-59** (175), 20-69 (406)

Reforma de acórdão – Recurso para uniformização de jurisprudência – “Jurisprudência recentemente consolidada” – **74-61** (2276)

Reforma de decisão judicial – Aplicação no tempo de alterações ao Código de Processo Civil – **4-70** (55)

Regime comum de mobilidade (Lei n.º 53/2006, de 7/12) – Avaliação de desempenho da Administração Pública (Lei n.º 10/2004, de 22/3, e Dec. Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14/5) – Avaliação profissional – Avaliação curricular – Princípio da igualdade – Interpretação extensiva – **75-64** (2342)

Regulamento Disciplinar da PSP – Pena disciplinar de suspensão – Impossibilidade de promoção por um ano – Efeito da pena e seu início – Princípio da proporcionalidade – **48-56** (1229)

Regularização extraordinária – Causas de exclusão – **53-66** (1496)

Regularização extraordinária de residência – Fundamentação – Indicação no âmbito do “Sistema de Informação Schengen” – Aplicação do art. 8.º do DL n.º 4/2001, de 10/1 – **39-66** (972)

Rejeição do recurso hierárquico – Dever legal de decidir – Processamento de abonos – **75-61** (2333)

Rejeição liminar do recurso – Regularização da petição – Nova petição – Art. 476.º do CPC – **36-63** (840)

REN – Construção em zona abrangida pela REN – Alteração da REN – **48-56** (1230)

Renda condicionada – Incompetência da jurisdição administrativa – **56-71** (1591)

Renovação de acto punitivo em execução de acórdão anulatório – Efeitos – **4-69** (51)

Renovação de contrato de docente – Matéria com relevância disciplinar – Competência implícita – Prerrogativa de avaliação – Nulidade de sentença – Notificação do acto administrativo – Publicação do acto administrativo – Recurso jurisdicional (Questão nova) – **9-61** (146)

Repetição do indevido – Revisão do acto de concessão de ajudas financeiras à comercialização de vinhos e produtos vínicos – Regulamento comunitário – Aplicabilidade directa – Primado do direito comunitário – Revogação do acto administrativo – **53-66** (1497)

Reposição de quantias – Processamento de abonos – Prazo de revogação de acto constitutivo de direitos – **7-63** (106)

Reposição de remuneração – Erro nos pressupostos – Prescrição – Art. 141.º do CPA – Art. 40.º do DL n.º 155/92, de 28/7 – **66-76** (1968)

Reposição do pagamento de ajudas comunitárias – Produção de cereais – Regulamento (CEE) n.º 1184/91, da Comissão – Princípio da boa fé – Fundamentação do acto – **45-62** (1159)

Requerimento de substituição do objecto do recurso – Convite à regularização – **6-66** (88)

Rescisão de contrato administrativo – Acto administrativo ou direito potestativo extintivo – **25-56** (537)

Rescisão de contrato do quadro de pessoal do Serviço de Informações e Segurança (SIS) – Execução de sentença – Renovação do acto anulado por inconstitucionalidade de norma aplicada – Reconstituição da situação actual hipotética – Princípio da eficácia não retroactiva do acto administrativo – Não invocabilidade de causa legítima de inexecução – Fim da execução – **23-73** (471)

Reserva de não adjudicação – Princípio da legalidade – **53-61** (1485)

Reserva Ecológica Nacional – Acto normativo – Delimitação territorial – Recurso contencioso – **38-65** (946)

Reserva Ecológica Nacional – Alteração – Regime aplicável – **55-55** (1541)

Reserva ecológica nacional – Vias de comunicação – Acção não autorizada – Deliberação camarária – Nulidade – **37-65** (907)

Reserva Natural – Pesquisa e prospecção de recursos geotérmicos – Ónus da prova – Aplicação da lei no tempo – Proibição da prática de actos inúteis – Nulidade de acto administrativo – Efeitos putativos – **86-46** (2795)

Responsabilidade civil – Acto ilícito – Administração da justiça – Pagamento de guias – Caixa Geral de Depósitos – *Faute de service* – Culpa – **53-66** (1495)

Responsabilidade civil – Cessaçãõ de comissão de serviço – Anulaçãõ contenciosa do acto – Vício de forma – **72-54** (2178)

Responsabilidade civil – Expropriação – Ressarcimento de prejuízos resultantes da alteração da finalidade que presidiu à celebração do contrato – **73-62** (2219)

Responsabilidade civil – Factos lícitos – **63-69** (1878)

Responsabilidade civil – Hospital – Interveniente acessório – Legitimidade para recorrer – Dano não patrimonial – Liquidação em execução de sentença – **74-63** (2280)

Responsabilidade civil – Integração na Reserva Ecológica Nacional – Prescrição – **37-58** (887)

Responsabilidade civil – Intervenção principal provocada – Competência em razão da matéria – **27-65** (606)

Responsabilidade civil – Licenciamento nulo – **86-50** (2806)

Responsabilidade civil – Médico – Ilícitude – Prova – **45-64** (1162)

Responsabilidade civil – Município – Seguradora – Sub-rogação – Prescrição – **59-69** (1685)

Responsabilidade civil – Prescrição – Danos continuados – **74-60** (2274)

Responsabilidade civil – Prova dos factos – Cálculo da indemnização – **85-73** (2743)

Responsabilidade civil – Risco – Hospitais – Transfusão – Concentrado eritrocitário – SIDA – HIV – **51-50** (1390)

Responsabilidade civil – Segurança e comodidade do trânsito – Intervenção acessória – Recurso jurisdicional – Legitimidade – **60-77** (1730)

Responsabilidade civil extracontratual – Acção de florestação – Apreensão de máquinas – Ilícitude – **69-59** (2066)

Responsabilidade civil extracontratual – Acção de regresso – Contagem do prazo de prescrição – **36-61** (834)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Pedra desprendida do pavimento – Presunção de culpa – **42-67** (1055)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Propriedade do veículo – Legitimidade – **78-76** (2436)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Responsabilidade criminal – Prazo de prescrição – **31-60** (709)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente na via pública – Ilícitude – Presunção de culpa – **55-57** (1544)

Responsabilidade civil extracontratual – Acto de gestão pública – Autarquia local – Presunção de culpa – Diligência exigível – Limpeza de colectores de águas – Prescrição – Sub-rogação – Direito de regresso – Interrupção da prescrição – **51-50** (1391)

Responsabilidade civil extracontratual – Ampliação do pedido – Alteração da matéria de facto – Acto ilícito – Culpa do serviço – Hospital – Danos futuros – Danos morais – **73-64** (2225)

Responsabilidade civil extracontratual – Atraso na administração da justiça – Convenção Europeia dos Direitos do Homem – **83-59** (2641)

Responsabilidade civil extracontratual – Companhia de seguros – Competência dos tribunais administrativos – Competência em razão da matéria – **50-62** (1345)

Responsabilidade civil extracontratual – Concausalidade – Conduta do lesado – **55-53** (1534)

Responsabilidade civil extracontratual – Construção ilegal – Omissão continuada – Início do prazo da prescrição – Danos não previsíveis inicialmente – **37-61** (897)

Responsabilidade civil extracontratual – Dano resultante da administração da justiça – Erros e atrasos em processo de regulação de poder paternal – Ilícitude – **44-72** (1111)

Responsabilidade civil extracontratual – Danos resultantes de intervenção cirúrgica – Dolo e mera culpa – Ilegitimidade dos réus médicos – **55-55** (1539)

Responsabilidade civil extracontratual – Direito de regresso – Acidente – Sinalização da via – Concorrência de culpas – **86-49** (2801)

Responsabilidade civil extracontratual – Dolo – **77-47** (2374)

Responsabilidade civil extracontratual – Estabelecimentos escolares – Aluno – Dever de vigilância – Ilícitude – Nexo causal – **43-67** (1089)

Responsabilidade civil extracontratual – Factos lícitos – Fiel depositário – **85-75** (2747)

Responsabilidade civil extracontratual – Hospital – Acto médico – **48-61** (1242)

Responsabilidade civil extracontratual – Hospital – *Interiorização* de dreno – Negligência do pessoal médico e de enfermagem – Nova operação – Indemnização pela dor física – **52-74** (1464)

Responsabilidade civil extracontratual – Ilícitude – Concurso – Professor universitário – Provas de agregação – Margem de livre apreciação – **72-55** (2183)

Responsabilidade civil extracontratual – Ilícitude – Danos e nexo de causalidade – **71-50** (2133)

Responsabilidade civil extracontratual – Ilícitude e culpa – Rescisão do contrato de empreitada – Posse administrativa dos bens que estavam na obra – Guarda desses bens – **79-71** (2506)

Responsabilidade civil extracontratual – Informação prévia – Caducidade – Integração na Reserva Ecológica Nacional (REN) – Indemnização – Prejuízo especial e anormal – **73-69** (2236)

Responsabilidade civil extracontratual – Intervenção acessória – Dever de vigilância – Morte – Indemnização – Danos patrimoniais e não patrimoniais – **70-75** (2105)

Responsabilidade civil extracontratual – Lesão de que proveio a morte – Indemnização – Rendimentos futuros – Danos morais – **66-74** (1963)

Responsabilidade civil extracontratual – Loteamento – Ocupação de terreno – Alvará de loteamento – **77-51** (2380)

Responsabilidade civil extracontratual – Ministério Público – Prorrogação de prazo – Contestação – Princípio da igualdade – caso julgado – Negligência – Acesso ao direito – Acesso à justiça – **79-72** (2509)

Responsabilidade civil extracontratual – Município – Companhia de seguros – Competência dos tribunais administrativos – **45-61** (1157)

Responsabilidade civil extracontratual – Município – Queda de árvore – Presunção de culpa – Ilícitude – **77-59** (2405)

Responsabilidade civil extracontratual – Nexo de causalidade – Violação das *leges artis* – **83-64** (2656)

Responsabilidade civil extracontratual – Prazo razoável na administração da justiça – Dano não patrimonial – **72-56** (2184)

Responsabilidade civil extracontratual – Prescrição – Ilícitude – Execução fiscal – Venda do direito de trespasse e arrendamento – Direito de preferência legal – Interesses protegidos pela norma atributiva de preferência – **79-68** (2498)

Responsabilidade civil extracontratual – Prescrição – Interrupção da prescrição – **57-59** (1641)

Responsabilidade civil extracontratual – Prescrição – Nomeação de patrono – Interrupção da prescrição – **44-76** (1120)

Responsabilidade civil extracontratual – Presunção de culpa – Defeito de conservação – Ónus da prova – **69-61** (2072)

Responsabilidade civil extracontratual – Processo judicial – Prazo razoável – **78-76**

(2438)

Responsabilidade civil extracontratual – Requisitos – Agente da PSP – Errada identificação de interveniente em acidente de viação – **39-67** (976)

Responsabilidade civil extracontratual – Responsabilidade civil contratual – Facto ilícito – Boa fé – Dano a liquidar em execução de sentença – **55-54** (1536)

Responsabilidade civil extracontratual – Responsabilidade do município pela aprovação de projectos e licenciamento de obras contra prescrições do PDM – Art. 52.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 445/91, de 20/11 – Dano de confiança – Alcance e medida da indemnização – **29-71** (647)

Responsabilidade civil extracontratual – Responsabilidade por acto lícito – Obras camarárias em rua de cidade – Perda de receitas de estabelecimento comercial – **43-63** (1076)

Responsabilidade civil extracontratual – Responsabilidade por informações orais – **41-58** (1011)

Responsabilidade civil extracontratual – Sanção pecuniária compulsória – Art. 829.º-A do Código Civil – **77-50** (2376)

Responsabilidade civil extracontratual (actos lícitos e actos ilícitos) – Objecto do recurso jurisdicional – Renúncia a direito de indemnização – Remissão de direito de crédito (art. 863.º do Código Civil) – **32-66** (744)

Responsabilidade civil extracontratual da Administração – Prescrição – Inconstitucionalidade do n.º 3 do art. 71.º da LPTA – Interrupção da prescrição – Notificação da entidade recorrida no recurso contencioso – **25-52** (530)

Responsabilidade civil extracontratual da Administração fundada em acto administrativo ilegal – Ilícitude – Acto repetível – **13-70** (228)

Responsabilidade civil extracontratual da Administração por facto ilícito – Presunção de culpa – **9-55** (134)

Responsabilidade civil extracontratual das autarquias por actos de gestão pública – Omissão de sinalização de obstáculos nas vias públicas – Ilícitude – Presunção de culpa – **12-56** (196)

Responsabilidade civil extracontratual das entidades públicas – Princípio da boa fé – Responsabilidade pré-contratual (art. 227.º do Código Civil) – Responsabilidade contratual – Responsabilidade extracontratual – **78-77** (2440)

Responsabilidade civil extracontratual de autarquia local – Obrigação de informar – **10-59** (174)

Responsabilidade civil extracontratual de município por factos lícitos – Nulidade processual – Nulidade de licenciamento de obras particulares – Causalidade adequada – **29-72** (649)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Acto normativo lícito – Medida equiparável a expropriação – **57-59** (1642)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Art. 7.º do Decreto-Lei n.º 48 051, de 21/11/1967 – **50-63** (1350)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Atraso na administração da justiça – Garantia bancária à *primeira interpelação* – Nexo de causalidade – **62-68** (1824)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Atraso na administração da justiça – Prazo razoável – Nexo de causalidade – Presunção natural – Ónus da prova – Convenção Europeia dos Direitos do Homem – **62-64** (1814)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Direito a decisão jurisdicional em prazo razoável – Prorrogação do prazo de apresentação de contestação pelo Ministério Público – Princípio da igualdade de armas – **12-58** (199)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Obrigação de indemnização – Mandato judicial – Honorários – Advogados – **35-57** (797)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Prescrição – Contagem do prazo – Reserva Ecológica Nacional – Publicação no *Diário da República* – Conhecimento efectivo – **41-58** (1010)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Responsabilidade por acto lícito – Culpa do lesado – Dano anormal – **81-54** (2586)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado fundada em acto administrativo ilegal – Conduta processual negligente do lesado – Prescrição do direito à indemnização – Interrupção da prescrição – Notificação para resposta em recurso contencioso – Citação para acção de indemnização – Suspensão da prescrição – Ónus da prova – **12-56** (197)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado por danos emergentes de actos jurisdicionais – Incompetência dos tribunais administrativos – **23-73** (472)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado por deficiente funcionamento dos serviços judiciais – Prazo razoável – **26-76** (569)

Responsabilidade civil extracontratual dos entes públicos – Art. 7.º do DL n.º 48 051, de 21/11/1967 – Autarquias locais – **6-61** (83)

Responsabilidade civil extracontratual dos entes públicos fundada em actos ilegais – Conduta processual negligente do lesado – **18-53** (354)

Responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito – Responsabilidade pelo risco – Convolução – **51-51** (1392)

Responsabilidade contratual – Danos indemnizáveis – Indemnização equitativa – Nulidade da sentença – **81-52** (2583)

Responsabilidade extracontratual – Acto legislativo – Tribunal competente – **36-66** (846)

Responsabilidade extracontratual – Prescrição – Interrupção da prescrição – Citação – Contagem do prazo – Envio da petição pelo correio – **37-65** (906)

Responsabilidade extracontratual da Administração – Venda executiva – Direito inexistente – Ilicitude – Culpa – Redução equitativa da indemnização – **33-50** (774)

Responsabilidade extracontratual da Administração fundada em acto administrativo ilegal – Inconstitucionalidade orgânica do art. 71.º, n.º 3, da LPTA – Interrupção da prescrição – Notificação da entidade recorrida no recurso contencioso – **15-60** (285)

Responsabilidade extracontratual por acto ilícito – Concurso público – Decisão de não adjudicação – Danos indemnizáveis – Sociedades comerciais – Indemnização por danos morais – Cálculo dos juros de mora – Prova do pagamento – **53-65** (1494)

Responsabilidade extracontratual por facto lícito – Actos de gestão pública – Prejuízo especial e anormal – **36-65** (842)

Responsabilidade pelo risco – Inquirição oficiosa – Poder-dever – Nulidade processual – **61-69** (1772)

Responsabilidade por acto lícito – Responsabilidade objectiva – Acesso às vias públicas – Dano indemnizável – **44-72** (1110)

Responsabilidade por factos lícitos – Prescrição – **75-59** (2324)

Responsabilidade pré-contratual – Contrato ineficaz – Medida do dever de indemnizar – Danos negativos – **42-64** (1044)

Responsabilidade pré-contratual – Dever de indemnizar – Dano negativo – **57-54** (1628)

Reversão de bens – Contrato de compra e venda – Declaração de utilidade pública – **31-57** (702)

Reversão de bens expropriados – Efeitos da declaração de utilidade pública – Aquisição de bens por expropriação e por compra e venda – Transferência desses bens para o Estado – Legitimidade activa – Publicação do acto – Falta de fundamentação – **25-54** (534)

Revisores Oficiais de Contas – Substituição – Dever de informação – Procedimento disciplinar – **62-68** (1823)

Revisores Oficiais de Contas (ROC) – Domicílio profissional – Notificação por telefax – **75-62** (2336)

Revista – Caducidade do direito de accionar – Reclamação – Suspensão do prazo – **75-60** (2329)

Revista excepcional – Alçada – Inutilidade superveniente – **86-49** (2803)

Revista excepcional – Aposentação antecipada – DL n.º 116/85, de 18/4 – Inexistência de prejuízo para o serviço – Falta do despacho do membro de governo competente – **75-63** (2340)

Revista excepcional – Concurso público – Admissão de propostas – Sua impugnabilidade – **81-58** (2598)

Revista excepcional – Documentos administrativos – Abuso do direito – **61-74** (1782)

Revista excepcional – Ordem dos Médicos – Inscrição no colégio da especialidade – Título de especialização de cidadão brasileiro obtido no Brasil – Margem de livre apreciação – **74-66** (2290)

Revista excepcional – Recurso para o Pleno da Secção – **62-66** (1817)

Revista excepcional nos termos do art. 150.º do CPTA – Contencioso pré-contratual – Processo especial urgente – Prazo – **49-71** (1303)

Revista *per saltum* – Acto aprovador do regimento de uma câmara municipal – Ilegalidade do acto e do regulamento – **81-55** (2589)

Revista *per saltum* – Contencioso pré-contratual – Contrato excepcionado (art. 77.º do DL n.º 197/99, de 8/6) – Contrato administrativo – Critérios de adjudicação – Direito de audiência – **72-57** (2187)

Revista *per saltum* – Procedimentos cautelares – Questões de facto e de direito – Prevalência da decisão do tribunal superior sobre a questão da competência – **52-74** (1463)

Revista *per saltum* – Servidão de vistas – Janela existente – Acto devido – **78-79** (2448)

Revista *per saltum* – Tiro aos pombos – Violências injustificadas – Protecção do ambiente – **84-77** (2699)

Revogação – Acto de conteúdo contrário praticado com fundamento diferente – Atribuição e retirada de acréscimo salarial – **59-72** (1690)

Revogação – Tempestividade – Audiência prévia (art. 100.º do CPA) – **37-62** (899)

Revogação de acto administrativo – Prazo – **62-66** (1818)

Revogação do acto administrativo – Prazo de revogação de acto inválido – Ajudas comunitárias – Protecção da confiança legítima – **60-75** (1725)

Revogação dos actos administrativos – Processo disciplinar – Aplicação de uma pena – *Reformatio in pejus* – **44-74** (1117)

RIME (Regime de Incentivos às Microempresas) – Contrato de concessão de incentivos – Rescisão do contrato – Acto administrativo – **43-67** (1088)

Sanação da anulabilidade – Concurso público – Adjudicação – Proposta com variante – Contrato de fornecimento contínuo – Contrato de concessão – **30-74** (678)

Sanção disciplinar – Sentença anulatória – Actos de execução – Eficácia do acto administrativo – **79-67** (2495)

Sector empresarial do Estado – Tutela – **78-82** (2455)

Segredo profissional – Cessação da obrigação do segredo – Autorização pela Ordem dos Advogados – **43-65** (1082)

Segurança social – Prestações por morte – União de facto – **43-62** (1075)

Seguro escolar – Indemnização – Acção de responsabilidade civil extracontratual – **60-78** (1732)

Serviço público de transportes – Compensação financeira – Declaração negocial – Rejeição do recurso contencioso – Legitimidade activa – **59-71** (1689)

Serviço público de transportes urbanos – Sector empresarial do Estado – Atribuição de montante compensatório – Acto contenciosamente recorrível – Legitimidade activa de empresa concorrente – **65-60** (1914)

Servidões aeronáuticas – Responsabilidade civil – Prazo de prescrição – **83-63** (2653)

Sindicato – Declaração de ilegalidade por omissão de normas – Indemnização – **73-70** (2238)

Sindicato – Legitimidade activa – Defesa colectiva de interesses individuais – Lei de autorização legislativa – **45-57** (1151)

Sistema de Incentivos do Estado à Comunicação Social – Publicação periódica – Pertença indirecta à Administração – Titularidade do capital – Poderes de gerência – **29-70** (644)

Sistema retributivo – Acto vinculado – Interpretação da lei – Princípio da equidade do sistema retributivo – **45-57** (1150)

Situação jurídica dos funcionários – Agente da PSP – Colocação – Acto recorrível – Acto interno – Direito de audiência – Dever de fundamentação – **52-71** (1455)

Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos – Adjudicação de concessão de exploração – Procedimento pré-contratual – Recurso contencioso – Competência dos tribunais administrativos – Directivas comunitárias – **44-72** (1113)

Subsídio de desemprego – Desemprego involuntário – Decreto-Lei n.º 79-A/89, de 13/3 – Despedimento seguido de transacção – Providência cautelar de suspensão de despedimento – **27-66** (607)

Subsídio de desemprego – DL n.º 79-A/89, de 13/3 – Sócio gerente – **39-66** (971)

Subsídio de desemprego – Requerimento – Prazo – Impugnação judicial – Erro nos pressupostos de direito – Aproveitamento do acto administrativo – Cessação do contrato de trabalho – Despedimento – **38-59** (928)

Substituição do objecto do recurso – Prazo – Notificação do acto administrativo – Conhecimento do acto administrativo por notificação da resposta da entidade recorrida – **12-55** (195)

Suspensão da eficácia de normas – Relação indirecta entre a suspensão e os prejuízos – *Periculum in mora* – **85-75** (2746)

Suspensão de eficácia – Acto de conteúdo negativo – 6-60 (82)

Suspensão de eficácia – Acto executado – Adjudicação de concessão SCUT – **26-78** (573)

Suspensão de eficácia – Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) – Ordem de difusão de texto – Prejuízo de difícil reparação – **39-68** (978)

Suspensão de eficácia – Concurso para atribuição de novas licenças de cartório notarial – *Periculum in mora* – **56-70** (1590)

Suspensão de eficácia – Convite à correcção da petição – **21-58** (426)

Suspensão de eficácia – Convite à correcção da petição – Acto de conteúdo negativo – **18-57** (361), 20-64 (404)

Suspensão de eficácia – Danos material e moral – Progressão na carreira – Ponderação de interesses – **25-51** (528)

Suspensão de eficácia – Declaração de ineficácia de acto de execução indevida – **45-60** (1154)

Suspensão de eficácia – Declaração de utilidade pública de expropriação com carácter urgente – Destruição de bem de interesse cultural – Grave lesão do interesse público – **36-62** (835)

Suspensão de eficácia – Normas regulamentares – **83-68** (2666)

Suspensão de eficácia do acto administrativo recorrido – Requisitos – **71-49** (2131)

Suspensão de eficácia – Expropriação por utilidade pública – Posse administrativa – Direito à habitação – Obra de construção de passagem na via férrea e acesso – Compromisso do expropriante – Probabilidade do dano – **35-62** (814)

Suspensão de eficácia – Magistrado do Ministério Público – Pena de suspensão de exercício e pena acessória de transferência – Ponderação de interesses – Providência substitutiva – Resolução fundamentada – **78-79** (2449)

Suspensão de eficácia – Norma regulamentar – Legitimidade activa – Ilegalidade e inconstitucionalidade – **48-64** (1248)

Suspensão de eficácia – Odontologistas – Acto de conteúdo negativo – **39-66** (970)

Suspensão de eficácia – Pedido de declaração de ineficácia (n.º 3 do art. 80.º da LPTA) – **26-74** (565)

Suspensão de eficácia – Pena de inactividade – Magistrado do Ministério Público – Facto notório – Lesão do interesse público – Ónus da prova – **80-74** (2541)

Suspensão de eficácia – Prova documental – Grave lesão do interesse público – **38-67** (953)

Suspensão de eficácia – Sanção disciplinar – Grave lesão do interesse público – **17-61** (320)

Suspensão de eficácia – Transferências do Orçamento do Estado – Acto político – Acto normativo – **85-75** (2748)

Suspensão da instância – Motivo justificado – **85-71** (2737)

Taxa de justiça – Justiça gratuita – Constitucionalidade material – Constitucionalidade orgânica – Reenvio prejudicial – **87-65** (2848)

*Taxis* – Motorista profissional – **35-61** (809)

Teatro – Apoio financeiro – Princípio da imparcialidade – Prazo ordenador – **51-49** (1389)

Técnico oficial de contas – Recusa de inscrição – Prova – Princípio da igualdade – Interpretação da lei – **56-74** (1600)

Titular de cargo dirigente – Cessação de comissão de serviço – Reorganização dos serviços – Direito a indemnização – **48-69** (1263)

Transacção – Extinção do recurso contencioso – 9-51 (131)

Transfusão sanguínea – Infecção com o vírus da SIDA – Responsabilidade civil – Responsabilidade pelo risco – Actividade excepcionalmente perigosa – Prejuízos anormais – **55-62** (1559)

Trânsito em julgado – Período da prática do acto com multa – **11-64** (186)

Tribunal de Contas – Serviços de Apoio – Transição de pessoal – Auditor – Carreira técnica superior – Antiguidade – Dupla transição – Legitimidade activa – **48-57** (1233)

Tribunal de Contas – Transição para a carreira de auditor – Pedidos de reconhecimento e de condenação (alíneas *b*) e *d*) do n.º 2 do art. 37.º do CPTA) – Falta de direito – **77-52** (2384)

Tutela judicial efectiva – Direito subjectivo público – Separação de poderes – Direito à segurança – Condenação da Administração – Injunção – **45-60** (1155)

Unidades Comerciais de Dimensão Relevante – Inconstitucionalidade do DL n.º 218/97, de 20/8 – **46-66** (1202)

Uniformização de jurisprudência – Acórdão do Pleno da Secção – **66-73** (1960)

Uniformização de jurisprudência – Institutos públicos – Empresas públicas – Sociedades anónimas – Aplicabilidade do CPA – Poder disciplinar – Escrutínio secreto – **83-63** (2652)

Uniformização de jurisprudência – Jurisprudência consolidada – Pessoal civil das infra-estruturas da NATO – Suplementos anteriores ao Novo Sistema Retributivo (NSR) – Escalões remuneratórios – Transição do pessoal no NSR – **72-52** (2173)

Universidade pública – Concurso interno de acesso – Lista de classificação final – Homologação – Impugnação administrativa – Rejeição do recurso contencioso – **56-70** (1589)

Universidades – Autonomia – Penas disciplinares – Recurso para o Ministro da tutela – Impugnação contenciosa – Suspensão e flexibilização do prazo – **69-63** (2076)

Utilização do domínio público hídrico – Decreto-Lei n.º 46/94, de 22/2 – Constitucionalidade – **50-64** (1353)

Vencimentos – Reposições – Revogação – Prescrição – **53-60** (1482)

Venda de imóvel – Contrato administrativo – Acto administrativo – Acto opinativo – Nulidade de sentença – **33-52** (780)

Vício de forma – Audiência dos interessados – **52-67** (1445)

Vício de forma por falta de fundamentação – Princípio do aproveitamento do acto administrativo – **21-58** (427)

Videovigilância – Direito à reserva da intimidade da vida privada – **80-81** (2558)

Vítimas de crimes violentos – Indemnização – Sucessão *mortis causa* – **48-68** (1258)

Zona de caça de interesse municipal – Direito de propriedade – Limites constitucionais ao direito de propriedade – Prazo do recurso contencioso – **50-60** (1342)

Zona de Protecção Especial da Costa Sudoeste – Parque eólico – Avaliação de Impacte Ambiental – **51-58** (1410)

### 3) Plenário

Câmara Municipal – Ente público – Litigância de má fé – Condenação – **68-54** (2022)

Competência dos tribunais administrativos – Competência dos tribunais fiscais – Benefícios fiscais – Acto pressuposto – Questão fiscal – **75-57** (2321)

Competência dos tribunais administrativos – Venda de imóvel – Hasta pública – Questão fundamental – **77-49** (2372)

Conflito de competência – Competência dos tribunais tributários – Competência dos tribunais administrativos – **79-65** (2490).

## ***D – Tribunal Central Administrativo***

Acção de contrato administrativo – Prazo – **26-82** (581)

Acção para reconhecimento de direito – Idoneidade do meio processual – Legitimidade passiva – **23-82** (483)

Acção para reconhecimento de direito – Idoneidade do meio processual – Pedido de declaração de ilegalidade de normas – Caso julgado – **43-68** (1094)

Acção para reconhecimento de direito – Nulidade de deliberação camarária – Efeitos putativos – **15-63** (289)

Acção para reconhecimento de direito ou interesse legítimo – Idoneidade do meio processual – Celebração de contrato de avença – **27-72** (619)

Acesso a documentos de carácter não nominativo – **43-68** (1093)

Acesso aos documentos administrativos – Falta de decisão – Queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – Recurso contencioso – **27-71** (615)

Acto administrativo – Princípio da legalidade – Princípio da constitucionalidade – Vinculação directa da Administração à Constituição – **24-65** (506)

Acto de processamento de abonos – Acto administrativo – Caso decidido – Acto confirmativo – Juros de mora – Prescrição – **24-64** (502)

Acto de processamento de vencimentos – Acto administrativo – Decisão voluntária – Ónus da prova – **30-78** (685)

Acto de processamento de vencimentos – Caso decidido – Acto divisível – Falsos tarefeiros – Diuturnidades – **31-62** (715)

Acto de processamento de vencimentos – Caso decidido – Juros de mora – Acto confirmativo – Prescrição – **31-62** (716)

Acto interno – Não autorização de celebração de contrato a termo certo – **27-72** (618)

Acto recorrível – Instauração de processo disciplinar – **41-65** (1029)

Agente administrativo – **38-68** (957)

Aposentação – Restituição de quotas – Meio processual – Acção de responsabilidade – Recurso contencioso – Conduta processual negligente do lesado – **25-58** (543)

Audiência do interessado – Instrução – **42-69** (1060)

Audiência dos interessados – Dever de ponderação – Notificação deficiente – Pedido de certidão – Interrupção do prazo de recurso administrativo – **30-78** (683)

Carreira de investigação científica – Concurso – Resolução final do júri – Recurso contencioso – **25-58** (542)

Competência do Tribunal Central Administrativo – Licenciamento de construções – Intimação para a prática de acto devido – Meio processual principal – **25-57** (539)

Concurso – Definição dos critérios de preferência – Princípio da estabilidade das regras – **27-71** (616)

Concurso de provimento – Direito à nomeação – **37-67** (911)

Construção de túnel do Metropolitano de Lisboa no Terreiro do Paço – Parecer do Ministro da Cultura – Parecer do Serviço de Protecção Civil – Litispêndência – **18-59** (364)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Âmbito de aplicação – Constitucionalidade – Processo urgente – Contagem dos prazos – Medidas provisórias – Ilegitimidade passiva – Convite à correcção da petição – **17-68** (330)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Âmbito de aplicação – Constitucionalidade – Tribunal competente – Medidas provisórias – Suspensão de eficácia – Convolação – Prazo de interposição do recurso – **25-56** (538)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Âmbito de aplicação – Contrato de prestação de serviços – Contrato de avença – Tribunal competente – **21-67** (439)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Âmbito de aplicação – Tribunal competente – **18-58** (362), 19-74 (382), 20-70 (408)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – **30-78** (682)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Celebração do contrato – Inutilidade superveniente da lide – **42-70** (1062)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Legitimidade – Ponderação de interesses – **26-80** (578)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Ponderação de interesses – **23-82** (484)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Ponderação de interesses – Recurso contencioso – Petição de recurso – Remessa pelo correio – **36-68** (854)

Contencioso da formação de contratos de direito público – Medidas provisórias – Suspensão de eficácia – Ponderação de interesses – **37-66** (910)

Direito à informação procedimental – Intimação para passagem de certidão – Meio processual – **32-68** (748)

Direito ao recurso contencioso – Recurso hierárquico necessário – Director Regional do Ambiente – **41-63** (1023)

Direito de resposta – **38-68** (956)

Execução de julgado – Nomeação de funcionário – Teoria da indemnização – Causa legítima de inexecução – **38-69** (959)

Faltas injustificadas – Faltas sem justificação – Infracção disciplinar – Inviabilização da manutenção da relação funcional – **26-82** (583)

Faltas injustificadas – Pena de demissão – Dever de assiduidade – Dever de pontualidade – Inviabilização da manutenção da relação funcional – **37-67** (912)

Função pública – Nulidade de nomeação – Concurso público – Agente putativo – Meio processual – **38-67** (955)

Greve – Perda de remuneração – **37-65** (908)

Indeferimento tácito – Competência conjunta – **41-64** (1027)

Intimação para consulta de processos e passagem de certidões – Documentos administrativos – Interesse legítimo – **21-67** (440)

Intimação para consulta de processos e passagem de certidões – Nulidade de sentença – Poderes do Ministério Público – Documentos administrativos – Documentos confidenciais – **21-68** (441)

Intimação para passagem de certidão – Direito à informação não procedimental – Segredo comercial e industrial – Vida interna das empresas – **38-69** (958)

Intimação para passagem de certidão – Documento – Processo de concurso da função pública – Destruição de documento – *Venire contra factum proprium* – Litigância de má fé – **32-69** (750)

Intimação para passagem de certidão – Execução de sentença – **29-74** (652)

Intimação para um comportamento – Acção popular – **20-71** (410)

Intimação para um comportamento – Indicação do meio processual principal – Violação de normas de direito administrativo – **21-67** (438)

Intimação para um comportamento – Legitimidade activa – Indicação do meio processual principal – **36-68** (853)

Intimação para um comportamento – Providências cautelares não especificadas – Tutela jurisdicional efectiva – **20-71** (409)

Intimação para um comportamento – Sanção pecuniária compulsória – **41-64** (1025)

Lista de antiguidade – Acto de accertamento – Falta de impugnação – **36-69** (857)

Militares em regime de contrato – Diferencial remuneratório – **41-65** (1028)

Multa processual – Isenção do Estado – **41-64** (1024)

Notificação deficiente – Recurso hierárquico necessário (Prazo) – **35-64** (818)

Notificação do acto administrativo – Indicação do órgão competente para o recurso – **24-65** (505)

Ofensa de caso julgado – Indeferimento tácito – Dever legal de decidir – **27-71** (617)

Procedimento cautelar – Dependência de processo principal – **14-66** (264)

Processo disciplinar – Acusação – Alteração da qualificação – Junção de documentos – Direito de defesa – **26-81** (579)

Processo disciplinar – Medida da pena – Sindicabilidade contenciosa – Princípio da proporcionalidade – Princípio da justiça – **25-57** (540)

Processo disciplinar – Notificação da acusação – Notificação pessoal – **24-65** (504)

Processo disciplinar – Nulidade insuprível – **41-64** (1026)

Processo disciplinar – Recurso contencioso do despacho de arquivamento – Legitimidade do participante – Audiência do interessado – **29-76** (656)

Providência cautelar não especificada – Intimação para um comportamento – Competência em razão da matéria – Contra-ordenações – **43-69** (1095)

Providência cautelar não especificada – Militar – Passagem à reserva – **15-63** (291)

Reclamação administrativa facultativa – Acto confirmativo – **31-63** (717)

Recomendação da Alta Autoridade para a Comunicação Social – Suspensão de eficácia (Ilegalidade da interposição do recurso – Acto administrativo recorrível – Prejuízo de difícil reparação – Nexó de causalidade) – **32-70** (751)

Recurso contencioso – Acto recorrível – Deferimento de pedido de suspeição – **36-69** (855)

Recurso contencioso – Acto recorrível – Definitividade vertical – **19-75** (383)

Recurso contencioso – Legitimidade – Participante de infracção disciplinar – **36-69** (856)

Recurso hierárquico – Envio pelo correio – Tempestividade – Erro desculpável na identificação da entidade competente – **37-66** (909)

Recurso hierárquico – Intervenção do órgão recorrido – Princípio da imparcialidade – **31-62** (714)

Recurso hierárquico (Provimento parcial) – Recurso contencioso (Legitimidade) – **35-63** (816)

Recurso hierárquico único – **43-69** (1096)

Recurso hierárquico único – Acto lesivo – **43-68** (1092)

Recurso jurisdicional – Legitimidade – Pluralidade de vícios – Audiência do interessado – Exclusão do concurso – **42-70** (1063)

Renovação de pedido formulado à Administração – Dever legal de decidir – Art. 9.º, n.º 2, do CPA – Promoção ao posto de 2.º sargento miliciano – **42-68** (1058)

Reposicionamento de funcionário no sistema retributivo – Revogação de acto administrativo ilegal – Efeitos retroactivos – **14-64** (261)

Rescisão de contrato de provimento por motivos disciplinares – Inexistência de processo disciplinar – Nulidade – **43-70** (1098)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Deficiente funcionamento da administração da justiça – Decisão em prazo razoável – Reparação provisória – **42-70** (1064)

Revisão de processo disciplinar – Arquivamento de inquérito criminal – **43-67** (1091)

Suspensão de eficácia – Acto de conteúdo negativo – **30-78** (684)

Suspensão de eficácia – Acto de conteúdo negativo – Recusa de inscrição em associação profissional – **14-65** (263)

Suspensão de eficácia – Apresentação de nova petição – Prejuízo de difícil reparação – **29-75** (654)

Suspensão de eficácia – Avaliação de alunos de escolas particulares – Prejuízos de difícil reparação – Danos não patrimoniais – Suspensão provisória – **35-64** (819)

Suspensão de eficácia – Convite à correcção da petição – **18-59** (365), 25-58 (541)

Suspensão de eficácia – Convite à correcção da petição – Legitimidade passiva – Contra-interessado – **26-81** (580)

Suspensão de eficácia – Convite à correcção do requerimento inicial – Erro na identificação da entidade requerida – **42-69** (1059)

Suspensão de eficácia – Demolição de construção – Recurso contencioso com efeito suspensivo – Impossibilidade superveniente da lide – **43-69** (1097)

Suspensão de eficácia – Denúncia de contrato de provimento – Ilegalidade da interposição do recurso – Prejuízos de difícil reparação – **26-82** (582)

Suspensão de eficácia – Eliminação de ficheiros informáticos contendo dados pessoais – Ponderação de prejuízos – Suspensão condicional – **14-65** (262), 18-59 (363)

Suspensão de eficácia – Indeferimento de licenciamento de construção – Grave lesão do interesse público – **35-64** (817)

Suspensão de eficácia – Indeferimento tácito de recurso hierárquico de acto punitivo – Acto de conteúdo positivo – Ónus de alegação de prejuízos – **15-63** (292)

Suspensão de eficácia – Pena de demissão – Aposentado – Prejuízo de difícil reparação – Grave lesão do interesse público – **29-74** (653)

Suspensão de eficácia – Pena disciplinar de suspensão – Prejuízo de difícil reparação – Diminuição da qualidade de vida – **25-59** (544)

Suspensão de eficácia – Pena expulsiva – Grave lesão do interesse público – **23-83** (485)

Suspensão de eficácia – Ponderação de interesses – **42-69** (1061)

Suspensão de eficácia – Prova do acto – Acto de conteúdo negativo – Recusa de inscrição em associação profissional – **15-63** (290)

Suspensão de eficácia – Providências cautelares não especificadas – Tutela jurisdicional efectiva – **29-75** (655)

Tratamento informático de dados pessoais sensíveis (Legitimação – Princípio da necessidade) – Autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados – Audiência dos interessados (Redução do prazo – Diligências) – **32-68** (749)

## *E – Tribunal Central Administrativo Sul*

ACDU – Regras específicas – Art. 5.º do DL n.º 204/98 – **68-66** (2052)

Acção administrativa comum – Art. 37.º, n.º 2, alínea *a*), do CPTA – **65-69** (1934)

Acção administrativa comum – Nulidade da sentença – Conhecimento do objecto do recurso – Trabalho extraordinário – **73-74** (2248)

Acção administrativa especial – Art. 87.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA – Não audição do autor – Nulidade processual – **73-78** (2258)

Acção administrativa especial – Ausência para realização de consultas médicas – Justificação da falta – **67-83** (2017)

Acção administrativa especial – Caducidade do direito de acção – Férias judiciais – **83-72** (2677)

Acção administrativa especial – Cessação de utilização de estabelecimento – Licença de utilização – Princípio da proporcionalidade – **81-64** (2619)

Acção administrativa especial – Competência dos tribunais administrativos – **45-68** (1169)

Acção administrativa especial – Despacho pré-saneador – Excepções dilatórias – Despacho de aperfeiçoamento – **75-68** (2350)

Acção administrativa especial – Direito às prestações por morte – Ex-cônjuge – Acto revogatório – Nulidade da sentença – Efeitos da anulação contenciosa – **87-76** (2879)

Acção administrativa especial – Impugnação de AIM – Competência dos tribunais administrativos – **74-72** (2305)

Acção administrativa especial – Irregularidade e deficiência da petição inicial – Despacho de aperfeiçoamento – **81-62** (2610)

Acção administrativa especial – RJUE – DL n.º 555/99, de 16/12 – Informação prévia – Condicionamentos legais e estimativa de encargos – Condições de execução – **74-74** (2309)

Acção administrativa especial de impugnação de acto – Legitimidade do Ministério Público para intervir em processos principais e cautelares – Providência cautelar – Artigo 112.º, n.º 1, do CPTA – Invalidez de deliberação do conselho de administração – Legalidade do procedimento concursal – **49-76** (1312)

Acção de contencioso eleitoral – **80-85** (2567)

Acção para o reconhecimento de direito – Natureza complementar – Efeito de caso julgado – Concurso processual objectivo – **50-68** (1366)

Acção para reconhecimento de direito – **44-77** (1123)

Acção para reconhecimento de direito – Ineptidão/deficiência da petição inicial – **79-77** (2522)

Acção popular – Caso julgado – **69-67** (2085)

Acção popular – Licença de construção – **62-76** (1839)

Acesso de particulares aos documentos administrativos – **77-64** (2419)

Acidente de serviço – Condenação à prática de acto devido – Indeferimento de requerimento de produção de provas – Art. 100.º do CPA – Instrução e princípio do aproveitamento do acto administrativo – Vício de forma por falta de fundamentação – Descaracterização do acidente – Ónus da prova – **68-65** (2047)

Acidente de serviço – Descaracterização – Violação de normas do Código da Estrada – **73-78** (2259)

Acidente de viação – Subrogação – Prazo de prescrição – Início da contagem – Presunção de culpa do n.º 1 do art. 493.º do Código Civil – **72-64** (2204)

Acidente em serviço – *Acidene in itinere* – Descaracterização – Ónus da prova – **73-76** (2255)

Acto administrativo – Acto impugnável – Eficácia externa – Concurso para instalação de cartórios notariais – **74-71** (2301)

Acto administrativo – Operação material – Acção administrativa comum – **73-74** (2247)

Acto de adjudicação concursal – Nulidade – Art. 133.º do CPA – **74-72** (2304)

Acto de nomeação – Efeitos da aceitação – Impugnação parcial do acto de nomeação – Lista de antiguidade – Efeitos da sua impugnação – Princípio da imparcialidade – **51-61** (1418)

Acto inserido num procedimento – Impugnabilidade – Art. 51.º, n.º 1, do CPTA – Aviso de abertura do concurso – Normas limitativas de acesso – **84-85** (2718)

Acto praticado no exercício da função política (dever de protecção diplomática) – Incompetência dos tribunais administrativos – Privação da tutela jurisdicional efectiva – Art. 268.º, n.º 4, da CRP – **77-63** (2415)

Acto tácito – Anulabilidade – Deferimento tácito – Revogação implícita – **86-58** (2829)

Alta Autoridade para a Comunicação Social – Acto administrativo – **46-66** (1205)

Aplicação do novo regime de vinculação das carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas – Revogação do decreto – Lei n.º 353-A/89, de 16/10 – **78-90** (2478)

Aposentação – Acto contenciosamente recorrível – Indeferimento tácito – **57-64** (1650)

Aposentação compulsiva – **59-77** (1702)

Art. 104.º do CPA – Âmbito e limites do direito à informação – Art. 77.º do CPTA – **75-69** (2353)

Art. 70.º, n.º 3, do CPTA – Actos administrativos – Eficácia *ex nunc* – **84-87** (2725)

Art. 108.º, n.º 2, do CPTA – Sanção pecuniária compulsória – **68-65** (2048)

Art. 128.º, n.º 1, do CPTA – Suspensão da eficácia – Ponderação de interesses – Ministério das Finanças – Região Autónoma da Madeira – **66-83** (1986)

Art. 161.º do CPTA – Extensão dos efeitos de uma sentença – Requisitos exigíveis – **65-72** (1942)

Art. 5.º do DL n.º 204/98, de 11/7 – Divulgação atempada de métodos de selecção – Regras relativas a recrutamento e selecção de corpos especiais – **65-71** (1941)

Art. 56.º do CPA – Princípio do inquisitório – Requerimento para justificação de falta – Averiguação dos pressupostos de facto – Arts. 18.º, n.º 1, e 71.º, n.º 1, do DL n.º 100/99 – **65-71** (1938)

Arts. 175.º e 176.º do CPTA – Não execução espontânea do julgado anulatório – 2693. Caducidade do direito à execução – **83-75** (2685)

Arts. 11.º, n.º 2, e 26.º, n.º 4, do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU) – Direito à contratação como professor auxiliar – **77-65** (2422)

Aulas de substituição – Serviço docente extraordinário – **69-69** (2092)

Autorização de residência por razões humanitárias – **65-71** (1940)

Auxiliar de acção médica – Transição – Progressão – **71-55** (2146)

Caducidade – Omissão de pronúncia (não) – Violação do princípio da igualdade – Anulabilidade – Conteúdo essencial de um direito fundamental – Justificação da inconstitucionalidade – **83-70** (2673)

Caducidade do direito de acção – Excepção dilatória de conhecimento oficioso – Art. 58.º, n.º 4, alínea *b*), do CPTA – Quadro normativo de ambiguidade – **83-72** (2678)

Cargo de chefia – Substituição – Poder discricionário – **61-80** (1795)

Cargo de chefia – Substituição – Poder discricionário – **63-80** (1795)

Cargo dirigente – Revogação da nomeação – Salvaguarda de efeitos – Princípio da boa-fé – **71-57** (2153)

Carreiras horizontais e carreiras verticais – Enumeração taxativa – **60-84** (1747)

Caso julgado – Identidade de sujeitos – Cessão da posição contratual – **79-79** (2529)

Causa legítima de inexecução – Notificação das partes para acordo (art. 178.º, n.º 1, do CPTA) – Relação de prejudicialidade – Suspensão da instância – **81-64** (2617)

Cessão de exploração – Elementos acessórios do acto administrativo – Contra-interessados – Inoponibilidade do caso julgado – Operações urbanísticas – Reserva de direitos de terceiros – Legitimidade – **83-71** (2674)

Código de Justiça Militar – Sanção disciplinar de detenção – Juízes militares nos TCA's – Arts. 6.º e 7.º da Lei n.º 34/07, de 13/8 – Incompetência dos TCA's em razão da matéria – Competência dos TAF's – **72-62** (2200)

Código dos Contratos Públicos – Contrato de fornecimento de refeições – Exclusão de sociedades coligadas – Princípios da imparcialidade e da igualdade – **83-75** (2686)

Comissão Nacional de Protecção de Dados – Queixa – Tratamento de dados pessoais – Facturação detalhada – **67-81** (2013)

Compensação do trabalho prestado em dia de descanso semanal com acréscimo de remuneração – Arts. 9.º, n.º 3, e 33.º, n.ºs 2 e 3, do DL n.º 259/98, de 18/8 – **75-69** (2355)

Competência em razão da matéria – Concurso para fornecimento de serviços – Hospital SA – **51-64** (1424)

Competência material do tribunal administrativo – Lei da Concorrência – Pedido de intimação para prestação de informações e consulta – Competência do Tribunal de Comércio de Lisboa – **62-79** (1848)

Competência territorial – Arts. 16.º e 20.º, n.º 1, do CPTA – **68-66** (2049)

Competência territorial – Recurso jurisdicional – **50-69** (1371)

Competência territorial do tribunal administrativo e fiscal – Procedimento pré-contratual – **51-62** (1421)

Concurso – Violação dos princípios da transparência, da igualdade e da imparcialidade – Arts. 6.º do CPA e 266.º, n.º 2, da CRP – **74-72** (2303)

Concurso de pessoal – Audiência dos interessados – Entrevista profissional de selecção – Fundamentação – **63-75** (1892)

Concurso de pessoal – Habilitação académica mínima – **61-81** (1797)

Concurso de pessoal – Habilitação académica mínima – **63-81** (1797)

Concurso de professores – Quotas para portadores de deficiência – Fase de colocação de professores não vinculados – **71-54** (2145)

Concurso de provimento – Composição do júri – Art. 12.º, n.º 4, do DL n.º 204/98, de 11/7 – **75-71** (2360)

Concurso de provimento – Divulgação atempada dos critérios de selecção – Princípio da imparcialidade – **51-62** (1419)

Concurso de provimento – Fundamentação – **61-79** (1791), **63-79** (1971)

Concurso de provimento – Publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira – **74-73** (2307)

Concurso de provimento da carreira médica hospital – Erro sobre os pressupostos de facto – Discricionariedade técnica do júri – **74-73** (2308)

Concurso interno de provimento – Requisitos de admissão e de provimento – Perda da qualidade de agente administrativo – **79-78** (2527)

Concurso para professor catedrático – Suspeição de membro do júri – **61-80** (1796)

Concurso para professor catedrático – Suspeição de membro do júri – **63-80** (1796)

Concurso para provimento de Concurso para provimento de professor catedrático –

**63-80** (1794)

Concurso público para fornecimento de bens – Dever de fundamentação – Exclusão da proposta com fundamento em desconformidade dos respectivos bens ou serviços – Arts. 49.º e 70.º, n.º 2, alínea *b*), do CCP – **86-59** (2831)

Condenação à prática de acto devido – Interesse em agir – Nulidade da sentença (não) – Prestação de serviço militar por ex-combatentes – Quotas de aposentação – Acréscimo vitalício de pensão – **85-85** (2777)

Condenação no acto devido – Art. 112.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) – Aprovação do projecto de arquitectura – Acto prévio ou parcial – Acto complexo – Dever legal de decidir – Procedimento de hetero-iniciativa – Audiência de interessados – **73-75** (2253)

Conhecimento de novos vícios – Reapreciação da matéria de facto – Escrutínio secreto – **46-67** (1208)

Contencioso eleitoral – Eleição do conselho executivo – cargos de administração e gestão escolar – Membro do conselho pedagógico – **69-68** (2088)

Contencioso eleitoral – Princípio da impugnação unitária – **59-77** (1703)

Contencioso pré-contratual – Alteração do programa de concurso – **83-74** (2682)

Contencioso pré-contratual – Ampliação do objecto da acção – Celebração do contrato – **78-87** (2471)

Contencioso pré-contratual – Caducidade do direito à acção – **50-68** (1365)

Contencioso pré-contratual – Código dos Contratos Públicos – Relações jurídicas de domínio – **86-60** (2832)

Contencioso pré-contratual – Empreitada de obras públicas – Plano de trabalhos – Redacção em língua estrangeira – Caducidade da adjudicação – **87-79** (2887)

Contencioso pré-contratual – Imutabilidade das propostas – Esclarecimentos – Empreitada por preço global – Lista de preços unitários – Trabalhos a mais – Execução da empreitada – Convolação para pedido indemnizatório – **81-63** (2614)

Contencioso pré-contratual – Conceito de produção de prova – Imutabilidade da fórmula definida na abertura do concurso – **84-84** (2715)

Contencioso pré-contratual – Inimpugnabilidade do acto – **77-65** (2421)

Contencioso pré-contratual – Modelo de avaliação das propostas – **83-73** (2679)

Contencioso pré-contratual – Prazo para interposição de recurso – **57-66** (1655)

Contencioso pré-contratual – Preço anormalmente baixo – **75-70** (2358)

Contencioso pré-contratual – Princípio da concorrência – Litigância de má fé – **81-64** (2620)

Contencioso pré-contratual – Procedimento cautelar – Caducidade – **51-64** (1425)

Contencioso pré-contratual – Recurso jurisdicional – Impugnação da sentença

recorrida – Parâmetros base – Encargos legais obrigatórios com pessoal – Exclusão da proposta (não) – **87-78** (2886)

Contencioso pré-contratual – Valor da causa – Nulidade da sentença – Microcritérios/aplicação errada do programa do concurso – Anulação do contrato – **79-77** (2524)

Conteúdo das conclusões – Convite ao aperfeiçoamento – **80-85** (2569)

Contra-ordenação – Incompetência dos tribunais administrativos – **84-86** (2724)

Contra-ordenações – Incompetência absoluta dos tribunais administrativos – Seus efeitos – Pedido principal e pedido dependente – **49-77** (1315)

Contrato de empreitada de obra pública – Trabalhos a mais – Fixação de novos preços – **71-54** (2144)

Contrato de gestão de estabelecimento hospitalar – Aquisição de bens e serviços – Art. 38.º do DL n.º 185/02, de 28/9 – Jurisdição administrativa competente – Art. 4.º, n.º 1, alínea e), do ETAF – **74-71** (2302)

Créditos salariais – Lei n.º 17/86, de 14/6 – Fundo de garantia salarial – **69-68** (2089)

Critério de adjudicação – Requisitos formais das propostas – **74-71** (2300)

Critérios de avaliação concursal – Ónus de prova dos pressupostos do acto impugnado – **85-83** (2771)

Cumprimento de dever de executar – Possibilidade de a execução competir a outros órgãos que não o autor do acto administrativo anulado – Art. 174.º, n.º 2, do CPTA – **81-66** (2625)

Decisão final de processo cautelar – Caso julgado material – **63-76** (1895)

Decisão respeitante à adopção de providência cautelar – Recurso – Efeito meramente devolutivo – **62-76** (1838)

Decisões de tribunal arbitral – Lei n.º 31/86, de 29/8 (LAV) – Prorrogação do prazo para o tribunal arbitral proferir decisão – **75-68** (2351)

Declaração de ilegalidade de normas – Efeito mediamente operativo – Necessidade de acto posterior de aplicação – **50-69** (1369)

Declaração de ilegalidade de normas – Regulamento – Incompetência em razão da matéria – Normas imediatamente operativas – **57-66** (1657)

Declaração de ilegalidade por omissão de normas – Acto legislativo – Ingresso no quadro de oficiais – **81-67** (2627)

Declaração de Impacte Ambiental (DIA) – Nulidade – **71-57** (2152)

Declaração de impacte ambiental (DIA) – *Periculum in mora* – Prova pericial – **84-84** (2716)

Declaração de rendimentos, património e cargos sociais – Lei n.º 4/83, de 2/4 – Inexistência de incumprimento culposo – **67-82** (2014)

Decreto legislativo provisório da providência – **80-84** (2565)

Decreto Legislativo Regional – Declaração de ilegalidade de normas com força obrigatória geral – Acórdão do Tribunal Constitucional – Ofensa do caso julgado – **62-79** (1850)

Deferimento tácito – Violação das normas legais e regulamentares – Nulidade – **68-67** (2053)

Definitividade horizontal – Recorribilidade de acto imediatamente lesivo – **63-76** (1894)

Desvio de dinheiros públicos – Presunção de inocência – **80-87** (2573)

Direito à greve – Direito ao ensino – Necessidades sociais impreteríveis – Ponderação relativa de interesses – **65-70** (1936)

Direito à indemnização – Prescrição – **71-57** (2151)

Direito à informação – Conteúdo e limites – Pedidos relativos à interpretação de termos técnico-jurídicos – **71-56** (2150)

Direito à informação – Interpretação conforme à Constituição – Segredo comercial – **57-65** (1652)

Direito à informação – Intimação para informação e passagem de certidão – Exame psicológico em concurso de ingresso – **68-64** (2046)

Direito à informação – Trabalhador em regime de prestação de serviços – Afixação de listas – **61-82** (1800)

Direito à informação procedimental – Âmbito do seu conceito – Art. 1.º, n.º 1, do CPA – **73-75** (2252)

Direito à informação procedimental – Omissão de pronúncia – Excesso de pronúncia – **51-65** (1426)

Direito à informação procedimental – Limites – Processo de avaliação – **46-67** (1207)

Direito de circulação e residência – Cidadãos da União – Familiares – Cartão de residência – Abuso de direito – **79-79** (2528)

Direito de resposta e de rectificação geral – Art. 37.º, n.º 4, da CRP – Caducidade do direito de resposta – Art. 25.º, n.º 1, da Lei n.º 2/99, de 13/1 – Invalidez de deliberação da ERC – **84-85** (2720)

Direitos, liberdades e garantias – Advocacia – Estágio – Convolação – **87-76** (2878)

Discrecionariiedade técnica – Insindicabilidade de um parecer de Junta médica – Arts. 133.º, n.º 2, alínea *d*), e 134.º do CPA – **70-81** (2117)

Dispensa ao serviço para assistência a filhos menores – Providência cautelar antecipatória – N.º 2 do art. 22.º do DL n.º 259/98, de 18/8 – **70-81** (2121)

Dispensa de meio de prova testemunhal – Impugnação da decisão sobre a matéria de facto – **81-66** (2624)

DL n.º 197/99, de 8/6 – Invalidade da adjudicação – Ausência de critérios de ponderação – **65-70** (1937)

Docente a prestar serviço em organização internacional – Serviço efectivo – **75-70** (2357)

Documentos emitidos, para efeitos de aposentação, por serviços oficiais das ex-colónias – Sua validade – **62-79** (1849)

Domínio público hídrico – Direito legal de preferência – *Fumus boni iuris* em matéria administrativa – **85-82** (2767)

Eleição do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas – Regulamento de execução – Art. 119.º do CPA – **77-66** (2427)

Embargo de obra nova – Competência dos tribunais administrativos – **86-59** (2830)

Emissão de alvará – Intimação judicial – Câmara Municipal – **57-64** (1651)

Entidade Reguladora para a Comunicação Social – **72-64** (2203)

Entrevista – Dever de fundamentação 61-80 (1793)

Entrevista – Dever de fundamentação – **63-80** (1793)

Esclarecimentos sobre as peças do procedimento – Acordos-quadro – Critérios de adjudicação – **87-78** (2884)

Estabelecimento de diversão nocturna – Direito ao descanso e à integridade física dos cidadãos – Realização de obras ilegais – Risco de incêndio e deficientes condições sonoras – **80-85** (2570)

Estatuto dos Magistrados Judiciais – Aposentação – **80-84** (2566)

Exclusão de proposta – Preço base fixado no caderno de encargos – Documento justificativo de preço anormalmente baixo – **86-58** (2828)

Execução – Violação do caso julgado – Limites e extensão dos pedidos de viabilidade construtiva e pedido de licenciamento de construção – **66-81** (1982)

Execução de sentença – Actos desconformes com a sentença – Arts. 179.º, n.º 2, e 167.º, n.º 1, do CPTA – **65-73** (1948)

Execução de sentença – Competência territorial – Sentença de intimação para passagem de certidão – Art. 108.º, n.º 2, do CPTA – **65-73** (1947)

Execução de sentença – Diferenças remuneratórias decorrentes do reposicionamento – Âmbito da responsabilidade do órgão executado – **78-89** (2474)

Execução de sentença – Sentença de intimação para passagem de certidão – Litigância de má-fé – **78-89** (2476)

Execução de sentença – Teoria do vencimento – Teoria da indemnização – Renovação do acto anulado – **78-89** (2477)

Execução de sentença de anulação – Pedido de reparação dos danos causados pelo acto anulado – Erro na forma do processo – **70-70** (2116)

Extensão dos efeitos de sentença anulatória – **59-77** (1701)

Extinção do SAP de um centro de saúde – Providência cautelar – **66-79** (1976)

Faltas injustificadas – Aplicação da pena de demissão – Apresentação tardia de atestado médico – Inviabilização da relação funcional – **66-80** (1977)

Federação Portuguesa de Rugby – Punição disciplinar de um treinador – Competência dos tribunais administrativos – **72-66** (2209)

Garantia do existente – Parecer de entidade externa ao município – Licença de utilização por alteração de uso – Deferimento tácito – Emissão de alvará – **83-73** (2681)

Grave prejuízo para o interesse público – Situações excepcionais ou situações-limite – Declaração de ineficácia – **68-64** (2045)

Greve – Serviços mínimos – Meios – Despacho conjunto ministerial – Fundamentação – **51-63** (1422)

Guardas prisionais – Curso de formação de promoção a subchefe – Igualdade na ilegalidade – **70-81** (2120)

Hospital – Autonomia administrativa – Recurso hierárquico – **72-65** (2208)

IFADAP/INGA – Portaria n.º1212/2003, de 16/10 – Medidas agro-ambientais de apoio – Existência de disponibilidade orçamental – Efeitos da apresentação de candidatura – **85-83** (2770)

Ilegitimidade passiva – Absolvição da instância – Suprimento de excepção dilatória – Estado Português – Acção de indemnização – **70-79** (2112)

Impugnabilidade autónoma de actos situados no iter procedimental – Art. 51.º do CPTA – **77-67** (2428)

Impugnação da matéria de facto – Modificabilidade da decisão de facto – **53-74** (1515)

Incompetência em razão da matéria – Litígio emergente de contrato individual de trabalho – **66-82** (1985)

Incompetência material do TAF – Contra-ordenação – Caducidade do título de condução – **59-78** (1706)

Indeferimento tácito – Condenação à prática de acto devido – Dever de decisão – alínea *a*) do n.º 1 do art. 67.º do CPTA – Art. 175.º, n.º 3, do CPA – **78-88** (2472)

Informação prévia – Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 – **49-76** (1313)

Informação procedimental – AIM – INFARMED – Interessado directo – **87-78** (2885)

Infra-estruturas de suporte das instalações de radiocomunicações – Princípio da preeminência de lei – Medidas preventivas – **86-61** (2833)

Injunções – **81-66** (2623)

Instituições de ensino superior – Adequação aos requisitos – **77-64** (2418)

Interposição de recurso – Alegação e conclusões – Arts. 685.º-A, n.º 1, e 685.º-C, n.º 2, alínea *b*), do CPC – **75-67** (2347)

Interpretação de normas processuais administrativas – Convite ao aperfeiçoamento da petição – Arts. 87.º, 88.º e 89.º do CPTA – **77-63** (2416)

Intervenção acessória – **86-58** (2827)

Intimação – Recusa na emissão – Interesse – Documentos normativos – **74-69** (2297)

Intimação a abstenção de conduta – Providência antecipatória – Constituição de uma situação de facto consumado – AIM de medicamentos genéricos – Violação do direito de patente – Presunção do art. 4.º, n.º 2, do CPI – Nulidades da patente – **68-66** (2050)

Intimação a abstenção de conduta – Providência antecipatória de conteúdo assegurado – **57-65** (1653)

Intimação judicial – Prestação de informação – Informação sobre juízo de valor – Meio processual adequado – **45-69** (1171)

Intimação judicial para a emissão de alvará de autorização de construção – Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 – Deferimento tácito (Sua revogação) – Legalidade do acto revogatório – **50-68** (1367)

Intimação para a emissão de alvará – Prévio pagamento das taxas devidas – Fundamento de rejeição – **72-63** (2202)

Intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias – Competência dos tribunais administrativos – Declaração de utilidade pública – Atribuição do carácter de urgência – **79-76** (2519)

Intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias – Estatuto da Ordem dos Advogados – Regulamento nacional de estágio – Exame de acesso ao estágio de advocacia – Regime de Bolonha – Princípio da igualdade – **83-74** (2683)

Intimação para a protecção de direitos, liberdades e garantias – Inidoneidade do meio processual – **50-69** (1370)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Concurso de professores – **84-83** (2713)

Intimação para consulta de documentos ou passagem de certidões – Direito à informação procedimental – Interesse legítimo – Processo disciplinar – **44-76** (1122)

Intimação para passagem de certidão – Art. 104.º do CPTA – Vida interna da empresa – Art. 6.º, n.º 6, da LADA – **79-77** (2521)

Intimação para passagem de certidão – Custos devidos pela passagem de certidão – **57-67** (1659)

Intimação para passagem de certidão – Execução – **45-67** (1167)

Intimação para passagem de certidões – Gravação de reunião – Documento – Escrutínio secreto – **85-82** (2769)

Intimação para passagem de certidões e prestação de informações – Poderes do juiz – Fiscalização do cumprimento da condenação – **57-66** (1656)

Intimação para prestação de informação – Isenção de custas – Art. 73.º-C, n.º 2, alínea *b*), do CCJ – Procuradoria – Indemnização a título de honorários – Inconstitucionalidade – **66-82** (1984)

Intimação para prestação de informação – Fase administrativa do processo contraordenacional – Competência dos tribunais administrativos – **70-81** (2119)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Junta médica – **65-72** (1944)

Junta médica psiquiátrica – Despacho fundamentado – Inexistência de requisitos – **66-79** (1975)

Júri de concurso – Garantia de isenção – **62-77** (1841)

Legitimidade – Interesse directo e pessoal – Pessoas colectivas públicas – **77-66** (2424)

Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – **77-66** (2425)

Lei de Acesso aos Documentos Administrativo (LADA) – Contrato administrativo adjudicado – **87-77** (2882)

Lei n.º 43/2005, de 29/8 – Não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão – Inexistência de inconstitucionalidade por violação dos arts. 59.º, n.º 1, e 18.º da CRP – **80-86** (2572)

Lei n.º 92/95, de 12/9 – Violência injustificada contra animais – **49-76** (1314)

Liberdade sindical – Art. 55.º da CRP – Arts. 28.º e 29.º do DL n.º 84/99, de 19/3 – Proibição de restrição de direitos fundamentais – Art. 18.º, n.ºs 2 e 3, da CRP – Nulidade por ofensa de conteúdo essencial de um direito fundamental – **70-79** (2113)

Licença por maternidade – **66-80** (1979)

Licenciamento de obras de edificação – Aprovação do projecto de arquitectura – Alteração posterior do PDM – **78-90** (2481)

Licenciamento municipal de obras particulares – Comunicação prévia – Alvará – **50-67** (1363)

Licenciatura em antropologia social – Habilitação profissional para o exercício da docência adquirida em Espanha – Reconhecimento em Portugal – **72-66** (2210)

LSME (Lei n.º 53/2006, de 7/12) – Colocação de funcionário em regime de mobilidade especial – Art. 14.º, n.º 2, alínea *b*), da LSME – Exigência fundamental – **80-87** (2574)

Medicamentos genéricos – Autorização de introdução no mercado (AIM) – Suspensão da eficácia – Competência material – Competência territorial – Legitimidade activa – Prejuízos – Ónus de alegação – **73-77** (2257)

Medidas disciplinares – Poder discricionário da Administração na respectiva determinação – Aplicação da pena de demissão – **84-84** (2717)

Medidas provisórias – Caducidade – **71-54** (2143)

Militar – Acto de processamento de vencimento – Suplemento remuneratório – **60-85** (1749)

Militar da GNR – Dever de correcção – Dever de sigilo – **63-77** (1899)

Militar da GNR – Listas de promoção – Preterição – Passagem à reforma – Inutilidade superveniente – **73-76** (2254)

Militar da GNR – Pena disciplinar – Impugnação administrativa necessária – Acto imediatamente lesivo – Impugnabilidade judicial sem necessidade de prévia impugnação administrativa – **85-83** (2772)

Militar dos quadros permanentes na efectividade do serviço – Direito ao abandono de suplemento de residência – **68-66** (2051)

Militar – Tempo de serviço – Aposentação – **71-56** (2147)

Militares – Novo regime remuneratório – Reforma – Complemento de reforma – **61-82** (1799)

Militares – Novo regime remuneratório – Reforma – Complemento de pensão – **63-82** (1799)

Missão da Presidência Portuguesa do Conselho da UE – Despesas da Estrutura da Missão – Aquisição de bens e serviços – **62-78** (1845)

Modificação objectiva da instância – Contrato já adjudicado e executado – Arts. 45.º e 100.º do CPTA – **73-75** (2251)

Nomeação provisória – Período probatório – Exoneração – **71-56** (2149)

Nota de culpa – Requisitos – **77-65** (2420)

Nulidade – Efeitos putativos – Objecto do recurso contencioso – Meio processual adequado – **59-78** (1705)

Ónus de impugnação – Art. 490.º, n.º 2, do CPC – Ónus da prova – Art. 342.º do Código Civil – **69-66** (2082)

Ónus probatório – Princípio da imparcialidade – Arts. 266.º, n.º 2, da CRP e 6.º do CPA – Princípio da estabilidade do concurso – Prorrogação do prazo de entrega das propostas, ao abrigo do disposto no art. 13.º do DL n.º 33/99, de 5/2 – **63-74** (1891)

Oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa – Ónus da prova – Ligação efectiva à comunidade nacional – **73-75** (2250); **79-77** (2523)

Oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa – Processo-crime pendente – Suspensão da instância – **84-85** (2721)

Ordem de demolição – Obra clandestina – Legalização de obra – **75-67** (2348)

Ordem dos Farmacêuticos – Pena disciplinar – Suspensão da execução – Situação de facto consumado – **65-72** (1943)

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – Associação pública profissional – Exercício do poder disciplinar – Impugnação pelo conselho directivo de uma decisão – **83-72** (2676)

Parecer vinculativo – Impugnabilidade – Fundamentação – **87-77** (2883)

Pedido de declaração de carácter estrutura de empreendimento turístico – Deferimento tácito – Falta de fundamentação do acto administrativo – **68-64** (2044)

Pedido de legalização de edifícios construídos em zona de preservação do litoral ou área agrícola – Impossibilidade de deferimento tácito – Arts. 52.º e 63.º, n.º 1, alínea *a*), do DL n.º 445/91 – **67-82** (2015)

Pedido de suspensão da eficácia – Falta de contestação – Pedido de declaração de ineficácia de actos de execução – Incidente – **70-80** (2115)

Pedidos sucessivos de esclarecimento de acórdãos – Incidente em separado – **78-89** (2475)

Pessoal dirigente – Chefe de divisão – **69-67** (2084)

Pessoal dirigente – Chefe de divisão – Gestão corrente – Cessação de funções – **74-70** (2299)

Pessoal dirigente – Comissão de serviço – Cessação – Fundamentação – Audiência prévia – **60-85** (1748)

Portaria n.º 155/96, de 16/5 – Sua revogação pelo Código dos Contratos Públicos – Natureza da actividade de valoração da proposta pelo júri – **85-82** (2768)

Prazo de entrega de propostas em concurso público – Superveniência de leis laborais reflectidas no preço – Princípio da concorrência – **84-85** (2719)

Prazo para impugnar normas do programa de um concurso – **87-77** (2881)

Preço base fixado no caderno de encargos – Documento justificativo de preço anormalmente baixo – Exclusão de proposta – Concessão cautelar em procedimentos de formação de contratos – *Fumus boni iuris, periculum in mora*, ponderação de interesses – **85-84** (2774)

Prescrição do procedimento disciplinar – Caso julgado penal – **45-67** (1166)

Primado do direito comunitário – Ajudas comunitárias ilegalmente concedidas – Prazo para a recuperação das verbas – Regulamento (CE/EURATOM n.º 2988/95 do Conselho, de 18/12/1995) – Inaplicabilidade do art. 141.º do CPA – **63-75** (1893)

Princípio da igualdade – **72-67** (2211)

Princípio da livre circulação de trabalhadores no espaço comunitário – **60-85** (1750)

Princípio do arquivo aberto – Direito à informação – Interpretação conforme à Constituição – Pedido de parecer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos na pendência do processo – Inutilidade superveniente da lide – **53-72** (1509)

Procedimento cautelar – Incidente de intervenção principal espontânea – **63-77** (1898)

Procedimento cautelar para suspensão de procedimento concursal – Acção administrativa especial urgente que impugnou a deliberação do Conselho de Administração da *MPE - Madeira Parques Empresariais, SA* – Legitimidade do Ministério Público para intervir em processos principais e cautelares – Artigo 112.º, n.º 1, do CPTA – Legalidade do procedimento concursal – **50-67** (1364)

Procedimento concursal por negociação com publicação prévia de anúncio – Anulação por parte da entidade adjudicante – Razões de manifesto interesse público – Fundamentação – **57-67** (1658)

Procedimento disciplinar – Despacho de instauração – Impedimento – **44-77** (1124)

Procedimento disciplinar – Prescrição – **66-81** (1981)

Processo cautelar – Dependência do processo principal – **60-86** (1754)

Processo cautelar – Extinção da instância – **63-77** (1900)

Processo cautelar – Falta de oposição – Grave lesão do interesse público – Ónus da prova – Ponderação de interesses – **53-72** (1510)

Processo cautelar – Intimação para abstenção de uma conduta – Tutela preventiva/reactiva – *Fumus boni iuris* – *Periculum in mora* – **85-86** (2778)

Processo cautelar – Processo principal já decidido – **73-74** (2249)

Processo cautelar – Suspensão de eficácia – Juízo de proporcionalidade – **46-67** (1206)

Processo disciplinar – Acta – **83-73** (2680)

Processo disciplinar – Aplicação e graduação de pena – **75-70** (2359)

Processo disciplinar – Defesa – Meios de prova – Tempestividade – **75-69** (2354)

Processo disciplinar – Enfermeira – Erro sobre os pressupostos de facto e de direito – Princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade – **65-72** (1945)

Processo disciplinar – Maquinista – CP-Comboios de Portugal – Greve – Requisição civil – Acto consequente – Incompetência absoluta – **73-77** (2256)

Processo disciplinar – Não notificação do mandatário para inquirição de testemunhas de defesa – Indeferimento de diligências essenciais para descoberta da verdade – Nulidade insuprível – Artigo 42.º, n.º 1, do Estatuto Disciplinar – **50-67** (1362)

Processo disciplinar – Ónus da prova da infracção – Princípio *in dubio pró reo* – **81-64** (2618)

Processo disciplinar – Prescrição – Dever de correcção – **84-86** (2722)

Processo disciplinar – Prescrição do direito de instaurar procedimento disciplinar – 77-66 (2426)

Processo disciplinar – *Ne bis in idem* – 80-85 (2568)

Processo disciplinar – PSP – 65-71 (1939)

Processo disciplinar – Presidente do conselho executivo de agrupamento de escolas – Competência para a instauração – Continuação dos autos no Tribunal Administrativo e Fiscal – 84-83 (2714)

Processo disciplinar – Regulamento disciplinar da PSP – Independência do processo disciplinar – 81-63 (2615)

Processo em massa – N.º 5 do art. 48.º do CPTA – Impossibilidade superveniente da lide – 70-80 (2114)

Processo executivo de decisão cautelar – Processo executivo urgente – 57-65 (1654)

Processo urgente – Despacho interlocutório – Recurso de agravo – Regime de subida – 53-70 (1506)

Professor – Processo disciplinar – Erro sobre os pressupostos de facto e de direito – Desconhecimento da lei – 69-67 (2083)

Programas de concurso – Natureza jurídica – Carácter vinculante das normas dos programas de concursos – Causas de não admissão dos concorrentes – Imposição de determinado objecto social – 62-77 (1844)

Providência cautelar – Acto nulo – Impugnação – 63-76 (1896)

Providência cautelar – Caducidade – 57-68 (1662)

Providência cautelar – Concretização do pedido – 63-76 (1897)

Providência cautelar – Depressão nervosa – 81-62 (2611)

Providência cautelar – Doença oncológica – 81-62 (2612)

Providência cautelar – Despacho de aperfeiçoamento – Absolvição da instância – Princípio *pro actione* – Tutela jurisdicional efectiva – 53-71 (1507)

Providência cautelar – Despacho de aperfeiçoamento – Rejeição liminar – 53-72 (1512)

Providência cautelar – Intimação para abstenção de uma conduta – Inutilidade superveniente – 81-67 (2628)

Providência cautelar – Legitimidade activa – 59-79 (1708), 74-70 (2298)

Providência cautelar – Liberdade de imprensa – Direito de resposta ou rectificação – Ponderação de interesses – Colisão de direitos – Facto consumado – 81-65 (2621)

Providência cautelar – Manifesta procedência da pretensão formulada – 53-73 (1513)

Providência cautelar – Pagamento de quantia certa – Garantia – 57-67 (1660)

Providência cautelar – *Periculum in mora* – Ponderação de interesses – 81-67 (2629)

Providência cautelar – Reenvio prejudicial – 78-90 (2479)

Providência cautelar – Requisitos – Interesse público – **61-79** (1792)

Providência cautelar – Suspensão de eficácia – Expulsão – Serviço de estrangeiros e fronteiras (SEF) – **81-65** (2622)

Providência cautelar – Suspensão de eficácia - *Fumus boni iuris* - Encerramento de estabelecimento comercial – **81-63** (2616)

Providência cautelar – Suspensão de eficácia de norma – *Periculum in mora* – Ponderação dos interesses público e privado – **77-65** (2423)

Providência cautelar – Suspensão do procedimento de formação do contrato – **57-67** (1661)

Providência cautelar conservatória – Artigo 95.º, n.º 1, do CPTA e artigos 264.º e 664.º do CPC – Critérios de decisão do artigo 120.º, n.º 1, alínea *b*), do CPTA – **49-75** (1311)

Providência cautelar conservatória – Litispendência – **53-75** (1517)

Providência cautelar conservatória – Manifesta ilegalidade do acto impugnado – *Periculum in mora* – Ponderação de interesses – **53-71** (1508)

Providência cautelar de suspensão de eficácia – Coligação activa – **62-76** (1837)

Providência cautelar do art. 132.º do CPTA – Admissão de prova testemunhal – **62-77** (1843)

Providências cautelares relativas à formação de contratos – “Suspensão provisória” – Directiva 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2007 – Art. 128.º do CPTA – **84-87** (2726)

Providência não especificada – Revogação de providência adoptada – Ónus probatório – **65-70** (1935)

Providência relativa a procedimento de formação de contratos – Art. 132.º do CPTA – Admissibilidade da prova testemunhal – Arts. 132.º, n.ºs 3 e 4, e 118.º do CPTA – Anulação da sentença por erro na apreciação da matéria de facto – Art. 712.º, n.º 4, do CPC – **66-80** (1978)

Providências cautelares – Alteração das circunstâncias – **62-76** (1840)

Providências cautelares – Limites do pedido e da condenação – Ponderação relativa de interesses – **57-64** (1649)

Providências relativas a procedimentos de formação de contratos – Incumprimento das alíneas *d*) e *e*) do n.º 3 do art. 114.º do CPTA – **79-78** (2526)

Providências relativas a procedimento pré-contratual – Suspensão dos efeitos de um acto administrativo – Arts. 132.º, n.º 3, e 128.º, n.ºs 1 e 2, do CPTA – **65-73** (1946)

PSP – Processo disciplinar – Arma de fogo – Legítima defesa – **72-65** (2206)

Questões prévias – Impugnação de normas – (Não) verificação do pressuposto contido no art. 73.º, n.º 2, do CPTA – Excepção dilatória inominada – **87-77** (2880)

Ratificação-sanação – Art. 69.º do RJUE – Indícios – Fundamentação do despacho – **86-58** (2826)

Reclassificação profissional – Reorganização parcial de serviços – Art. 134.º, n.º 3, do CPA – **67-82** (2016)

Reclassificação profissional – Situações funcionalmente desajustadas – **72-65** (2207)

Recurso contencioso – Inutilidade superveniente da lide – **63-78** (1901)

Recurso contencioso – Titular de cargo político – Subvenção mensal vitalícia – Transmissão *mortis causa* – Percentagem – **77-62** (2413)

Recurso da matéria de facto – Livre apreciação da prova – Prova documental – **70-81** (2118)

Recurso hierárquico remetido por correio registado – Teoria da recepção – Relevância suspensiva do prazo de impugnação contenciosa – **62-77** (1842)

Recurso jurisdicional – Deferimento de esclarecimento – Inadmissibilidade do recurso – **83-75** (2684)

Recurso jurisdicional – Impugnação da decisão de facto – Pressupostos do acto – Ónus da prova – **75-68** (2352)

Recursos – Efeito – Providência cautelar – **62-78** (1847)

Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário – **69-68** (2087)

Regime de exercício de funções e estatuto do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Acto normativo – Acto administrativo – **53-74** (1516)

Regime geral das contra-ordenações – Incompetência dos tribunais administrativos – **60-84** (1746)

Regulação provisória do pagamento de quantias – Providência cautelar antecipatória – Requisitos – *Fumus boni iuris* – **59-78** (1707)

Regulamento do plano director municipal – Nulidade de despacho de licenciamento urbano – Audiência de interessados – **83-71** (2675)

Relação jurídico-administrativa – Competência dos tribunais administrativos – **50-69** (1368)

REN – Regime transitório – Nulidade do acto de licenciamento – Princípio da igualdade – **78-88** (2473)

Rendimento social de inserção – Dever de averiguação oficiosa dos factos – Insuficiência do juízo probatório – **81-66** (2626)

Reposição de quantias ao Estado – Prescrição – **59-78** (1704)

Reposição de quantias nos cofres do Estado – Prescrição – **60-85** (1751)

Requisição civil – Pena disciplinar – Acto consequente – Nulidade – **63-74** (1890)

Requisição civil – Trabalhador da CP – Poder disciplinar – **62-78** (1846)

Reserva Agrícola Nacional (RAN) – Reserva Agrícola Regional (RAR) – Excepções ao uso dos solos integrados na RAR – Habitações para utilização própria, permanente e exclusiva – **80-86** (2571)

Resolução fundamentada – **84-86** (2723)

Responsabilidade civil extracontratual – Acidente de viação – Sinalização de via pública – **78-90** (2480)

Responsabilidade civil extracontratual – Crime – Prazo de prescrição – **85-85** (2776)

Responsabilidade civil extracontratual – Danos patrimoniais e morais – **81-62** (2613)

Responsabilidade civil extracontratual – Direito de regresso – Negligência grave – **87-76** (2877)

Responsabilidade civil extracontratual – Responsabilidade pelo risco – Actividade excepcionalmente perigosa – Prejuízos anormais – Transusão de sangue – **77-64** (2417)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – **66-82** (1983)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Acidente de viação em estrada com óleo derramado – *Culpa in vigilando* – Presunção de culpa – Art. 493.º, n.º 1, do Código Civil – Natureza jurídica adjectiva das presunções (meios de prova) – Desconsideração do nexo de causalidade – **85-86** (2779)

Responsabilidade extracontratual do Estado – Reparação provisória – **45-68** (1170)

Restrições no acesso a documentos administrativos – Art. 6.º, n.º 6, da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – Alienação de património público – Identificação de clientes – Segredo comercial – **75-67** (2349)

Revelia inoperante – Emissão de licença de utilização – Nulidade – Relação entre o procedimento cautelar e a acção principal – **61-81** (1798)

RTP – Utilização de sistemas de vigilância – Princípios da proporcionalidade e da intervenção mínima – **77-63** (2414)

Sanção pecuniária compulsória – Princípio do contraditório – **53-72** (1511)

Segredo comercial – Restrições ao direito de informação – **60-86** (1753)

Separação de poderes em matéria disciplinar – Impugnação da matéria de facto em via de recurso – Princípio da vinculação temática – Ilícito disciplinar continuado – Prescrição do procedimento disciplinar – **72-64** (2205)

Serviços prisionais – Ajudas de custo – Legalidade – Igualdade – **71-56** (2148)

Subsídio de turno – Natureza – Inclusão no subsídio de férias – **69-68** (2086)

Suspensão da instância – Art. 279.º, n.º 1, do CPC – **69-69** (2090)

Suspensão de eficácia – **79-78** (2525)

Suspensão de eficácia – Alínea *a*) do n.º 1 do art. 120.º do CPTA – Efeitos da declaração de impacte ambiental (DIA) – Prejuízos eventuais – **75-69** (2356)

Suspensão de eficácia – Art. 89.º, n.º 2, do CPTA – **86-61** (2834)

Suspensão de eficácia – Critérios de decisão – Concurso de provimento – **46-66** (1204)

Suspensão de eficácia – Declaração de ineficácia dos actos de execução indevida – **50-66** (1361)

Suspensão de eficácia – Ilegalidade de interposição de recurso – Tutela – **45-67** (1168)

Suspensão de eficácia – Pagamento de quantia – Grave lesão do interesse público – Prestação de caução – **44-77** (1125)

Suspensão de eficácia – Pena disciplinar de suspensão – Prejuízo de difícil reparação – Perda de remuneração – **44-78** (1126)

Suspensão de eficácia – Prazo – Acto nulo – **53-73** (1514)

Suspensão de eficácia de acto administrativo – Caducidade do direito de acção cautelar – Art. 123.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA – Impugnação contenciosa intempestiva – Art. 59.º, n.º 4, do CPTA – Caducidade do embargo de obra nova – Art. 104.º, n.ºs 1 e 2, do RJEU – Contagem do prazo supletivo legal de embargo – Art. 72.º, n.º 1, alínea *b*), do CPA – **74-69** (2296)

Suspensão de eficácia de normas – Requisitos – Prejuízos de difícil reparação – Providência cautelar sujeita a termo – **51-62** (1420)

Suspensão preventiva – Interpretação do acto – **72-63** (2201)

Suspensão preventiva – Prazo improrrogável – Dever de apresentação do funcionário – Faltas injustificadas – **60-86** (1752)

Titular de cargo público – Declaração de demissão – Caducidade do direito de acção – **79-76** (2520)

Trabalhadores ligados à CGD por contrato de provimento – Regime jurídico aplicável – Prazo de prescrição da infracção disciplinar – **69-69** (2091)

Trabalho em regime de turnos – Subsídio de turno – Cálculo dos subsídios de turno e de Natal – **66-80** (1980)

Tratamento de dados pessoais – Art. 3.º, alínea *a*), da Lei n.º 67/98, de 26/10 – Ilicitude material disciplinar – **85-84** (2775)

Valor da causa indeterminável – Arts. 34.º, n.ºs 1 e 2, do CPTA – **85-84** (2773)

Vencimento – Estatuto da Carreira Docente – Ilegalidade de interposição – Vício de violação de lei – Sanação de acto administrativo ferido de anulabilidade – **71-58** (2154)

Venda de bens públicos – Intimação para acesso a documentos – Princípio da administração aberta – Princípio da proporcionalidade – **74-73** (2306)

Vícios do acto impugnado – Artigo 95.º, n.º 2, do CPTA – Causa de pedir – Excesso de pronúncia – Artigo 120.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA – Manifesta procedência da pretensão formulada – **51-63** (1423)

## ***F – Tribunal Central Administrativo Norte***

Abono de vencimento de exercício perdido – Faltas justificadas – Dever de fundamentação – **83-69** (2670)

Acção administrativa comum – Acção administrativa especial – Objecto – **86-55** (2821)

Acção administrativa comum – Acção administrativa especial – Objecto – Ilegalidade – Art. 38.º do CPTA – **87-74** (2875)

Acção administrativa de condenação à prática de acto devido – Pressupostos – Prazo de interposição – **62-72** (1831)

Acção administrativa especial – Despacho saneador – Despacho de aperfeiçoamento – Princípio do contraditório – **77-60** (2406)

Acção administrativa especial – Impugnação de acto – Objecto – Ratificação-sanação – Modificação objectiva da instância – **81-61** (2607)

Acção administrativa especial – Julgamento – Formação de três juízes (colectivo) – Juiz singular – **83-70** (2671)

Acção para reconhecimento de direito – Subsídio de risco – Instituto de Reinserção Social – **60-84** (1745)

Acidente de serviço – Pensão vitalícia – Suspensão de pagamento – Presunção do art. 46.º, n.º 5, do DL n.º 503/99 – **85-79** (2760)

Acto administrativo – Acto impugnável – Eficácia externa – Concurso para instalação de cartórios notariais – **73-72** (2244)

Acto administrativo – Eficácia externa – Concurso para instalação de cartórios notariais – **65-66** (1926)

Acto impugnável – CPTA – **73-71** (2240)

Acto impugnável – CPTA – Eficácia externa – **63-72** (1886)

Acto impugnável – Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) – **77-62** (2412)

Actos processuais – Correio electrónico – SITAF (Sistema de Informação dos Tribunais Administrativos e Fiscais) – **81-61** (2608)

Advogado – Processo disciplinar – Prescrição – Infracção permanente – **86-52** (2812)

Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) – Liberdade de imprensa – Direitos de resposta e de rectificação – Publicação – **57-60** (1644)

Antenas de telecomunicações – DL n.º 11/2003, de 18/1 – Audiência prévia – **77-61** (2409)

Apensação – **69-65** (2079)

Aposentação – CGA – Despacho MEF – Serviços do Ministério das Finanças – **62-72**  
(1830)

Aposentação – Eleito local – Lei n.º 52-A/05, de 10/10 – **72-62** (2199), 73-71 (2242)

Aposentação – Jubilação – Magistrados judiciais – **78-85** (2465)

Aposentação – Lei n.º 1/04 – DL n.º 116/85 – **65-67** (1928)

Aposentação – Penalização – Art. 37.º-A do Estatuto da Aposentação – Enfermeiros –  
**71-52** (2138)

Aposentação – Penalização – Suspensão de eficácia – Acto de reposição de  
prestações de desemprego – *Periculum in mora* – Nulidade de sentença – **80-83** (2562)

Aposentação – Regulamento – Funcionário autárquico – **59-76** (1699)

Art. 72.º do RJUE – Renovação de licença/autorização – Pedido de confirmação de  
pareceres, autorizações e aprovações – Prazo – **85-79** (2758)

Arbitramento – Reparação provisória – **62-71** (1828)

Audiência prévia – Dispensa – Urgência – **81-59** (2601)

Autarquias locais – Actos – Período de gestão – Reclassificação profissional – **69-66**  
(2081)

Avaliação de desempenho – SIADAP/2004 – Percentagens  *muito bom/excelente* – **87-**  
**71** (2864)

Baixa por gravidez de risco – Remuneração – Suplementos remuneratórios – **79-73**  
(2512)

Caducidade do direito de acção – Acção de condenação à prática de acto devido – **86-**  
**56** (2823)

Caducidade do direito de acção – Contagem do prazo – **67-80** (2010)

Caducidade do direito de acção – LPTA – Registo postal – **72-61** (2196)

Caminhos públicos – Fixação da matéria de facto assente – **60-82** (1741)

Cargos dirigentes – Direito de acesso na carreira – **86-54** (2817)

Carreiras verticais – Carreiras horizontais – Revisor de transportes colectivos – **60-81**  
(1740)

Caso julgado cautelar – **86-54** (2819)

Caso resolvido – Acção administrativa especial – Absolvição instância – **84-81**  
(2711)

Comissão Nacional de Protecção de Dados – Captação e tratamento de imagens –  
Condomínio fechado – Intimidade da vida privada – Direito à imagem – Princípio da  
proorcionalidade – Autorização dos condóminos – Revogação de acto constitutivo de direitos  
ilegal – **67-79** (2009)

Competência material – Jurisdição administrativa – Legitimidade passiva – **68-63**  
(2042)

Competência material – Jurisdição administrativa – Metro do Porto – **78-86** (2467)

Concurso – Chefe – Serviço de pediatria – Portaria n.º 177/97, de 11/3 – Composição do júri – Vogais efectivos ou suplentes – **68-61** (2038)

Concurso – Direito à nomeação – Cumulação de pedidos – Acção administrativa especial – **59-75** (1698)

Concurso – Impedimento – Órgãos colegiais – **67-81** (2012)

Concurso – Pessoal dirigente – Regime aplicável – Método de avaliação – **77-60** (2407)

Concurso de pessoal – Apresentação de documentos fora do prazo – Notificação de contra-interessados – Exame psicológico – **85-80** (2761)

Concurso de provimento – Métodos de selecção – Discricionariedade técnica – Vinculação – Júri – **65-67** (1927)

Concurso de provimento – Presidente do júri – Impedimento – Substituição e delegação – **50-71** (1373)

Concurso documental – Professor catedrático – Divulgação do sistema de classificação – DL n.º 204/98, de 11/7 – Constituição de júri – **87-73** (2873)

Concurso público de provimento – Audiência prévia – Falta de fundamentação – Princípio da igualdade – **51-67** (1430)

Contencioso eleitoral – Eleição de director de escola – Homologação do Director Regional da Educação – Caducidade do direito de acção – **86-52** (2810)

Contencioso pré-contratual – Proposta – Erro de escrita – Inutilidade da lide – Indemnização – Art. 102.º, n.º 5, do CPTA – **79-74** (2515)

Contra-ordenação – Medidas no processo contra-ordenacional – Incompetência – **87-72** (2867)

Contratação pública – Código dos Contratos Públicos – Habilitação – Documentos – Falta junção – **86-52** (2813)

Convenções – Serviço Nacional de Saúde – DL n.º 97/98, de 18/4 – **63-71** (1881)

Convolação – Art. 121.º do CPTA – Requisitos – Processo disciplinar – **65-68** (1932)

Custas judiciais – Regulamento das Custas Processuais – Sindicatos – Isenção subjectiva – **79-75** (2516)

Deliberação – Órgão colegial – Acta – Inexistência – **85-78** (2755)

Despacho saneador – Excepções – Conhecimento de nulidade de sentença – Prescrição – **66-78** (1974)

Despejo – Habitação social – Princípios da proporcionalidade e da boa fé – **62-74** (1834)

Dever de fundamentação – Princípio da proporcionalidade – **69-65** (2078)

Direito de audiência – Dever de fundamentação – **72-62** (2198)

Discricionariedade – Instalação de unidade industrial – Licenciamento – Parecer – Câmara municipal – PDM – **63-70** (1880)

Docentes universitários – Concurso – Divulgação do sistema de classificação – DL n.º 204/98, de 11/7 – Nulidade de sentença – Art. 668.º, n.º 1, alíneas *b*) e *d*), do CPC – **81-60** (2604)

Encerramento cautelar de indústria – Princípio de audiência prévia – Falta de fundamentação – Princípio da proporcionalidade – Art. 18.º do DL n.º 69/2003 – **63-73** (1889)

Erro de julgamento de facto – Nulidades da sentença – **83-68** (2667)

Erro material – Correção do erro – Prazo peremptório – **68-62** (2041)

Estatuto dos militares da GNR – Recurso hierárquico necessário – Acto impugnável – **87-73** (2872)

Estrangeiro – Expulsão administrativa – Garantias de defesa – **71-52** (2139)

Execução de julgado – CPTA – DL n.º 256-A/77, de 17/6 – Caducidade de direito – **72-61** (2195)

Execução de julgado – Edifício – Demolição – **66-76** (1969)

Execução de julgado – Legitimidade passiva – Causa legítima de inexecução – Impossibilidade fáctica e jurídica – Caso julgado exequendo – Limites – Poderes de juiz de execução – Princípio da separação de poderes – **86-56** (2824)

Execução de julgado anulatório – Concurso de provimento – Abertura de novo concurso – Acto de nomeação – Nulidade/anulabilidade – **85-80** (2764)

Execução de sentença – Indemnização por impossibilidade de execução – Perda de chance – **85-79** (2759)

Execução de sentença anulatória – CPTA – Ilegalidade procedimental – **65-68** (1930)

Falta de fundamentação – Conceitos indeterminados – Licença de uso e porte de arma – Defesa – **66-77** (1971)

Faltas – Motivo de doença – Justificação – CGD – **67-79** (2008)

Federação Portuguesa de Futebol – Suspensão do estatuto de utilidade pública desportiva – Suspensão de apoios financeiros – Associação distrital de futebol – Legitimidade activa – **86-54** (2816)

Formação de contratos – Procedimento cautelar – Art. 132.º do CPTA – Requisitos – Manifesta ilegalidade – Ponderação de interesses – **73-73** (2245)

Fundamentação – Júri – Concurso – Entrevista – **65-66** (1925)

Injunção – Acção administrativa comum – **83-70** (2672)

Instalação de farmácias – INFARMED – Instituições de assistência e previdência social – Lei n.º 2125 – DL n.º 48 547 – **65-68** (1931)

Instrução probatória – Prova pericial – Auto de vistoria – Erro sobre os pressupostos

– Aproveitamento do acto – **75-65** (2343)

Intervenção principal – Admissibilidade – **60-81** (1739)

Intimação para a emissão de alvará – Acto devido – Licença de obras caducada – Licença de utilização – **86-51** (2809)

Intimação para emissão de certidão – Informação procedimental – Informação não procedimental – Instrução de processo judicial pendente – **65-65** (1924)

Intimação para passagem de certidão – Conceito de entidade administrativa – **87-73** (2871)

Intimação para passagem de certidão – Incumprimento – Sanção pecuniária compulsória – **87-73** (2870)

Intimação para passagem de certidão (Artigo 104.º do CPTA) – Informação não procedimental – Concretização do pedido de emissão de certidão – **51-66** (1429)

Intimação para prestação de informação, consulta de processos ou passagem de certidões – Direito à informação urbanística – **49-79** (1318)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Âmbito – **57-61** (1647)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias (Âmbito – Pressupostos) – Erro na forma de processo – Funcionalismo público – Transição de escalão – Aposentação – **50-70** (1372)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Princípio da igualdade de acesso ao ensino superior – Princípio da confiança – Nulidades de sentença – **62-73** (1833)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Subsidiariedade – Acesso ao ensino superior – **75-66** (2345)

Ienção de custas – Apoio judiciário – **81-61** (2606)

Legitimidade activa – Acção popular – Vereador – **68-63** (2043)

Legitimidade processual – Legitimação substantiva – Cessação de comissão de serviço – Administrador delegado hospitalar – Responsabilidade derivada da cessação – Comissão – DL n.º 274/2002, de 9/12 – Mora – **66-78** (1973)

Legitimidade processual activa – **85-80** (2763)

Legitimidade processual activa – Associação comercial – Licenciamento – Superfície comercial – Procedimento cautelar – Suspensão de eficácia – **60-79** (1736)

Legitimidade processual activa – Providências cautelares – Legitimidade superveniente – **61-78** (1789)

Legitimidade processual passiva – Responsabilidade civil – Dono da obra – Empreiteiro – **86-54** (2820)

Liberdade religiosa – Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Data da realização de exame – **62-75** (1836)

Licença sem vencimento de longa duração – Conveniência serviço – Princípio igualdade – **83-69** (2669)

Loteamento urbanístico – Licença de construção – Declaração de nulidade – Execução de julgado – Demolição do edificado – Caso julgado – **87-75** (2876)

Médicos – Concurso – Exclusão – Regime específico de mobilidade – DL n.º 101/2003, de 23/5 – **79-74** (2513)

Medida provisória de suspensão preventiva – Condição – **86-54** (2819)

Militares – Pena de prisão disciplinar – Suspensão de eficácia – Ponderação de interesses – Disciplina militar – **60-80** (1737)

Notificação – Comproprietários – Acto administrativo – Ininteligibilidade – Acto confirmativo – **72-60** (2194)

Notificação de decisão disciplinar – Arguido – Advogado – **85-78** (2756)

Nulidade da sentença – Art. 668.º do CPC – **63-71** (1882)

Nulidade da sentença – Falta de fundamentação de facto – Motivação da matéria de facto – **61-77** (1788)

Omissão legislativa – Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Docente universitário – Desemprego – **77-61** (2410); **78-87** (2469)

Ordem dos Advogados – Prescrição – Procedimento disciplinar – Suspensão e interrupção do procedimento disciplinar – **71-53** (2140)

*Outlet* – Armazém – Loja – Licença de utilização – **77-61** (2408)

Património cultural – Protecção do património cultural – Imóvel – Classificação de edifício – PDM – Procedimento de classificação – **75-65** (2344)

Pedido de informação prévia – Sucessão de regimes de licenciamento – DL n.º 445/91 – Regime Jurídico do Urbanismo e da Edificação (RJUE) – Princípio *tempus regit actum* – **71-53** (2141)

Pensão de invalidez – Comissão de revisão e recurso – Falta de fundamentação – **86-53** (2815)

Pensão de invalidez – Deficiente das Forças Armadas – DL n.º 503/99, de 20/11 – Estatuto da Aposentação – **74-68** (2295)

Pensão de sobrevivência – Retroactividade – Lei n.º 60/2005, de 29/12 – **80-83** (2563)

Perda de mandato – Eleito local – Ausência de entrega de declaração de rendimentos e património – Cargos sociais – **65-69** (1933)

Perda de mandato – Eleito local – Ausência de entrega de declaração de rendimentos e património – Cargos sociais – **67-80** (2011)

Perda de mandato – Legitimidade activa – **59-76** (1700)

Perda de mandato – Lei n.º 4/83, de 2/4 – **66-78** (1972)

Personalidade judiciária – Ilegitimidade processual passiva – Acção administrativa comum – Ministérios – Estado – Contratos – Responsabilidade civil extracontratual – Seguro Escolar – **62-72** (1829)

Prescrição – reconhecimento – **73-71** (2241)

Prescrição – Responsabilidade civil – Contagem de prazo – **79-75** (2517)

Prescrição – Responsabilidade civil – Inquérito criminal – Princípio da adesão – Interrupção do prazo – **60-83** (1744)

Princípio da imparcialidade – Princípio da transparência – Concurso – Chefe de serviço – Critérios de avaliação – Fixação pelo júri – **63-73** (1888)

Procedimento administrativo – Provas – Princípio da livre apreciação – **86-53** (2814)

Procedimento cautelar – Apensação – Legitimidade activa – Evidência – Art. 120.º, n.º 1, alínea *a*), do CPTA – **87-74** (2874)

Procedimento cautelar – Instrumentalidade – Provisoriedade – Impropriedade do meio processual – Erro na forma de processo – **61-78** (1790)

Procedimento cautelar – Formação de contrato – Ponderação de interesses – Extemporaneidade do recurso jurisdicional – **61-75** (1786)

Procedimento cautelar – Formação de contratos – Ponderação de interesses – **72-60** (2193)

Procedimento cautelar – Regulamento – **77-62** (2411)

Procedimento cautelar antecipatório (CPTA) – Aposentação definitiva – Instrumentalidade – Provisoriedade – Requisitos (art. 120.º do CPTA) – *Periculum in mora* – **50-71** (1374)

Procedimento cautelar de suspensão de eficácia – Acto interno – Relação especial de poder – Ilegalidades evidentes para efeito de suspensão de eficácia – Ponderação de interesses – **49-79** (1319)

Procedimento cautelar de suspensão de eficácia (CPTA) – Procedimento cautelar relativo a procedimento de formação de contratos (Artigo 132.º do CPTA) – Requisitos – **50-72** (1377)

Procedimento cautelar na formação de contratos – Requisitos – **51-65** (1427)

Procedimento cautelar – Suspensão de eficácia – Declaração de impacte ambiental (DIA) – Impugnabilidade – **70-78** (2111)

Processo cautelar – Caducidade direito acção – Convolação – Art. 121.º do CPTA – Extinção da lide cautelar – **87-72** (2869)

Processo disciplinar – Acusação – Direito de audiência – Demissão – Faltas injustificadas – **78-85** (2463)

Processo disciplinar – Competência – Câmara Municipal – **69-66** (2080)

Processo disciplinar – Deliberação punitiva do conselho de administração do

«SMAS» – Recurso hierárquico para a câmara municipal – Delegação de competência decisória no presidente – **85-79** (2757)

Processo disciplinar – Entidade competente – Instauração – Princípio da investigação – Formalidades – Omissão de audição do participante e das testemunhas – **60-83** (1743)

Procedimento disciplinar – Prescrição – Art. 4.º, n.º 2, do Estatuto Disciplinar – Dirigente máximo do serviço – Município – **79-74** (2514)

Professores – Componente lectiva – Ensino secundário – **60-81** (1738)

Proibição – Execução – Acto administrativo – Providência cautelar de suspensão de eficácia – Declaração de ineficácia – Actos de execução indevida – Resolução fundamentada – **63-70** (1879)

Providência cautelar – Alteração das circunstâncias – Alteração e revogação das providências decretadas – **62-74** (1835)

Providência cautelar – Declaração de ineficácia dos actos de execução – **86-56** (2822)

Providência cautelar – Suspensão de eficácia – Prazo – Nulidade – Anulabilidade – **78-85** (2466)

Providência cautelar antecipatória (CPTA) – Admissão provisória a estágio – Juízo de probabilidade de procedência da acção principal em caso de vícios formais – **50-71** (1375)

Providência cautelar antecipatória (CPTA) – Requisitos – Instrumentalidade – Artigo 109.º do CPTA – **50-72** (1376)

Providência cautelar conservatória – Suspensão de eficácia – Critérios de decisão – Encerramento maternidade – **63-72** (1885)

Providência cautelar de intimação para continuação do pagamento de subsídio de desemprego – Acto de retirada do mesmo – Requisitos – Art. 133.º, n.º 1, alínea *b*), do CPTA – **49-78** (1317)

Providência cautelar de suspensão de eficácia – Nulidade da sentença – Excepção de litispendência (Acção administrativa especial e recurso contencioso de anulação) – **49-77** (1316)

Reapreciação da matéria de facto – Indemnização por facto lícito – Indemnização pelo risco – Prejuízos especiais e anormais – Actividade excepcionalmente perigosa – **85-81** (2765)

Reclassificação – Reorganização – DL n.º 497/99 – **65-67** (1929)

Recurso hierárquico – Indeferimento – Acção de condenação à prática de acto devido – caducidade do direito – **79-75** (2518)

Recurso jurisdicional – Decisão – Artigo 131.º do CPTA – Inutilidade da instância de recurso jurisdicional – **51-66** (1428)

Responsabilidade civil – Indemnização – Danos morais – Aposentação ilegal – **79-73** (2511)

Responsabilidade civil da Administração – Direito acesso à via pública – **85-78**  
(2754)

Responsabilidade civil extracontratual – Danos não patrimoniais – Indemnização –  
Regularização pessoal – DL n.º 81-A/96 – **66-77** (1970)

Responsabilidade civil extracontratual – Legitimidade – Personalidade – Centro de  
Saúde – **68-61** (2039)

Responsabilidade civil extracontratual – Prazo de prescrição – Causas de interrupção  
– Inquérito criminal – Princípio da adesão – **62-73** (1832)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Atraso da justiça – Ilícitude/culpa  
– Danos não patrimoniais – **84-81** (2712)

Responsabilidade extracontratual do Estado – Atraso na administração da justiça –  
**63-71** (1884)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Demora na administração da  
justiça – Requisitos – Prazo razoável – Danos – Litigância de má fé – Nulidades da sentença  
– **57-62** (1648)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Demora na administração da  
justiça – Requisitos – Prazo razoável – Nulidades de sentença – **78-86** (2468)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Direito à justiça em prazo  
razoável – **60-82** (1742)

Responsabilidade civil extracontratual do Estado – Omissão legislativa – Atraso na  
transposição de Directiva – **63-71** (1883)

Segurança social – Renúncia à gestão – Gerência de direito e gerência de facto – **85-  
80** (2762)

Serviço docente extraordinário – Componente não lectiva – Realização de actividades  
educativas – Acompanhamento de alunos – **68-62** (2040)

Serviços de regime de funcionamento especial – Trabalho nocturno – Trabalho a dias  
e descanso semanal – **75-66** (2346)

SIADAP – Acto impugnável – Reclamação acto homologação – **78-87** (2470)

Subsídio de turno – Cálculo dos subsídios de férias e de Natal – **71-54** (2142)

Suspensão da instância – Causa prejudicial – **83-69** (2668)

Suspensão de eficácia – Acto de demolição – Art. 106.º do RJUE – **86-52** (2811)

Suspensão de eficácia – Art. 120.º, n.ºs 1, alínea *b*), e 2, do CPTA – Julgamento –  
Matéria de facto – Ponderação de interesses – **80-83** (2564)

Suspensão de eficácia – Caducidade do direito – **81-60** (2605)

Suspensão de eficácia – Caducidade do direito – Notificação – Certidão – **73-72**  
(2243)

Suspensão de eficácia – Competência material – Tribunal Administrativo e Fiscal – Apreensão de mercadorias – Administração tributária – Processo penal – Nulidade de sentença – Art. 668.º, n.º 1, alínea b), do CPC – **81-60** (2603)

Suspensão de eficácia – Evidência – Procedência – Manifesta ilegalidade – Art. 120.º, n.º 1, alínea a), do CPTA – **74-68** (2294)

Suspensão de eficácia – *Fumus boni iuris* – *Periculum in mora* – Demolição de obra – **57-61** (1645)

Suspensão de eficácia – Ilegalidade manifesta – Contratação pública – Nulidade de contrato – Declaração judicial – **81-61** (2609)

Suspensão de eficácia – Pena disciplinar – *Periculum in mora* – **57-61** (1646)

Suspensão de eficácia – *Periculum in mora* – Mobilidade especial – **72-61** (2197), 73-73 (2246)

Suspensão de eficácia – Ponderação de interesses – **85-81** (2766)

Suspensão de eficácia – Rejeição liminar – Caducidade do direito – Acção – **81-60** (2602)

Suspensão de eficácia – Submissão a junta médica – *Periculum in mora* – **72-60** (2192)

Suspensão de eficácia de acto conexo com o objecto da acção principal – Declaração de ineficácia de actos de execução indevida – **87-71** (2865)

Tempo de serviço – Exercício de funções em regime de substituição – Técnico tributário – Art. 23.º, n.º 3, do DL n.º 427/89 – Art. 52.º, n.º 4, do DL n.º 557/99 – **63-73** (1887)

Tentativa extrajudicial de prévia conciliação – Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes – DL n.º 18/2008 (Código dos Contratos Públicos) – **87-71** (2866)

Trabalhador-estudante – Mestrado – **78-85** (2464)

Transformação de ente «S.A.» em «E.P.E.» – Cessaçao de mandato de administradores – Indemnização – **87-72** (2868)

Valor da causa – Providência conservatória de suspensão de eficácia de acto administrativo – Avaliação económica dos bens em causa – **61-77** (1787)

### ***G – Tribunais administrativos e fiscais de 1.ª instância***

Acção administrativa especial – Condenação à prática de acto administrativo legalmente devido – Dever de pronúncia – Caso resolvido – **48-71** (1269)

Acção administrativa especial – Condenação à prática de acto devido – **49-82** (1325)

Acção administrativa especial – Condenação à prática de acto devido – Legitimidade – Litisconsórcio passivo – Despacho conjunto – Princípio do dispositivo – **49-80** (1322)

Acção administrativa especial – Ineptidão da petição inicial – Legitimidade – Interesse em agir – **46-68** (1212)

Acção administrativa especial de pretensão conexa com actos administrativos – Acção administrativa comum – Processamento de abonos a funcionários – Prescrição – Caducidade – **51-68** (1433)

Competência dos tribunais administrativos – Contra-ordenações – **44-79** (1128)

Competência dos tribunais administrativos – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Pessoa colectiva de utilidade pública administrativa – **46-70** (1216)

Contencioso pré-contratual – Caducidade do direito de acção – Interrupção do prazo – **46-70** (1215)

Contencioso pré-contratual – Confissão – Pedido formulado pela Administração – **49-82** (1327)

Decisão de antecipação da causa principal – Art. 121.º do CPTA – **49-81** (1323)

Execução de julgado em processo cautelar – Prestação de facto – Princípio da adequação formal – **48-73** (1276)

Intimação judicial – Legitimidade – Direito à informação – Exame psicológico de selecção – **46-68** (1210)

Intimação judicial – Prestação de informações – Fundamentação do acto administrativo – **46-70** (1218)

Intimação para defesa de direitos, liberdades e garantias – Direito de propriedade – **51-69** (1434)

Intimação para passagem de certidões – Advogado – Legitimidade – Sociedade anónima de capitais públicos – **46-68** (1211)

Intimação para prestação de informações – Direito à informação – Certidão das fichas de avaliação individual dos militares – **46-69** (1213)

Intimação para prestação de informações e consulta de processos – Banco de Portugal – Comissão liquidatária de estabelecimento bancário – **48-72** (1272)

Intimação para prestação de informações e consulta de processos – Pedido administrativo prévio – Concretização do pedido de informação – **48-70** (1266)

Intimação para prestação de informações e passagem de certidões – Actos de registo predial – Competência dos tribunais administrativos – **51-67** (1431)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Competência territorial – Legitimidade passiva – Propriedade do meio processual – Direitos fundamentais – Liberdade de circulação – **48-75** (1279)

Intimação para protecção de direitos, liberdades e garantias – Ordem dos Advogados – Conselho de Deontologia – Legitimidade – Personalidade judiciária – Processo disciplinar – Audiência pública – **48-74** (1277)

Legitimidade passiva singular do Estado – Representação do Estado em juízo – Nulidade de citação – **46-71** (1219)

Procedimentos cautelares – Suspensão de eficácia – Concurso para a atribuição de licenças de instalação de cartório notarial – Ponderação de interesses públicos e privados – **49-83** (1328)

Procedimentos cautelares – Suspensão de eficácia – Ponderação de interesses públicos e privados – Danos ambientais – **49-82** (1326)

Processo cautelar – Providências antecipatórias – **49-80** (1320)

Processo executivo – Execução para pagamento de quantia certa – Acto administrativo como título executivo – Crédito condicionado – **49-81** (1324)

Processo urgente – Intimação para passagem de certidões – Prazo – **46-69** (1214)

Processos cautelares – Acção popular – Legitimidade – **48-73** (1273)

Processos cautelares – Antecipação do juízo sobre a causa principal – **48-70** (1265)

Processos cautelares – Contencioso pré-contratual – Modificação objectiva da instância – **49-80** (1321)

Processos cautelares – Impedimento temporário do juiz – Comparência de peritos – **48-69** (1264)

Processos cautelares – Intimação para a adopção ou abstenção de uma conduta – Litigância de má fé – **46-70** (1217)

Processos cautelares – Legitimidade – **48-74** (1278)

Processos cautelares – Requisitos – *Fumus boni juris* – **48-71** (1270)

Providências cautelares – Acção popular – *Periculum in mora* – Avaliação de impacte ambiental – Ponderação de interesses – **45-70** (1174)

Providências cautelares – Articulados – Limites da tutela cautelar – Solicitação administrativa prévia – **48-70** (1267)

Providências cautelares – Decretamento provisório da providência – Proibição de executar o acto administrativo – **51-68** (1432)

Providências cautelares – Decretamento provisório da providência – **44-78** (1127)

Providências cautelares – Decretamento provisório da providência – Má fé – **45-70** (1173)

Providências cautelares – Instrumentalidade hipotética – Ónus de alegação – **46-67** (1209)

Providências cautelares – Intimação para a abstenção de uma conduta – Obra pública – **48-73** (1275)

Providências cautelares – Intimação para a adopção de uma conduta – Acção popular – Solicitação administrativa prévia – **48-71** (1268)

Providências cautelares – Providência antecipatória – Providência conservatória – **45-69** (1172)

Providências cautelares – Substituição da providência requerida – Regulador (ANACOM) – **48-72** (1271)

Resposta da autoridade requerida – **48-73** (1274)

Uso de fracção para actividade de culto religioso – **86-57** (2825)

## **DOCUMENTAÇÃO**

Manifesto de Guimarães sobre Justiça Administrativa [II Seminário de Justiça Administrativa] – **16-91**

Orientações para a reforma da justiça administrativa (Despacho n.º 1602/2001 (2.<sup>a</sup> série), de 15/1/2001, do Ministro da Justiça) – **25-60**

### **Sessão Comemorativa dos 50 números dos *Cadernos de Justiça Administrativa***

SAMPAIO, JORGE – Mensagem do Presidente da República – **51-3**

SERRA, MANUEL FERNANDO DOS SANTOS – Intervenção do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo – **51-4**